

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

Bruna Caroline dos Santos Gomes

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: um estudo sobre a cadeia produtiva do coco babaçu na região de Itapecuru Mirim – MA.

São Luís

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

BRUNA CAROLINE DOS SANTOS GOMES

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL:** um estudo sobre a cadeia produtiva do coco babaçu na
região de Itapecuru Mirim – MA.

São Luís

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

BRUNA CAROLINE DOS SANTOS GOMES

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL:** um estudo sobre a cadeia produtiva do coco babaçu na
região de Itapecuru Mirim – MA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da
Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA)
para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Estado, Trabalho e Globalização

Orientador: Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos

São Luís

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Gomes, Bruna Caroline dos Santos.

Empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a cadeia produtiva do babaçu no município de Itapecuru-Mirim - MA / Bruna Caroline dos Santos Gomes. – São Luís, 2022.

145 f

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos.

BRUNA CAROLINE DOS SANTOS GOMES

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
um estudo sobre a cadeia produtiva do coco babaçu na região de Itapecuru Mirim – MA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA) para obtenção do título de mestre.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos (Orientador)

Doutor em Agronomia
Universidade Técnica de Lisboa

Prof^ª. Dr^ª. Helciane de Fatima Abreu Araujo

Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Ceará

Prof^ª. Dr^ª. José Sampaio de Mattos Júnior

Doutor em Geografia
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

À minha filha, *Maria Eduarda Campos*, grande ar
da minha vida.

A todas as mulheres que lutam por igualdade de
direitos e de oportunidades.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pois mesmo com todos os percalços e limitações, sempre me incentivou a estudar e adquirir autonomia diante da vida.

Ao professor e orientador *Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos*, que me acolheu desde o início do curso e foi responsável por fazer-me compreender as relações sociais típicas do meio rural maranhense. Itaan sempre foi cuidadoso, paciente e disponível, sendo para mim uma referência de profissional comprometido e apaixonado pelo que faz. Dono de uma generosidade enorme, se dispôs a acompanhar minha primeira visita à Itapecuru Mirim, conduzindo-me até as comunidades que viriam a ser investigadas. Também tive o privilégio de entrevistar a produtora Maria da Paz, no povoado de Olho D' Água das Guaribas na companhia do grande mestre Itaan. Professor, lhe sou muito grata!

À professora Milena (*in memoriam*), que esteve presente em dois momentos da pesquisa de campo desta dissertação: em Pedrinhas e na Vila 17 de Abril. Milena apresentou-me às lideranças locais da região e carinhosamente me acolheu em sua casa para que tivesse estadia em Itapecuru-Mirim. Milena foi um exemplo de mulher batalhadora, mãe e professora reconhecida e admirada no município. Infelizmente, ela é uma das mais de 600 mil vidas perdidas na pandemia da covid-19.

A todos os professores do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA, em especial as professoras Dr^{as}. Marivânia Furtado e Zulene Barbosa e aos professores Drs. Frederico Burnett, José Sampaio e Bráulio Loureiro, pelos ensinamentos e disciplinas brilhantemente ministradas, por todos os *feedbacks* e incentivos. Vocês são grandes mestres e contam com a minha admiração.

A todos os técnicos dos órgãos de apoio à agricultura familiar que reservaram um tempo em suas atribuladas agendas para concessão de entrevistas que em muito contribuíram para minha pesquisa: Guilhermina Cayres (Embrapa Cocais), Carlos Augusto e Luciene (SAF), Jerônimo (prefeitura de Itapecuru Mirim). Aos profissionais da SECTI MA, Lívio Estrela (assessor jurídico) e Gabriela Barros (assessora técnica), que esclareceram todos os pontos do Acordo de Cooperação Técnica “*Metodologia de Implantação*,

Monitoramento e Avaliação da Estratégia de Inovação Social no Estado do Maranhão”
que toma Itapecuru-Mirim como protótipo de Inovação Social.

A todas as mulheres de Itapecuru Mirim, quebradeiras de coco, produtoras e empreendedoras que gentilmente contaram sobre suas histórias, medos e sonhos. Sempre me políciei para separar o olhar da pesquisadora do olhar de contemplação, confesso que foi uma tarefa árdua. Em alguns momentos, eu, como mulher preta e mãe solteira, sentia uma admiração profunda pelo inconformismo dessas mulheres diante de uma realidade tão dura. Vocês são inspiração!

Por fim, agradeço a minha filha, Duda Campos, que de forma inconsistente me motiva a continuar.

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.” Cora Carolina.

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de análise a relação entre o empreendedorismo social e o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do babaçu a partir do caso específico da região de Itapecuru-Mirim. Demonstra-se que a exploração do babaçu no Maranhão se deu de forma complexa e contraditória, na qual este fruto era aproveitado majoritariamente de forma apenas parcial. Enquanto os setores industrial e comercial acumulavam mais valia, famílias extrativistas revendiam a amêndoa a quilo por um preço ínfimo. Com a contribuição dos movimentos sociais no campo, no início dos anos 90, abriu-se uma discussão sobre opções laborais que ultrapassavam as relações formais do trabalho assalariado, com uma proposta mais inclusiva, empreendimentos como associações, cooperativas e clubes de mãos tem se espalhado pelo interior maranhense. Na região do Vale do Itapecuru, quebradeiras de coco, produtoras e empreendedoras modificam o *status quo* por meio do empreendedorismo. A investigação traz como perspectiva teórica a obra de Alexander Chayanov, economista agrário russo que investigou as especificidades do tecido social no meio rural. Para o autor, o fenômeno salário não chega até a unidade produtora camponesa, que terá outra motivação para o trabalho: a satisfação de suas necessidades por meio da produção coletiva, tal como ocorre no campo empírico da presente pesquisa. Em Itapecuru Mirim, buscou-se caracterizar o papel do empreendedorismo social e a contribuição do mesmo para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do babaçu na região. Buscou-se, também, avaliar se este tipo de empreendimento promove o protagonismo e empoderamento das famílias envolvidas na atividade. Para tanto, valeu-se de pesquisa de campo e aplicação de questionários junto aos órgãos de apoio ao extrativismo e à agricultura familiar que atuam na região. Conclui-se sobre a relevância do empreendedorismo social como gerador de renda e no rompimento de algum nível de estado de risco social nas comunidades investigadas.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Desenvolvimento sustentável. Cadeia produtiva do babaçu.

ABSTRACT

The present study has as its object of analysis the relationship between social entrepreneurship and the sustainable development of the babassu production chain from the specific case of the Itapecuru-Mirim region. It is shown that the exploitation of babassu in Maranhão took place in a complex and contradictory way, in which this fruit was mostly used only partially. While the industrial and commercial sectors accumulated surplus value, extractive families resold almonds by the kilo for a very low price. With the contribution of social movements in the countryside, in the early 1990s, a discussion was opened about labor options that went beyond the formal relations of salaried work, with a more inclusive proposal, enterprises such as associations, cooperatives and mothers' clubs have spread through the interior of Maranhão. In the Vale do Itapecuru region, coconut breakers, producers and entrepreneurs change the status quo through entrepreneurship. The investigation brings as a theoretical perspective the work of Alexander Chayanov, a Russian agrarian economist who investigated the specifics of the social fabric in rural areas. For the author, the salary phenomenon does not reach the peasant production unit, which will have another motivation for work: the satisfaction of their needs through collective production, as occurs in the empirical field of the present research. In Itapecuru Mirim, we sought to characterize the role of social entrepreneurship and its contribution to the sustainable development of the babassu production chain in the region. It was also sought to assess whether this type of enterprise promotes the protagonism and empowerment of the families involved in the activity. In order to do so, field research and the application of questionnaires were used with agencies that support extractivism and family farming that operate in the region. It is concluded about the relevance of social entrepreneurship as an income generator and in breaking some level of social risk state in the investigated communities.

Keywords: Social entrepreneurship. Sustainable development. Babassu production chain.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tamanho e composição do coco babaçu	39
Figura 2: Aproveitamento integral do babaçu na indústria	40
Figura 3: Formas de inovação	49
Figura 4: Produto inovador – cappuccino de babaçu	50
Figura 5: Quebradeiras de coco do Povoado Quelru, 1957.....	64
Figura 6: Placa da entrega do Centro de Formação Profissional da Mulher no ano de 2007 no governo Jackson Lago – União de Clubes de Mães de Itapecuru Mirim.....	68
Figura 7: Agroindústria de derivados do babaçu do Clube de Mães Lar de Maria.....	74
Figura 8: Placa fixada na agroindústria de derivados do babaçu, Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria.....	75
Figura 9: Horta comunitária da União de Clubes de Mães.....	77
Figura 10: Máquina despoldadeira	80
Figura 11: Forrageira	80
Figura 12: Forno industrial.....	80
Figura 13: Polpas produzidas no coletivo de mulheres da Vila 17 de Abril	80
Figura 14: Coletivo de mulheres da Vila 17 de Abril	83
Figura 15: Equipamentos da agroindústria de Olho D’ Água das Guaribas	84
Figura 16: Máquina para quebra do coco babaçu	84
Figura 17: Forno industrial.....	85
Figura 18: Freezer.....	85
Figura 19: Armário de panificação	85
Figura 20: Agroindústria do povoado de Olho D’ Água das Guaribas	87
Figura 21: Entrevista com dona Maria Domingas.....	92
Figura 22: Instagram Delícias do Babassu	95
Figura 23 Transferência de Tecnologia entre pesquisadores, professores, chefes de cozinha e quebradeiras de coco	97
Figura 24: Alimentos à base de babaçu	98
Figura 25: Produção de alimentos na agroindústria de Pedrinhas.....	99
Figura 26: Oficinas para produção de derivados do babaçu, Embrapa Cocais e parceiros	99

Figura 27: Identidade visual idealizada, trilhas da aprendizagem	100
Figura 28: Site institucional Delícias do Babassu	101
Figura 29: Ferramenta de uso individual para quebra do coco babaçu utilizada no povoado Pedrinhas	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produção extrativista de origem vegetal dos estabelecimentos -1949.....	32
Quadro 2: Produção extrativista de origem vegetal dos estabelecimentos – 1970.....	34
Quadro 3: Quantidade produzida na extração vegetal.....	36
Quadro 4: Quantidade produzida na extração vegetal da amêndoa de babaçu em toneladas	36
Quadro 4: Matriz de Ansoff	103
Quadro 6: Aspectos do Desenvolvimento Sustentável.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção nacional do babaçu 2000 a 2015	41
Gráfico 2: Série histórica da produção da amêndoa de babaçu em Itapecuru Mirim.....	69
Gráfico 3: Série histórica valor da produção de babaçu em Itapecuru Mirim.....	69

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Itapecuru Mirim.....	
Mapa 2: Município de Itapecuru Mirim e comunidades investigadas em campo	71

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

AGERP – Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

AMTR – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues-MA

ASSEMA – Associação em áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

BASA – Banco da Amazônia

BB – Banco do Brasil

BNB – Banco do Nordeste

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COOPAESP – Cooperativa de Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis

COOPALJ – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco

CRESOL – Centro de Referência Estadual de Economia Solidaria do Maranhão

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

ITERMA - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PROCAF – Programa de Compras da Agricultura Familiar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio s Micro e Pequenas Empresas

SECTI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

SEDIHPOP – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 - EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DA EXPLORAÇÃO DO BABAÇU NO MARANHÃO.....	23
1.1 - Fase comercial de exploração do babaçu: aliança entre o setor comercial e o grande proprietário.....	25
1.2 – A fase industrial: modernização conservadora.....	29
1.3 - Decadência na produção do babaçu: dos anos 80 à atualidade.....	35
1.4 – Dados acerca da cadeia produtiva do babaçu no Maranhão.....	38
2 – EMPREENDEDORISMO: INDICAÇÕES TEÓRICAS, HISTÓRICAS E CONCEITUAIS.....	43
2.1 – Uma discussão sobre Empreendedorismo (s)	43
2.2 – Agricultura Familiar e Empreendedorismo	50
2.3 - Contraponto a competição capitalista: Empreendedorismo Social.....	57
3 – RESULTADOS: AÇÕES DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM ITAPECURU MIRIM.....	60
3.1- Entrevistas nas comunidades: os desafios do empreendedorismo social.....	72
3.2 - Clube de Mães de Pedrinhas: protagonismo e empoderamento feminino.....	87
3.3 - Entrevistas com os órgãos de apoio ao extrativismo e à agricultura familiar.....	96
3.4 - Desenvolvimento Sustentável na região de Itapecuru Mirim.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	135
ANEXO	139

INTRODUÇÃO

A extração e comercialização do coco babaçu¹ é uma atividade de grande relevância econômica e social, sendo o Maranhão responsável por produzir 93% da safra do país (IBGE, 2017)². Essa atividade oferece renda para aproximadamente 300 mil extrativistas, concentrados, sobretudo, nos estados do Piauí, Pará, Tocantins e Maranhão na região conhecida como Mata dos Cocais – transição entre caatinga, cerrado e Amazônia. A utilidade da espécie é incontestável, com aplicações que vão desde o artesanato e culinária até à indústria de medicamentos e biocombustíveis.

Entretanto, historicamente não houve um aproveitamento racional dessa riqueza de infinitas possibilidades, bem como não houve um processo produtivo capaz de incluir de forma satisfatória as famílias extrativistas. Durante boa parte do século XX, os setores comercial e industrial foram aliados na busca por acumulação, que era concedida com o aval do Estado por intermédio de concessões, crédito e incentivos fiscais para a atração de empresas candidatas a exploração do babaçu.

Em resposta às relações sociais desiguais no campo, no início dos 90, diversos grupos organizados surgiram com o intuito de promover o acesso a direitos expropriados de trabalhadores (as) da agricultura familiar. Neste processo, estão incluídas comunidades quilombolas, associações de assentamento, cooperativas de produção e comercialização, sindicatos rurais, clubes de mães entre outros, tendo o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)³, como um de seus principais expoentes.

¹De acordo com o Código Internacional de Nomenclatura Botânica (CINB), o nome científico do babaçu é *Attalea speciosa*. Havendo na literatura outros sinônimos – *Orbignyaphalerata* e *Attaleaphalerata*, entre outros (SANTOS-FILHO, et al. 2014). Segundo Amaral Filho, em termos botânicos, esses gêneros ou espécies apresentam algumas diferenciações em seus aspectos. Por exemplo, no porte das palmeiras, na persistência de produção, na percentagem de amêndoas contidas no coco, na produtividade, etc. [...] ocorre no Brasil com mais expressividade a espécie orbignya. (AMARAL FILHO, p. 23, 1990).

² Segundo a Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PVES), do IBGE, o estado é responsável por 93% da amêndoa do coco babaçu extraída em todo o Brasil. Ver mais em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>.

³O Miqcb surge em 1991, quando as quebradeiras articularam o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís (MA), o qual resultou na criação da Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Em 1995, no II Encontro Interestadual, o nome foi mudado para Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). O órgão representa os interesses sociais, políticos e econômicos desse grupo, dando às mulheres a possibilidade de serem vistas e reconhecidas. Sua visão de futuro é ser referência, enquanto guardiãs da floresta de babaçu, na valorização dos conhecimentos

Os movimentos sociais no campo emergem como organizações representativas dos interesses sociais, políticos e econômicos da sociedade civil onde estão inseridos. A categoria trabalho, sob a lógica excludente do capital, também integra a pauta de discussão destes grupos. É neste cerne que empreendimentos baseados na cooperação entre “iguais” em contraposição à competição entre “desiguais”, têm apresentado propostas para um desenvolvimento mais justo e integrado.

Apesar de representarem um contraponto, estes empreendimentos não estão desconexos do capitalismo, já que precisam competir e sobreviver em um mercado onde o modelo hegemônico prega a competição em lugar da cooperação, tornando a existência de empreendimentos sociais contraditória e complexa, conforme se demonstrará com o caso da cadeia produtiva do babaçu em Itapecuru Mirim no Maranhão.

Neste trabalho opta-se pelo termo “empreendedorismo social” como parâmetro de empreendimentos de lógica capitalista (no sentido da busca pelo lucro) mas que tem como medida de desempenho o retorno social a comunidades carentes. O empreendedorismo social emerge no cenário dos anos 1990, ante a crescente problematização social, a redução dos investimentos públicos no campo social, o crescimento das organizações do terceiro setor e da participação das empresas no investimento e nas ações sociais (OLIVEIRA, 2004).

Mas seria este um modelo ideal ou apenas um paliativo aos efeitos deletérios do capitalismo? Empreendimentos sociais podem ser mais que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos aqueles que buscam alguma fonte de renda. Para Paul Singer (2002), a economia solidária poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo (SINGER, 2002).

Quando o autor menciona a superioridade de um modelo inclusivo de trabalho, deve-se levar em conta que se refere a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, em lugar do enriquecimento de uma minoria. Outro ponto: o bem-estar social não deveria ser uma proposição do Estado? Pessoas do campo, com pouca ou nenhuma

tradicionais, na luta por direitos de acesso à terra e ao território, ao babaçu livre e à prática da agroecologia (Fonte: <https://www.miqcb.org/>).

orientação na área de gestão, deveriam sanar o problema da ausência de postos de trabalho?

O termo “*empreendedorismo*” é recorrentemente empregado em tempos de crise econômica, além de ser usado para mascarar o trabalho informal enquanto alternativa social. É culturalmente aceita a noção de que o empreendedorismo representa a democracia de mercado, já que a livre iniciativa proporcionaria uma economia movida por inovações a partir da identificação de oportunidades.

Entretanto, como se verá adiante, o empreendedorismo tende a surgir da precarização do mercado de trabalho, ou seja, da necessidade. O próprio sistema capitalista requer uma economia aberta, pautada na livre iniciativa, o que contribuiu para a terceirização da mão-de-obra e redução de salários. A cultura do autoemprego também corrobora para a não intervenção do Estado na garantia de direitos trabalhistas.

Não se pretende colocar o empreendedorismo social como alternativa única em um sistema neoliberal de exclusão, mas sim caracterizar quais as implicações da implantação deste tipo de empreendimento em um território delimitado. Enxerga-se o empreendedorismo não em sentido econômico restrito, mas como uma possibilidade que não deveria anular a atuação de outros atores na promoção de uma sociedade igualitária.

Entendemos que a empresa capitalista possui valores divergentes dos de uma empresa social ou mesmo familiar, inclusive, agendas neoliberais tentam combatê-las. Segundo Harvey (2007), a empresa multinacional, capaz de deslocar capital e tecnologia rapidamente para diversos lugares, controlando diferentes recursos, mercados de trabalho, mercados de consumo e oportunidades de lucro, enquanto organiza sua própria divisão territorial de trabalho, obtém muito do seu poder devido à sua capacidade de dominar o espaço e usar os diferenciais geográficos de uma maneira que a empresa familiar não é capaz (HARVEY, 2007).

Já empreendimentos sociais operam sob a lógica capitalista, uma vez que este modelo é historicamente imposto, porém, com valores outros. Mesmo com uma proposta que à primeira vista possa parecer utópica, é possível vislumbrar um arranjo no qual sociedade civil, poder público e empreendimentos construam espaços mais equitativos; onde um setor não exclui a atuação dos demais, pelo contrário, atuam de forma complementar em benefício de toda a comunidade.

Desde a concepção do tema deste trabalho, teve-se a preocupação em encontrar um referencial teórico que coadunasse com a perspectiva da pesquisadora, evidenciando as contradições do termo empreendedorismo, sem, no entanto, desconsiderá-lo enquanto mecanismo capaz de reverter (ainda que em parte) a exclusão social dos menos favorecidos. Visando superar esta preocupação, o referencial teórico do trabalho tem assento na obra de Alexander Chayanov, economista agrário russo ligado à “*escola da análise da organização e produção camponesas*”.

Em sua obra, “*A Organização da Unidade Econômica Camponesa*”, Chayanov demonstra como se dão as relações sociais no meio rural. Para o autor, a principal motivação do trabalhador do campo será a satisfação de suas necessidades e de sua família. Portanto, o fenômeno salário (característico do meio urbano) não chegaria até as unidades produtoras camponesas, sendo também inaplicável o conceito de utilidade marginal.

Entender que existe uma relação social arraigada que influencia o comportamento e o perfil das pessoas inseridas no meio rural nos leva a inferir que o “empreendedorismo” ali desenvolvido não será o de cunho capitalista, pautado na ganância e na acumulação. O método de investigação do presente estudo parte de Chayanov ao presumir que não existe uma forma única de produzir e comercializar, e que nem sempre a medida de desempenho será o lucro para todos os tipos de organizações.

Chayanov é propositivo ao evidenciar a cooperação enquanto modelo econômico viável e ideal para o meio rural; para o autor a “própria natureza de um empreendimento agrícola coloca limites à ampliação de sua escala”. Nesse sentido, vê na cooperação um potencial para conciliar as vantagens da economia de larga escala com as unidades camponesas de pequeno porte.

O campo empírico escolhido para investigação de empreendimentos sociais compreende a região de Itapecuru-Mirim e entorno. A escolha se deve porque, antes de integrar o programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, a pesquisadora já estudava sobre a implantação de agroindústrias de base comunitária na região por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, seu atual local de trabalho.

De antemão já se sabia da existência da Agroindústria de Derivados do Babaçu na comunidade quilombola de Pedrinhas, somente após a primeira visita, é que

foi possível mapear outras comunidades em potencial para pesquisa. Sendo também indicadas as comunidades do Projeto de Assentamento Cristina Alves e Olho D' Água das Guaribas, bem como a União de Clubes de Mães localizado na sede do município.

Outro ponto importante para escolha do campo empírico reside na originalidade da proposta, pois, apesar do babaçu ser tema recorrente em diversos trabalhos de conclusão de curso, os olhares dos pesquisadores têm se voltado para região do Médio Mearim para tratar de iniciativas econômicas, em especial para os municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues⁴, locais de organização anterior e de forte atuação da ASSEMA.

Muitos foram os percalços na elaboração do projeto, levando-se em consideração que o programa de pós-graduação coincidiu com o início da pandemia de covid-19, adversidade que impôs uma série de limitações à pesquisa de campo, que só pôde ter início em agosto de 2020, já que era prudente aguardar a diminuição do número de casos da enfermidade, que à época ainda não contava com um programa de imunização.

Os procedimentos metodológicos se valeram de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto. No presente trabalho, realizou-se um levantamento da bibliografia já publicada sobre o tema e suas implicações em livros, revistas e imprensa. Outra fonte importante são os estudos do Censo Agropecuário e da Extração Vegetal e Silvicultura do IBGE.

Como primeiro objetivo específico, propôs-se a identificação do empreendedorismo social na cadeia produtiva do babaçu no município de Itapecuru Mirim e entorno. Para alcance deste objetivo tornou-se imprescindível o uso da pesquisa de campo. Entre as técnicas utilizadas, optou-se pela aplicação de questionários semiestruturados, tornando possível a interação entre investigadora e grupos sociais na coleta dos modos de vida sistemáticos diretamente do contexto ou situação específica dos grupos.

⁴Lago do Junco e Lago dos Rodrigues são municípios pioneiros na produção em moldes cooperativistas do óleo do babaçu e comercializam o produto no mercado nacional e internacional.

Foram realizadas visitas em seis ocasiões às seguintes comunidades: Comunidade Quilombola Lar de Maria no povoado Pedrinhas, União de Clubes de Mães, no centro de Itapecuru-Mirim, Vila 17 de Abril, no projeto de assentamento Cristina Alves e no povoado de Olho D' Água das Guaribas.

Nestas visitas, buscou-se reconhecer o território e identificar lideranças locais que pudessem responder às perguntas do questionário. Como é de costume nas localidades, em algumas situações, formaram-se rodas de conversa em pequenos grupos focais, e deixou-se fruir (de forma controlada com roteiro) um diálogo sobre o cotidiano das mulheres.

Para alcance do segundo e terceiro objetivo proposto - investigar a possível contribuição do empreendedorismo social para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do coco babaçu a partir da visão da comunidade envolvida e; avaliar se o empreendedorismo social promove o protagonismo e empoderamento das famílias envolvidas na cadeia produtiva do babaçu na região; fez-se uso do estudo das percepções pessoais.

Mais comumente denominada “história de vida”, essa técnica visa entender como é vista a história na perspectiva do “cidadão comum”. Segundo Bogdan e Biklen (1994), os depoimentos sociológicos ou psicológicos, na primeira pessoa, obtidos através de entrevistas estão destinados a entender aspectos básicos do comportamento humano e das instituições existentes.

Na entrevista com Roselma Licar (atual presidente da associação Quilombola Lar de Maria) e com a senhora Maria Domingas (terceiro capítulo da dissertação) é possível acompanhar em detalhe os depoimentos que narram as dificuldades, erros, acertos e sonhos para o futuro. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento das entrevistadas com o intuito de não perder nenhum detalhe importante que passasse despercebido presencialmente.

Visando proporcionar maior robustez a pesquisa, buscou-se fundamentar o alcance dos objetivos específicos mediante rodadas de conversas junto aos órgãos de apoio ao extrativismo e à agricultura familiar, sendo estes: a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), a Embrapa Cocais, a secretaria municipal de Agricultura de Itapecuru-Mirim e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI MA).

Mediante estas conversas tinha-se o objetivo de estabelecer uma análise comparativa entre as comunidades que já praticam alguma forma de empreendedorismo social (em especial na região de Itapecuru Mirim) e as que não implementam qualquer iniciativa neste sentido.

Além das entrevistas, solicitou-se aos órgãos documentos de caráter não sigiloso que pudessem contribuir com o trabalho. Gil (2008) destaca que a pesquisa documental se baseia em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. Neste caso, são documentos particulares que podem contribuir para a análise socioeconômica dos empreendimentos instalados na região.

A SAF sugeriu a leitura dos editais do programa de compras da agricultura familiar (PROCAF) destinados à Itapecuru Mirim. O jurídico da SECTI forneceu o acordo de cooperação técnica do projeto “*Metodologia de implantação, monitoramento e avaliação da estratégia de inovação social no estado do Maranhão*”. Já a Embrapa Cocais cedeu uma apresentação institucional intitulada “*Inovação que vem da tradição: o caso da Delícias do Babaçu*”.

Não foi possível estabelecer um diálogo com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que justificou a negativa com o fato de não atuarem na região. Apesar da parceria, a associação e cooperativa ligadas ao órgão não operam em Itapecuru-Mirim, sendo assim, não teriam subsídios para responder às perguntas, ao que recomendaram um diálogo com a senhora Maria Domingas, fundadora do primeiro Clube de Mães de Itapecuru.

No primeiro capítulo da dissertação remonta-se historicamente as fases e formas de exploração do coco babaçu. A análise menciona a aplicação do fruto na subsistência, a fase comercial e a industrialização dos subprodutos. Demonstra-se a exploração desigual da atividade e a relação entre fazendeiros, indústria, atravessadores e agroextrativistas. Para os primeiros, mais valia; já para o extrativista, o trabalho perigoso e extenuante de extração da amêndoa.

No segundo capítulo estabelece-se uma discussão crítica sobre o tema do empreendedorismo à luz da concepção teórica das unidades produtoras camponesas de Alexander Chayanov. Também se recorre a Paul Singer (2002) e Euclides Mance (2004) para tratar do empreendedorismo social, suas complexidades, limitações, pontos positivos e perspectivas.

No terceiro capítulo estão pontuados os resultados obtidos em campo no município de Itapecuru Mirim, assim como estão dispostas as percepções dos órgãos que atuam na região. Para elaboração deste trabalho foram entrevistadas pelo menos 18 pessoas, entre técnicos dos órgãos de apoio à atividade, quebradeiras de coco e produtoras de Itapecuru-Mirim. Foram coletadas mais de 14 horas de áudio sobre o tema de investigação.

Com este estudo pretende-se abrir uma discussão sobre a forma de produção e comercialização dos subprodutos do babaçu em Itapecuru Mirim. Propõe-se uma reflexão junto à academia e ao poder público na elaboração de soluções e políticas que considerem o modelo produtivo da região, tomando-o como o exemplo a ser replicado (com as devidas adaptações) em outras regiões maranhenses que possuam vocação para com o empreendedorismo social.

1. EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DA EXPLORAÇÃO DO BABAÇU NO MARANHÃO

O extrativismo do babaçu está relacionado à cultura do Estado do Maranhão, esta atividade obteve relevância econômica a partir da Primeira Grande Guerra e foi responsável por amortecer a crise do algodão no estado no século XX. Na obra de Amaral Filho, “*A Economia Política do Babaçu*” (1990), as formas de uso do babaçu estão divididas em três fases distintas: o autoconsumo, fase do capital comercial e fase industrial. Essa divisão é importante para localizar os impactos internos e externos, a nível micro e macroeconômico sobre a cadeia produtiva do fruto, ainda que se possa encontrar características típicas de uma fase nas demais.

Essa análise também carece de uma contextualização anterior que remonte o processo de formação socioespacial maranhense e sua inserção no processo de circulação de valor capitalista, cindidos pela ação (ou omissão) do Estado e pelas forças de mercado. Tradicionalmente, os livros de História do Maranhão dão conta da importância da agricultura de exportação e da indústria têxtil para a economia maranhense e sua eventual derrocada com o fim da escravidão no século XIX. Não menos importante é a pecuária itinerante, responsável pela ocupação do interior maranhense.

As frentes de ocupação, litorânea ou pastoril, e a conseqüente atuação de grupos sociais como agentes de produção, contribuíram para a construção de uma

sociedade com padrão de comportamento específico. De acordo com Cabral (1992), a *conquista e ocupação* do Maranhão iniciou-se tardiamente com relação a colonização em outras regiões (grifo nosso)⁵.

Ainda segundo a autora, o ponto de partida para o domínio da capitania do Maranhão foram as frotas de ocupação do início do século XVI; o impulso para ocupação do território se dá com a chegada dos franceses, que oficializam sua presença no ano de 1612. A expulsão dos franceses, comandada pela expedição de Jerônimo de Albuquerque foi fundamental para a política expansionista da coroa, sendo esta a primeira frente de expansão litorânea na capitania.

Para nosso estudo vale destacar como este processo influenciou a interiorização de atividades da agricultura familiar e a formação da sociedade camponesa maranhense. Enquanto “a dinâmica da frente litorânea teve como ponto de partida a Ilha de São Luís, distribuindo-se em seis direções, utilizando o mar e os rios” (TROYÃO, 2008), a frente pastoril avançou pelos altos sertões, oriunda do interior nordestino (CABRAL, 1992). As ramificações do Golfão Maranhense estavam destinadas à cultura do açúcar, sobretudo nas proximidades dos rios Mearim, Itapecuru, Pindaré e Munim. A produção era baseada na monocultura de exportação - açúcar e algodão; que empurrava a pecuária extensiva para o interior do estado.

A frente de ocupação pastoril foi responsável por fundar cidades no interior, sobretudo na região do vale do Parnaíba. As condições climáticas, de solo e relevo e as relações sociais entre indígenas, escravos africanos, portugueses e seus descendentes, contribuíram para a ocorrência de formas de produção baseadas na pluriatividade: criação de animais, cultivo de hortas e extrativismo (coleta, caça e pesca).

Os vaqueiros forneciam o gado como alimento para os centros urbanos, mas também cultivavam alimentos sob a lógica da subsistência nas chamadas roças no toco (queima da floresta nativa). A vegetação secundária que se formava em virtude deste processo ou pela implantação de pastos para o gado, ocasionou o surgimento de uma

⁵Apesar do uso dos termos “conquista” e “ocupação”, a autora reconhece que as terras já estavam habitadas por diversos povos indígenas e que foi feito o uso de violência para que houvesse a referida “conquista”, como na passagem: o choque entre colonizadores e indígenas teve início na ilha e no litoral ocidental onde viviam os índios tupinambás, sacrificados com maior intensidade entre 1616 e 1619 pelo então capital de entradas Bento Maciel Parente, nomeado chefe de guerra ao tupinambás e Matias de Albuquerque, filho do governador Jerônimo de Albuquerque, que travaram violento combate com grande mortalidade (CABRAL, 1981).

vegetação secundária, com ampla presença de palmeiras, sobretudo a palmeira do babaçu (*orbignya phalerata*), presente em todos os biomas do estado.

O período áureo da economia maranhense se dá com a intervenção da coroa via Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, na qual a produção estava centrada no trabalho escravo e na grande propriedade (*plantation*), com vistas à exportação do algodão, matéria-prima importante durante a Revolução Industrial. Entretanto, “com a libertação dos escravos e a concorrência externa acirrada nos mercados do algodão em pluma, essa agricultura comercial sofre um golpe muito grande” (MESQUITA, 1998). A perda de mercado consumidor de algodão e a libertação dos escravos teve reflexos sobre o extrativismo e na pequena produção camponesa no estado.

A atividade extrativista babaçueira acontece em consequência da reorganização da sociedade pós-abolição, como bem destaca Mesquita (1999):

Em termos estruturais assiste-se a um parcelamento da grande propriedade (latifúndio) e, conseqüentemente, à proliferação de pequenas áreas (de proprietários ou não) responsáveis pela produção, agora, de matéria-prima comercial importante como o tradicional algodão, mas sobretudo pela produção de subsistência que passa a ganhar importância juntamente com um produto até então desconhecido do mercado, o coco babaçu (MESQUITA, 1999, p. 3).

A partir de então o babaçu é utilizado basicamente na subsistência; a amêndoa, o óleo e o azeite com aplicações na culinária, as folhas e o caule da palmeira na construção das moradias típicas do interior maranhense. A libertação dos escravos foi fundamental para a ocorrência de modos de produção pautados no trabalho familiar ainda hoje existentes, a exemplo da coleta e quebra do coco babaçu:

Após a decadência do sistema monocultor exportador gerado pela economia colonial, temos, a partir de fins do século XIX e início do século XX, nas áreas de Litoral e nas áreas de Baixada do golfão maranhense, a formação de um campesinato gerado pela libertação dos escravos que passam a se dedicar a uma agricultura de subsistência com base no trabalho familiar, em terras do próprio latifúndio. O grande proprietário volta-se, basicamente, para a pecuária extensiva, tirando o restante de sua renda do aforamento da terra ao campesinato e da comercialização do babaçu, coletado pela unidade familiar camponesa (ALMEIDA, p. 99, 2017).

A assertiva de Almeida (2017) levanta o aforamento da terra como característico deste período de ruptura, fator que persistirá com maior força na fase comercial de exploração do babaçu, que, segundo Amaral Filho (1990) desponta com a Primeira Grande Guerra.

1.1 Fase comercial de exploração do babaçu: aliança entre o setor comercial e o grande proprietário

O início do século XX foi um período marcado por forte turbulência política e econômica, orquestradas por disputas de poder e mudanças tecnológicas. É no início deste século que os Estados Unidos se consolidam como potência mundial em termos de produção; nações europeias orientadas pelo nacionalismo disputam extensões territoriais, mercados, poderio militar e econômico; Américas Central e do Sul, Ásia e África experimentam maior autonomia no cenário global.

O Brasil, país de “desenvolvimento” tardio e inacabado, tinha no café seu principal produto de exportação. Neste período, o coronelismo consolida sua influência econômica e política, já que os coronéis detinham latifúndios cafeeiros e pecuários, além de controlar o comércio local. Estas contradições sociais também eram evidentes no Maranhão, já que é justamente o setor comercial quem influencia a economia do estado no início do século XX:

O setor comercial no Maranhão exerce forte interferência, desde a economia do algodão, na dinâmica econômica de todo o Maranhão interiorano, integrando e excluindo; articulando e desarticulando bases produtivas ligadas à agricultura, à pecuária e ao extrativismo, em detrimento, muitas vezes, do impacto municipal, regional e estadual de suas decisões, bem como suas alianças com o latifundiário, que lhes concedem o monopólio sobre a comercialização da produção agrícola e extrativista de milhares de famílias em todo o estado. (AYRES JUNIOR, p. 48, 2011).

É sob este modelo produtivo que se concentra a exploração comercial do babaçu. A partir da Primeira Guerra Mundial o coco babaçu ganha importância no mercado externo. Logo o grande proprietário percebeu que seria vantajoso adquirir mais valia pelo uso de suas terras. Este crescimento estava cimentado na lógica não capitalista de produção, ou seja, na forma primitiva de arrendamento ou aforamento de terras – concessão ou permissão de acesso e de uso das propriedades privadas em troca da participação nos lucros ou na obrigatoriedade do cultivo de outra cultura de interesse do proprietário, assim, cobrava-se um “aluguel” pelo uso da terra.

Portanto, “a cadeia produtiva do coco babaçu baseava-se na exploração de uns agentes sob os outros, e também na dependência entre estes” (CORDEIRO; 2008 apud SANTOS-FILHO. et. al, 2014).

A Guerra influenciou no sentido de causar carências no abastecimento de alimentos nos países envolvidos no conflito, a experiência brasileira na exportação de *commodities* também favoreceu o início da exploração do babaçu, sendo esta uma tarefa

das “Casas de Exportação”, entidades que controlavam a cadeia de comercialização de diversos produtos:

As Casas de Exportação constituíam uma estrutura antiga no movimento de valorização da amêndoa e tiveram uma articulação bastante estreita com a lavoura algodoeira, bem como um papel muito importante para a economia do estado, uma vez que serviam como tronco de recepção e emissão de mercadorias, colocavam o Maranhão em contato com restante do país e com o exterior (AMARAL FILHO, 1980, p. 28).

Os ganhos eram escassos para as extrativistas, “já que os fazendeiros controlavam a extração de amêndoas, os comerciantes associaram-se a eles para garantir uma estrutura verticalizada de extração, comercialização, transporte e exportação da mercadoria, sendo este o núcleo da força do capital comercial” (AYRES JUNIOR, p. 50). E é neste sentido que, historicamente, o babaçu é aproveitado apenas parcialmente, já que o fruto era exportado *in natura* para os Estados Unidos e Europa, locais de extração do óleo, produto de maior valor agregado.

Outro ponto interessante desta fase diz respeito às relações sociais atreladas à circulação do coco e da amêndoa do babaçu. O capital comercial apoiava-se no extrativismo dos pequenos produtores e no “aviamento” de produtos pelos comerciantes, fazendo surgir iniciativas econômicas que tinham no coco babaçu um importante elemento de troca.

Para Mattos Júnior (2010), os elementos que contribuíram para essas territorializações econômicas e políticas estão atrelados à infra-estrutura (construção das estradas), à produção e expansão agropecuária ligada à criação de gado bovino realizadas por grandes comerciantes aumentando as suas fronteiras aleatoriamente, sobrepondo-se às áreas ocupadas pela população pobre que vive da roça no toco. Citando Andrade (2005), menciona como se davam as relações sociais em torno da monopolização do setor comercial sobre o babaçu:

“Os grandes proprietários, quase sempre comerciantes, funcionários ou industriais nas cidades da região, exploram as terras que possuem, desenvolvendo uma pecuária extensiva e uma atividade complementar. De modo geral não edificam em suas fazendas casas confortáveis, a não ser por exceção, e estabelecem nas mesmas um pequeno entreposto onde vendem produtos adquiridos nos centros urbanos: sal, pólvora, tecidos ordinários, remédios etc. – e compram os produtos locais – peles, amêndoas de coco babaçu etc. Permitem que caboclos da terra ou nordestinos que migram para porções orientais superpovoadas se estabeleçam em suas terras, desde que apanhem o coco babaçu, extraíam as amêndoas e as entreguem no entreposto, onde as adquirem pelo preço que estabelecem, geralmente inferior ao do mercado (ANDRADE, 2005 apud. Mattos Júnior 2010).

Para Amaral Filho (1990) este sistema visava amarrar a venda da produção para as casas de exportação:

Este sistema fazia chegar, até aos produtores rurais, mercadorias para serem trocadas pela amêndoa de babaçu [...]. A ligação, entre essas duas pontas, não se dava de forma direta, para isso havia uma rede de postos de compra, representando aquelas casas, espalhadas entre os centros produtores de babaçu; esses postos funcionavam como repassadores dos recursos e juntadores da produção (AMARAL FILHO, 1990, P. 28)

Nesta fase, as regiões com maior ocorrência de atividades ligadas ao babaçu eram a Zona do Vale do Itapecuru, Baixada, Cerrado e a região dos Cocais. Os rios assumiram um papel importante para o escoamento da produção. Vale evidenciar que a palmeira deste fruto tende a ocorrer em áreas de desmatamento, por isso a importância de traçar o processo de colonização do interior maranhense.

A extração e valorização da amêndoa começa a gerar renda para o estado do Maranhão, período este que coincide com a decadência das exportações, sobretudo do algodão; “a renda gerada pelo extrativismo do babaçu veio, providencialmente, amortecer e minimizar aquela tendência de declínio da renda, ao mesmo tempo que passou a financiar uma boa parte das importações realizadas pela economia maranhense”. (AMARAL FILHO, p. 30, 1990).

No cenário nacional, o país passava por um forte crescimento econômico, que ganha impulso no primeiro governo Vargas mediante a promoção da industrialização brasileira de setores ainda pouco explorados, a exemplo do babaçu na sua fase comercial. Destaca-se que as fases de exploração do babaçu não são estanques e uma ou outra característica marcante de um período é encontrada em outro período; por exemplo, a instalação e consolidação de indústrias produtoras de óleo acontece já na fase comercial, mas ganha impulso na fase seguinte com a exploração em bases industriais.

Nesse período inicia-se também a discussão sobre o aproveitamento integral do fruto bem como a criação de uma máquina que fosse capaz de operar a quebra do coco. Conforme apontam Alfredo Wagner e Laís Mourão (2014), desde 1921 há registros de tentativas de produzir uma máquina de quebra de coco babaçu para extração de amêndoas, tendo a figura do engenheiro Luiz de Brito Passos como precursor desse projeto.

Também é neste período que se abre a economia do estado para o capital estrangeiro, mediante a concessão de terras e de incentivos fiscais, fator que será visto

com maior detalhe no próximo tópico. Vale adiantar que em 1919 instala-se no Maranhão a *The Oversea Company of Brazil Limited*, empresa norueguesa, com o objetivo de industrializar o coco babaçu (Amaral Filho, 1990).

1.2 A fase industrial: modernização conservadora

Conforme exposto anteriormente, o aumento do nível de produção na fase comercial de exploração do coco babaçu não significou melhoria para as condições de vida das comunidades tradicionais, uma vez que, nessa fase, toda a produção era exportada *in natura*, não gerando, portanto, nenhum efeito multiplicador na economia do estado. Este cenário começa a mudar a partir dos anos 30. Consoante às políticas econômicas de industrialização implantadas a nível nacional, o Maranhão também investe neste sentido, buscando candidatos à exploração do fruto e de seus derivados.

A política econômica de fortalecimento da indústria nacional foi fundamental para que ocorresse a exploração do babaçu em moldes industriais no Maranhão. De acordo com Leopoldi (2007), a alta taxa de dinamismo do setor industrial no período se deve a uma base industrial preexistente que pôde ser ampliada a partir da conjuntura internacional em crise, o que ajuda na substituição de importações. As políticas econômicas do período tinham por base as medidas cambiais que regulavam a taxa de câmbio e as importações, o que indiretamente acabava por ajudar a indústria.

Moreira (2007) ressalta que o crescimento econômico e industrialização nacionais ocorreu de forma desigual, sem alcançar a população rural brasileira:

No governo JK, a maior parte da população nacional, cerca de 70%, vivia em zonas rurais [...] e na ausência da reforma agrária, da colonização baseada na pequena propriedade nas zonas de fronteira agrícola e da extensão dos direitos sociais e trabalhistas aos homens e mulheres do campo, qualquer projeção de melhoria das condições de vida da população rural era mais fictícia do que real (MOREIRA, 2007, p. 190).

Uma análise crítica interessante sobre este momento histórico da agricultura brasileira pode ser apreciada na obra *“Do Capital Financeiro da Agricultura”*, de Guilherme Delgado (2012), quando trata da *“Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira (1965-1985)”*, para o autor, é neste período em que ocorre o processo de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo. Entretanto, essa

modernização se dá em detrimento do movimento pela reforma agrária (DELGADO, 2012).

Não é por acaso que nesta fase o Maranhão inicia a abertura do estado para o capital proveniente de outros estados e países, com uma série de incentivos fiscais e apoio governamental para instalação de indústrias. Tomaremos como ponto de partida o início dos anos 50 para falar da fase industrial da exploração do coco babaçu no Maranhão. Mesquita (1999) retrata este cenário:

O capital industrial, que anteriormente estava no centro-sul, instala-se no Maranhão, especialmente na capital (em função do porto) e em cidades centralizadoras da produção (Caxias, Codó e Bacabal) [...] Mecanismos estatais importantes são colocados à disposição dos capitalistas candidatos a investir no setor manufatureiro do babaçu. Os mais destacados e conhecidos foram os financiamentos do sistema bancário estatal: Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, nas décadas de 50 e 60, e os incentivos fiscais da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) nos anos 70 e 80 (MESQUITA, 1999, p. 8) ”.

A instalação de indústrias em proximidade com os pontos de aquisição da matéria-prima também se mostrou economicamente vantajosa, já que houve uma redução de gastos com transporte. Este período também teve como marco a abertura de estradas no Maranhão, o que por sua vez também impactou na proliferação de novos polos comerciais. É neste cenário que se multiplicam o número de indústrias produtoras de óleo babaçu, com destaque para empresas originárias do centro-sul do país.

Outro fator que contribuiu para a expansão da atividade foi o crescimento do fluxo migratório, sobretudo de pessoas provenientes da própria região Nordeste, que buscavam melhores condições de vida refugiados da seca e outros provenientes da região amazônica em consequência do declínio do ciclo da borracha.

Barbosa (2019) menciona o estudo sobre a evolução da economia maranhense de autoria de Bandeira Tribuzzi, que aponta a existência de intensas correntes migratórias interestaduais e infraestaduais a partir da década de 50:

Essas correntes partiram da margem esquerda do rio Itapecuru para os vales dos rios Mearim, Pindaré, Tocantins e Turi, que passaram a ser o eixo da produção agrícola do estado, antes concentrados nos vales do Itapecuru e Parnaíba. A ocupação de áreas de nova fronteira agrícola, caracterizada pela predominância da pequena unidade familiar, aumentou significativamente a produção da lavoura de cereais e ensejou, ainda, a expansão das áreas de cocais, portanto, a produção extrativa do babaçu (BANDEIRA TRIBUZZI, apud. BARBOSA, 2019, p. 149).

De acordo com Velho (2009), o crescimento demográfico pode estar relacionado às frentes de expansão, mas ressalta o grau de arbitrariedade do então único órgão que apurava o crescimento demográfico da população:

Manipulando, com certo grau de arbitrariedade, alguns dados dos Censos de 1950 e 1960, especialmente o incremento demográfico ocorrido na década de 50, poderíamos tentar definir, de acordo com a divisão adotada pelo IBGE na época, as zonas fisiográficas que estariam sujeitas à ação de frentes de expansão nesse período, sabendo-se que o incremento demográfico não explica a ocorrência de uma frente de expansão, mas denuncia a sua existência (VELHO, p. 6, 2009).

Sendo o principal órgão provedor de dados e informações do país, utiliza-se o IBGE e sua divisão regional em zonas fisiográficas criada no ano 1940 como parâmetro sobre o incremento da extração da amêndoa. Entretanto, considera-se que o referido órgão opera sob influência do contexto sociopolítico da época, o que irá refletir em sua concepção teórico-metodológica.

O próprio órgão admite que os estudos relativos à Divisão Regional do Brasil empreendidos pelo IBGE não só respondem aos diferentes contextos históricos de sua formulação, como também se debatem, continuamente, entre a necessidade de estabelecer divisões, segundo critérios gerais de fundamento científico-geográfico, e o atendimento às “conveniências práticas” fixadas pela obediência à divisão político-administrativa do Território Nacional (IBGE, 2017).

Naquele momento o país passava por forte centralização do poder executivo a nível federal, conhecer o país Brasil fazia parte do debate político de então, a nova divisão regional veio a atender os anseios de algumas esferas da sociedade. Tal divisão deveria ser mais adequada a um país que precisava se ajustar a padrões mais modernos, não só de crescimento de sua base produtiva, como também em termos de controle, padronização e administração de sua base territorial.

Utilizando o Censo Agrário do IBGE, com data de publicação de 1950, percebe-se um incremento da produção em toneladas de amêndoas. A pesquisa realizada no ano anterior evidencia a produção extrativista de origem vegetal e o quantitativo de estabelecimentos, segundo as zonas fisiográficas e municípios maranhenses.

Quadro 1: Produção extrativista de origem vegetal dos estabelecimentos no ano de 1949

BABAÇU		
ZONAS FISIográficas	ESTABELECEMENTOS COM DECLARAÇÃO	PRODUÇÃO (t)
Estado do Maranhão	29.609	59.997

Fonte: Adaptado de Censo Agrícola IBGE

No documento do Censo Agrícola (anexo A) destacam-se as Zonas do Baixo Mearim, Itapecuru e do Médio Parnaíba, como principais polos com estabelecimentos ligados ao babaçu. Para Amaral Filho (1990) entre a Primeira Grande Guerra e 60, a maior taxa de crescimento se dá entre 1950/60 com 90%, sendo que, de 1940/50 a expansão é de 45%. Em termos absolutos, a situação é essa: 40.000 toneladas em 1940; 58.000 toneladas em 1950 e 110.000 toneladas em 1960 (AMARAL FILHO, 1990, p. 59).

O censo agrícola de 1960, dá mais detalhes sobre a importância da cadeia produtiva do babaçu no estado. Em sua introdução, o documento do IBGE a trata como uma das atividades predominantes no Maranhão. No ano anterior à publicação da pesquisa, o Maranhão contava com 2.747 estabelecimentos próprios com atividades ligadas à exploração do coco babaçu em uma área de aproximadamente 979.641 hectares.

Também foram investigadas as áreas ocupadas e arrendadas, próprias e arrendadas, próprias e ocupadas e arrendadas e ocupadas. Sendo que a maioria dos estabelecimentos eram arrendados, com 9.436 unidades e ocupados com 5.186 unidades (anexo B, Censo agrícola, 1960).

Apesar da superioridade do número de parceiros, arrendatários e ocupantes envolvidos na atividade, os incentivos para a modernização do setor estavam destinados apenas à indústria, estes incentivos iriam desde a concessão de “terras devolutas” às empresas que explorassem o coco babaçu, até a concessão de outras vantagens, como a isenção de impostos.

Mesquita (1999) retrata bem este cenário ao afirmar que a produção capitalizada não era a regra, uma vez que “a maior parte da produção era executada por trabalhadores sem-terra (arrendatários, parceiros e ocupantes) fundamentados no trabalho familiar, que em 1985, chegam a representar 74,89% da população ocupada do setor, de acordo com a Fundação IBGE” (MESQUITA, p. 3, 1999).

Dadas as contradições deste modelo de produção, comunidades rurais começam a se organizar na luta por direitos, já que o latifúndio ainda era uma questão intocável dentro dos preceitos desenvolvimentistas de então. Por volta de 1955 surgem as ligas camponesas e o trabalho em moldes associativos como forma de enfrentamento às desigualdades no interior do país.

Os governos do Regime Militar (1964-1985) também direcionaram políticas econômicas, sobretudo entre os anos 60 e 70, para o setor agrícola. É neste período em que ocorre a Revolução Verde – ação que tinha por objetivo o aumento da produção de alimentos mediante o incremento de tecnologia no meio rural. A mecanização da agricultura, a substituição da pecuária extensiva pela intensiva, o uso de fertilizantes e a degradação ambiental ocasionada por este processo conduziram o Brasil à recordista na exportação de alimentos:

Os sistemas ambientais criados ou fortalecidos e tecnicamente melhorados nos anos 1970 constituem uma faceta moderna da agricultura brasileira, assim como sua diversificação e integração às múltiplas correntes do comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais. Neste sentido, marcam uma grande diferença com relação à política externa dos anos 1950, que privilegiava o café e por isso o tornara praticamente exclusivo como produto de exportação (DELGADO, p. 17, 2012).

Outro ponto importante na análise de Delgado (2012), trata das assimetrias da modernização conservadora, já que este processo se concentrou regional e socialmente em sua maior parte em zonas do Sudeste e do Sul, só vindo a propagar-se pelo Centro Oeste nos anos 1980, deixando para trás a agricultura do Nordeste, assim como a coleta e extração vegetal da Amazônia.

Para Mesquita (2011) as estratégias de desenvolvimento do setor foram conservadoras, sendo esta a “estratégia preferida dos governos militares, voltada para a solução imediata de problemas relativos ao aumento da produção e da produtividade e da reorganização da atividade” (MESQUITA, p. 31, 2011).

Sob está lógica se buscava sair de um padrão extensivo para o padrão “agrícola intensivo e moderno”, “a prioridade era resolver a questão agrícola, isto é, aumentar a oferta e a produtividade, a partir da transformação urgente de seu perfil técnico e favorecimento de uma maior integração entre agricultura e indústria” (MESQUITA, 2011, p. 37).

Para Alfredo Wagner e Laís Mourão (2010), os planos governamentais enfatizaram o setor primário como alternativa econômica, já que o entendimento era que

o desempenho de atividades agrícolas, pecuárias e extrativas seriam as causadoras da miséria vigente, sendo fundamental a industrialização do estado.

As Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste também tiveram papel importante na tentativa de dirimir as desigualdades entre as regiões Norte e Nordeste e o restante do país através de incentivos fiscais e financeiros especiais para atração de investidores privados. “Voltadas principalmente para a pecuária de corte, estas empresas de tecnologia avançada utilizariam reduzida mão-de-obra e pretendem destinar sua produção ao mercado internacional” (ALMEIDA; MOURÃO 2010).

Neste cerne, a concessão de terras assume grande importância, sendo a principal contrapartida para os industriais que se instalassem no Maranhão. No início dos anos 1970, o processo de modernização foi intensificado através da grilagem de terras, pois desenvolver o Maranhão significava dispor de recurso que o Estado tinha em abundância: “terras devolutas” (BARBOSA, 2011).

A privatização de terras públicas, mediante expropriação violenta de camponeses, estava legitimada, uma vez que contava com um arcabouço jurídico, tornando-se um instrumento de mercado, montado a partir de 17 de julho de 1969, com a instituição da Lei estadual nº 2.979 sobre terras públicas do Estado do Maranhão, mais conhecida como “Lei Sarney de Terras” (ALMEIDA; MOURÃO 2010).

Mediante estes mecanismos, era natural que o capital industrial migrasse para o estado do Maranhão e aquecesse todas as atividades do babaçu, como pode se observar nos dados fornecidos do Censo Agrícola, publicação de 1970, que demonstram o incremento na quantidade produzida em toneladas e do valor da produção de amêndoas:

Quadro 2: Produção extrativista de origem vegetal dos estabelecimentos no ano de 1970.

BABAÇU		
INFORMANTES	QUANTIDADE (t)	VALOR (mil cruzeiros)
171.382	121.056	74.851

Fonte: Adaptado de Censo Agrícola (1970)

O auge da economia babaçueira se deu entre as décadas de 1960 até o início de 1980, quando 52 empresas com atividades oleaginosas de médio e de grande porte funcionavam no Maranhão. A produção anual de óleo de babaçu girava em torno de 130 mil toneladas, sendo o principal item de exportação do estado (PENSA, 2000).

Este crescimento se dá em um momento em que, se por um lado, as políticas estatais atraíam empresas beneficiadoras do babaçu para o estado, por outro, também direcionavam benesses para outras atividades que inibem a pequena produção fundamentada no trabalho familiar atrelado à cadeia do babaçu. Estes e outros fatores contribuíram para que a atividade não se desenvolvesse de forma sustentável e acabasse por declinar nas décadas seguintes:

“A área de pastagem entre 1960 e 1985 cresce significativamente (120%), enquanto a área com lavoura, em igual período, cresce apenas 45,6%, abaixo do percentual da área incorporada no período, que foi de 58,3%. Ou seja, “aquele oceano de recurso público posto à disposição do grande capital pelas agências do Estado - SUDENE, SUDAM, BB, BNB e BASA, e seus programas especiais tipo Proterra, Polonordeste, acabou proporcionando efeito inverso àquele desejado pelos seus mentores — que eram o crescimento da produção de alimentos no Nordeste e a modernização de sua agricultura; o aumento do emprego e da renda do produtor rural; a contenção do fluxo migratório para as cidades e uma maior democratização do acesso à terra” (MESQUITA, 1999, p.4)

1.3 Decadência na produção do babaçu: dos anos 80 à atualidade

Os anos 80 no Brasil foram marcados por forte turbulência econômica e política. Superada a esperança de reedição de um milagre econômico, o regime militar apresentava desgastes e a política brasileira dava sinais de reabertura. Ainda que indiretamente, Tancredo Neves foi eleito à presidência, mas coube a José Sarney comandar a transição para a democracia, uma vez que a sociedade participava cada vez mais das decisões políticas em nosso país.

A recessão econômica marcou o período, dada a estagnação da produção industrial, a hiperinflação e o baixo crescimento do PIB, além do aumento da dívida externa e das desigualdades sociais. Este cenário de crise refletiu sobre a frágil produção industrial maranhense que ainda contou com ações desfavoráveis a nível estadual. Para se ter uma ideia do impacto deste decréscimo sobre a industrialização do babaçu no Maranhão, a produção da amêndoa, principal derivado deste coco, tem decaído ano após ano, e este decréscimo é ainda mais perceptível na história recente, conforme se demonstra no comparativo entre os anos 90 e entre os anos de 2015 a 2019:

Quadro 3: Quantidade produzida na extração vegetal

Quantidade produzida na extração vegetal (Toneladas)					
Tipo de produto extrativo (babaçu)					
Unidade da Federação	Ano				
	1986	1987	1988	1989	1990
MARANHÃO	142.464	147.245	142.613	140.763	132.577

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

Quadro 4: Quantidade produzida da extração vegetal da amêndoa do babaçu em toneladas.

Quantidade produzida na extração vegetal (toneladas)				
Produto extrativo – Babaçu (amêndoa)				
2015	2016	2017	2018	2019
73.640	57.400	50.476	47.122	45.166

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

O capital industrial pautado nas relações de mercado que visava à maximização dos lucros, o poder de barganha dos comerciantes locais da região e a modernização desigual do setor, são alguns pontos que podem ser levantados como as causas deste declínio. Para as pessoas que estavam em seus territórios, outras opções foram abertas, além das políticas de transferência de renda e da possibilidade de um emprego assalariado ou ocupação informal nos centros urbanos.

Evidentemente, percebe-se uma total desarticulação entre iniciativa privada, políticas públicas e os interesses das comunidades locais. A exportação do óleo praticamente foi abolida e a de amêndoas declinou.

Uma outra causa que merece destaque encontra-se em Mesquita (2011), que evidencia a abertura do mercado para importações do palmiste, substituto perfeito do óleo de babaçu:

Assiste-se, assim, a um declínio constante do parque industrial tradicional — em particular as empresas ligadas ao babaçu, alimentos, perfume, sabão e velas. Por exemplo, o valor da transformação industrial de alguns subsetores mostra isso: da química: queda de 43% em 1970 para 24% em 1985; sabão, velas e perfume: queda de 9,5% em 1980 para 4,23% em 1985 (dados do Censo Industrial de 1970 e 1985). Inúmeras empresas, de todos os tamanhos, na capital e no interior, desaparecem. As poucas que sobrevivem adaptam seu processo produtivo a outras oleaginosas (por exemplo, soja) ou, simplesmente, compram óleo bruto importado da Ásia (palmiste), mais barato do que o processado no Estado (MESQUITA, 1999, p. 11).

Na década de 1980, mudanças relacionadas ao avanço da produção de soja no Brasil e a redução das alíquotas de importação dos óleos láuricos, com preços mais competitivos, iniciaram uma forte concorrência no mercado brasileiro, levando à diminuição na demanda do óleo de babaçu e à redução drástica do parque industrial de óleos maranhenses (ROCHA NETO, 1993).

A produção voltou-se para o abastecimento interno, já que houve uma redução nos preços, o que conseqüentemente acarreta menores margens de lucro para o setor comercial; que com maior poder de barganha, transfere esse ônus para as famílias extrativistas, tornando a atividade cada vez mais desinteressante para as mesmas.

Outras atividades economicamente mais atraentes se desenvolvem no estado, como o cultivo da cana e do arroz, além da significativa expansão da soja e da pecuária, atividades que reconhecidamente inibem a pequena produção rural. Amaral Filho (1990) ressalta que houve um aceleração da expansão da atividade pecuária sobre as atividades agrícolas e extrativas desenvolvidas pela pequena produção e pela introdução de novas culturas como a cana, bem como pela mecanização da cultura do arroz.

Para Mesquita (1999), os grupos industriais que se instalaram no estado usufruíram de benesses, mas pouco fizeram para alterar o estado de atraso da agricultura maranhense. Além disso, trouxeram novos problemas, como a desarticulação da pequena produção de alimentos e a devastação de milhares de hectares de florestas, a derrubada de milhões de palmeiras de babaçu, além da geração de inúmeros conflitos agrários no estado. Barbosa (2019) destaca que as mulheres estiveram diretamente envolvidas em conflitos pela posse de terras e, principalmente, pelo acesso e preservação dos babaçuais.

Em paralelo, a classe intelectual maranhense propaga o ideário de que a exploração de atividades extrativas bem como a produção familiar camponesa seriam uma barreira ao desenvolvimento econômico do estado. O setor primário só seria levado em consideração nos planos governamentais a partir da introdução de projetos agropecuários no meio rural maranhense.

Já os industrialistas defendiam que somente soluções industriais seriam capazes de alcançar o desenvolvimento almejado. “Havia para eles, uma relação de casualidade entre o atraso maranhense e a posição econômica do estado então suportada pelas atividades agrícolas, pecuárias e extrativas” (ALMEIDA; MOURÃO, 1976, p.5); “o caso da economia do babaçu tem demonstrado isso, visto, que, após os anos 1970, o produto decaiu no interesse de empresários e do governo” (BARBOSA, 2019, p. 158).

De acordo com Santos (2010) entre os anos de 1980 e 1990, *os grandes projetos*, como o projeto Grande Carajás, que envolvia a Companhia Vale do Rio Doce, a Alumar e a Albrás chegavam ao Maranhão, desencadeando disputas pela posse de terras entre grupos empresariais e camponeses ameaçados de expropriação.

Nos anos noventa, o preceito neoliberal de Estado mínimo e as novas formas de acumulação baseadas no incremento da tecnologia ao sistema de produção, acabaram por provocar a desregulamentação e precarização do mercado de trabalho, o desemprego massivo e a exclusão social de um enorme contingente da população. Neste processo, a desestruturação da capacidade técnica estatal, levada à cabo quando da introdução dos preceitos neoliberais do Estado-mínimo (SILVA, 2001; BURNETT, 2015), impossibilitou o surgimento de um projeto de desenvolvimento capaz de incluir a maioria da população (BURNETT, 2015, p. 2).

Em paralelo, o país vivia a reabertura política, na qual sindicatos, sociedade civil e movimentos sociais discutiam alternativas para geração de emprego e renda às camadas mais alijadas do processo produtivo. Neste momento, o Empreendedorismo Social torna-se objeto de discussão, com sua proposta de trabalho economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto. Conceitos que serão abordados em tópicos posteriores da presente dissertação.

1.4 Dados acerca da cadeia produtiva do coco babaçu no Maranhão

Conforme exposto anteriormente, a ocorrência do babaçu sofre forte influência da ação humana no que diz respeito a degradação do meio para implantação de pastos e roças. Outro fator importante são as condições climáticas favoráveis. O Maranhão encontra-se no Meio Norte brasileiro, região que apresenta uma extensa zona ecotonal - encontro entre os biomas do sul-úmido amazônico e o semiárido nordestino. Esta região destaca-se pela riqueza de sua biodiversidade já que concentra espécies de Cerrado e Caatinga, em especial a palmeira do babaçu.

Além de sua importância para a economia, o manejo e o extrativismo do babaçu preservam a ancestralidade de povos e comunidades tradicionais, que tem neste fruto, sua principal fonte de renda e segurança alimentar. Foi por intermédio da ação destas comunidades, formada por quilombolas, ribeirinhos e moradores rurais que o

aproveitamento da palmeira do babaçu se consolidou em território maranhense. Na figura a seguir podemos observar a divisão do coco em partes e seu respectivo percentual em massa:

Figura 1: Tamanho e composição do coco babaçu



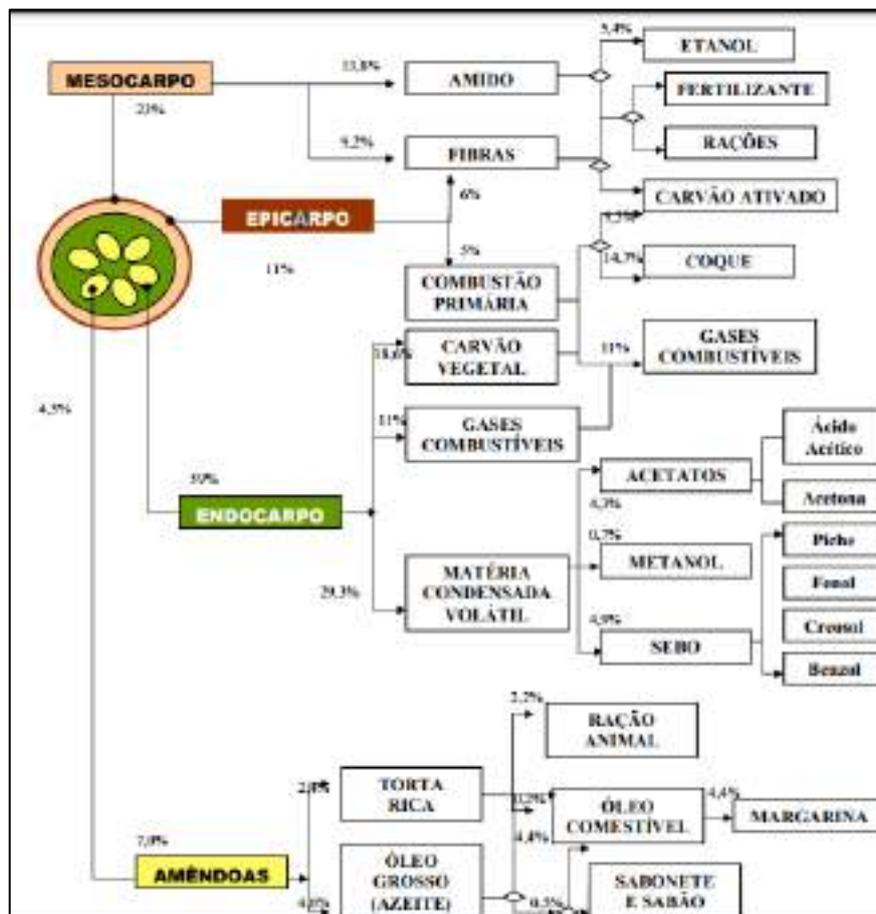
Fonte: Manual Tecnológico - Aproveitamento integral do fruto e da folha do babaçu (2012).

Conforme evidencia a figura anterior, a utilidade do babaçu não reside apenas na subsistência. Das amêndoas extrai-se o leite que é utilizado na culinária local, mas também o azeite que pode ser empregado na fabricação de cosméticos, produtos de limpeza, sabonetes, shampoos e sabão, “quando as amêndoas são usadas *in natura*, servem para a produção de doces, paçocas entre outras guloseimas” (VEIGA, 2013).

A casca do coco (endocarpo) é utilizada como carvão vegetal e na indústria para produção de escovas, xaxim, estofados, embalagens e etc. O epicarpo também possui as mesmas aplicações, podendo ser também utilizado na indústria farmacêutica e química. O mesocarpo tem emprego na alimentação humana e animal, a partir de sua farinha pode-se produzir uma série de gêneros alimentícios, como pães, bolos, biscoitos, sorvete entre outros. O caule e as folhas também são aproveitados, principalmente na produção das moradias típicas do interior maranhense.

Apesar de todo seu potencial, devido os custos de produção e o interesse meramente comercial das empresas que se beneficiaram dessa riqueza natural, produtos de maior valor agregado e de caráter estratégico para a economia do Estado deixam de ser produzidos. É consenso entre pesquisadores e autores da área que o poder público deveria injetar recursos em Pesquisa e Desenvolvimento para se pensar em um aproveitamento mais racional do fruto. A figura a seguir demonstra uma série de aplicações do babaçu na indústria:

Figura 2: Aproveitamento integral do babaçu na indústria

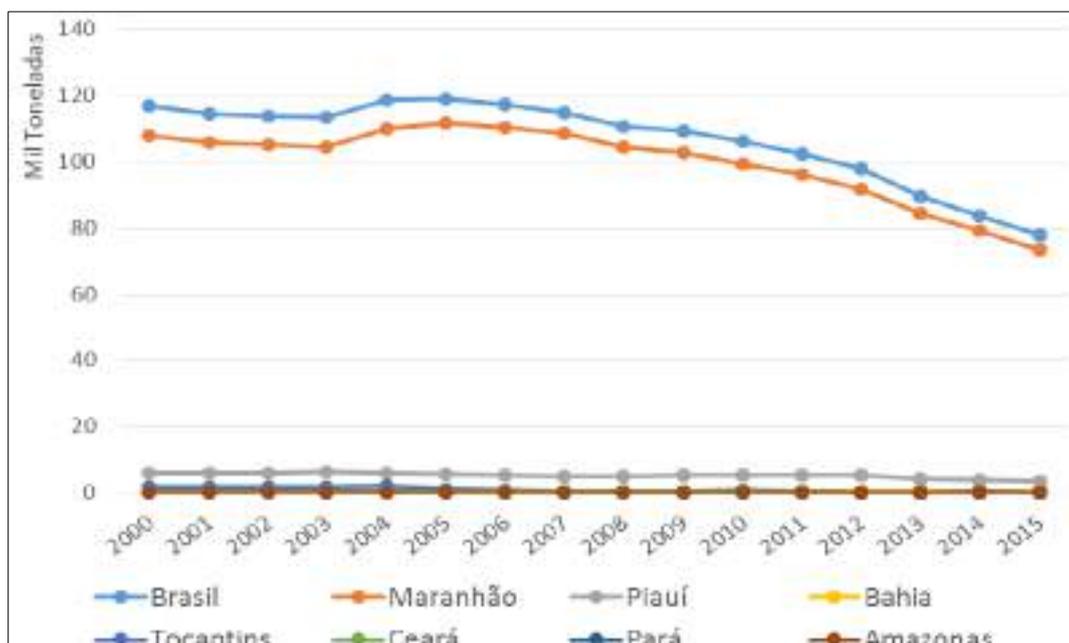


Fonte: May (1990)

Para Almeida et. al (2016), dado o valor do babaçu, expresso em diferentes frentes de pesquisa científica, faz-se necessário destacar que estudos de viabilidade econômica podem direcionar uma nova cadeia produtiva. Ferreira (2008) vai além e assevera que o babaçu tem amplas e vantajosas possibilidades de se tornar alternativa à matriz energética local e nacional.

Dada toda a problemática até aqui traçada, percebe-se que a atividade conta apenas com o trabalho manual de quebradeiras remanescentes que ainda preservam a tradição da coleta e quebra do coco em pequenos grupos. Dados recentes do IBGE revelam o decréscimo considerável da atividade da extração da amêndoa do babaçu nos últimos anos no estado do Maranhão:

Gráfico 1 – Produção nacional de babaçu – 2000 a 2015



Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Vale frisar que o IBGE não fornece informações acerca dos demais subprodutos do coco babaçu. Não se pode afirmar com veemência que a atividade entrou em extinção tomando por base um único derivado de um fruto de infinitas possibilidades. Faz-oportuno um estudo sobre a possibilidade de resignificação das atividades econômicas com o babaçu na atualidade. É neste sentido que comunidades tradicionais do interior maranhense têm invertido a lógica predominante de exploração do babaçu mediante a implantação de agroindústrias de base comunitária.

As primeiras cooperativas surgiram no Maranhão em 1960, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), pelo então governador José Sarney, que possuía um departamento exclusivo para o desenvolvimento do cooperativismo (SANTOS, p.47, 2021), estas cooperativas estavam integradas aos projetos de colonização⁶. Naquele período os principais incentivos estavam destinados a quem pudesse produzir em larga escala com vistas a agroexportação:

Nesse contexto, pode-se afirmar que esse tipo cooperativismo incentivado pelo Estado serviu somente para os projetos dos grandes produtores que tinham por finalidade apenas adquirir ganhos, seja na comercialização seja na burocracia. Esse cooperativismo não emergiu de iniciativa popular, ao contrário, sua originalidade e seu percurso estiveram direcionados apenas para a lucratividade (SERENO; BARBOSA, Zulene, 2019, p. 37)

Nos últimos anos, diversos empreendimentos de caráter social/solidário surgem no Maranhão, vinculados a arranjos institucionais locais; estes empreendimentos garantem ocupação e renda, estimulam o exercício da cidadania e da democracia. Alguns exemplos consolidados são a ASSEMA⁷, a COOPALJ⁸ a COPAESP⁹ e a AMTR¹⁰.

⁶De acordo com Alfredo Wagner e Laís Mourão (2014) os projetos de Colonização foram criados, tanto na esfera federal, quanto na regional e na estadual, para ordenar a ocupação espontânea que já vinha sendo levada a cabo pelas famílias camponesas oriundas da Baixada Maranhense, do Vale do Itapecuru e do Mearim em conjunto com as famílias camponesas “migrantes do Nordeste”. Tais medidas colonizadoras consistiam em ações complementares de controle do deslocamento destas famílias no acesso aos recursos básicos, mas em conjunção com a implantação de grandes projetos agropecuários e de mineração, cujas iniciativas estavam fundadas na apropriação de terras públicas. Projetos: Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), Projeto Integrado de Colonização de Barra do Corda (PIC) e Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE).

⁷De acordo com Barbosa (2019), a Associação em Áreas de Assentamento do Maranhão (ASSEMA) é uma organização não governamental que abrange a microrregião do Médio Mearim maranhense. Composta por trabalhadores rurais e assessores técnicos (em sua maioria pesquisadores de diversas áreas), seu objetivo era o de atender às demandas de agroextrativistas da região, prestando assistência técnica, jurídica, econômica e política para os trabalhadores, e desenvolvendo cooperativas e associações locais. A ASSEMA foi resultado da atuação de trabalhadores e trabalhadoras dos STRs dos municípios de Lago do Junco, São Luís Gonzaga do Maranhão, Esperantinópolis e Lima Campos, no Mearim, os quais se organizaram com o objetivo de assegurar as terras que haviam conquistado após conflitos.

⁸Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, fundada em 1991, produz e comercializa óleo orgânico e torta de babaçu, nos mercados nacionais e internacionais.

⁹Cooperativa de Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis foi criada em 1992 por agroextrativistas do município de Esperantinópolis, produz e comercializa mesocarpo de Babaçu no mercado nacional, objetivando melhorar a renda de 84 famílias associadas à cooperativa. A mesma também trabalha com o manejo florestal do Jaborandi.

¹⁰Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco, criada em 1989, é fruto da resistência e instrumento político de enfrentamento ao latifúndio que dominava os babaçuais. Seus principais objetivos são a valorização das atividades extrativas do babaçu, preservação e livre acesso aos babaçuais e o reconhecimento do papel produtivo da mulher na agricultura familiar e na sociedade.

Outro marco histórico importante diz respeito à aprovação da lei 231/2007, a lei do Babaçu Livre, que assegura o livre acesso das quebradeiras de coco às palmeiras, inclusive aquelas localizadas em propriedades privadas. A Lei também proíbe a derrubada da palmeira e o uso de pesticidas. Segundo Ayres Junior (2007), a lei do Babaçu Livre encontra-se aprovada em diversos municípios no Maranhão: Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga e Imperatriz. Apesar de representar um grande avanço para a preservação dos babaçuais e defesa das comunidades tradicionais, a legislação não tem sido suficiente para proteger as palmeiras. Ainda tramita no Congresso uma lei que se assemelha a do Babaçu Livre de abrangência nacional.

Por fim, conclui-se que a atividade de exploração do babaçu ainda carece de políticas públicas que garantam uma renda justa para as famílias extrativistas, já que estas são o elo mais fraco da cadeia. Com o total abandono do poder público frente a essa realidade, comunidades rurais têm implantado associações, cooperativas e clubes de troca.

Itapecuru-Mirim, município localizado a aproximadamente 121 km da capital São Luís, tem chamado a atenção por conta da formação de um circuito solidário de produção em atendimento a demandas locais e de mercados institucionais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PROCAF (Programa de Compras da Agricultura Familiar do Governo do Estado).

2. EMPREENDEDORISMO: INDICAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

2.1. Uma discussão sobre Empreendedorismo (s)

Neste capítulo pretende-se discutir a questão do empreendedorismo para, posteriormente, indicar uma correlação entre o termo e os empreendimentos de Itapecuru Mirim. Opta-se por uma abordagem crítica do conceito, já que este vem sendo usualmente empregado como solução única para as recorrentes crises do capitalismo sob a órbita de uma agenda neoliberal de precarização do mercado de trabalho e de estímulo para que o cidadão médio, com pouca ou nenhuma formação na área de gestão, crie seu próprio emprego.

Cabe destacar que a ideia de empreendedorismo sofreu mudanças ao longo da história e esteve atrelada a conceitos administrativos dominantes em dados contextos

sociopolíticos, culturais e do próprio desenvolvimento do sistema capitalista. O conceito de empreendedorismo parece estar em constante evolução.

A palavra “empreendedor” (*entrepreneur*) tem origem francesa e significa aquele que assume riscos e começa algo novo. O termo era atribuído aos navegadores que vendiam mercadorias dos capitalistas em rotas desconhecidas. “Enquanto o capitalista era alguém que assumia riscos de forma passiva, o aventureiro empreendedor assumia papel ativo, correndo riscos físicos e emocionais” (Dornelas, p. 20, 2016).

A partir da industrialização, capitalistas e empreendedores foram diferenciados e a busca por inovações também passou a dar significado ao termo. Um dos conceitos mais difundidos e aceitos até os dias atuais, é de Joseph Schumpeter, economista que considerava as inovações tecnológicas como propulsoras do desenvolvimento capitalista, para Schumpeter:

O empreendedorismo destrói a ordem econômica vigente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais. (SCHUMPTER apud. DORNELAS, 2014, p. 2.)

Deste conceito pode-se depreender que empreendedor é alguém que busca certo grau de novidade mediante a busca de novos produtos, novos modelos de negócios ou novas formas de exploração. Guardaremos este primeiro ponto - empreende aquele que *busca algo novo ou novas formas de fazer aquilo que já é feito*.

Entretanto, com o acirramento da competição, inovar tem se tornado cada vez mais difícil, quando um negócio atende à uma demanda que não era suprida por nenhum *player*, logo outros entrantes ou empresas estabelecidas e reconhecidas no mercado irão oferecer o mesmo produto ou serviço, seja com qualidade superior ou preço mais baixo. Com o ciclo de vida dos produtos cada vez mais reduzido, tendo em vista que já são introduzidos no mercado com uma taxa de obsolescência programada, a ideia de inovação tem se tornado praticamente intangível.

Outro ponto comum na literatura sobre o tema seria a relação entre empreendedorismo e a identificação de oportunidades. Chiavenato (2007), diz que o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem por ser dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. Já Dornelas (2016) define empreendedorismo como o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades.

Por mais que estes conceitos apresentem o empreendedor como uma pessoa inovadora que assume riscos e possui capacidade para transformar oportunidades em negócios, não se pode desconsiderar que muitas das vezes o empreendedorismo nasce do desemprego e das contradições inerentes ao modelo capitalista de produção. No Brasil, costuma-se empreender por necessidade e na informalidade¹¹.

Mediante a exposição de autores reconhecidos na área, pode-se entender que empreender significa buscar ineditismo ao suprir de forma lucrativa os anseios da sociedade, para que isso aconteça deve-se buscar uma oportunidade de mercado.

Um leitor desatento poderia simpatizar com a definição do termo, já que este carrega uma série de simbolismos romantizados: o empreendedor é uma pessoa inconformada, que parte do zero, e, sendo visionária (um dom para poucos), consegue enxergar oportunidades que passam despercebidas pela grande maioria das pessoas. Mas não é este o entendimento adotado na presente dissertação.

Não se descarta a contribuição dos autores acima mencionados, mas se traz luz sobre o tema: o empreendedorismo não está relacionado somente a novos negócios, é possível empreender em negócios existentes (de terceiros), na comunidade ou sociedade em geral, muitos negócios são inspirados em modelos já existentes sem trazer nada de novo ou surpreendente e conseguem se manter no mercado.

Nem sempre os negócios são criados a partir de oportunidades, nos países em desenvolvimento, majoritariamente se empreende por necessidade e sem o devido planejamento, o que acaba por engrossar a lista de falências ainda nos primeiros anos de vida dessas micro e pequenas empresas.

Sob a égide do capital, o sistema econômico é tecnologicamente dinâmico, o que proporciona lucro e vantagens competitivas aos capitalistas individuais. Para Harvey (2004), essas mudanças são amplamente aceitas no tecido social ainda que ocasionem crises e uma contradição central: a substituição do trabalho vivo tão necessário à sua expansão, ocasionando capacidade produtiva ociosa e desemprego. As crises provocam

¹¹Nessa situação os negócios nascem sem um planejamento adequado e encerram suas atividades nos primeiros anos de existência. De acordo com o Sebrae, entre 2010 e 2014, a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos passou de 54% para 77%. Em boa parte, essa melhora se deve à ampliação do número de Microempreendedores Individuais (MEI). Quando os MEI são excluídos da análise, a taxa de sobrevivência cresce apenas 4 pontos percentuais, passando de 54% para 58%.

mudanças outras, como o surgimento de opções laborais que ultrapassam as relações assalariadas do mercado de trabalho.

Sendo assim, “alternativas” de renda ganham força em períodos de recessão econômica, tendo sua maior expressão no mercado informal de trabalho. O *boom* do autoemprego no Brasil se dá nas últimas décadas do século XX, período marcado pela adoção de novos padrões de acumulação capitalista, como a abertura à concorrência externa, a decomposição do processo de produção, o acirramento da competição entre empresas, o fechamento de fábricas, a precarização do mercado de trabalho e o desemprego.

Logo, existem muitas complexidades em torno da ideia do empreendedorismo. Seja para criar uma solução capitalista para um problema que o próprio sistema capitalista criou, como menciona Harvey – “*a substituição do trabalho vivo tão necessário à sua expansão*”; seja a partir da identificação de oportunidades por alguém que possui perfil empreendedor ou mesmo com uma nova roupagem a partir da organização coletiva em resposta aos graves problemas sociais da atualidade; não se pode desconsiderar que o empreendedorismo provoca muitas discussões.

No Brasil, o termo ganha notoriedade nos anos 90, além do cenário de crise econômica, a crescente atuação de órgãos como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, a exemplo do Programa Brasil Empreendedor¹², vieram a estimular àqueles que queriam se transformar no próprio chefe ou ter alguma alternativa de renda.

O período também é marcado pela popularização da internet, onde diversas empresas “pontocom” iniciaram suas atividades e hoje figuram como gigantes do comércio eletrônico. Atualmente ocorre um movimento semelhante com a abertura *startups* e de um cenário (ainda restrito) de captação de recursos por meio de investidores anjo, incubação, mentorias e aceleração de negócios.

O “Global Entrepreneurship Monitor”– GEM¹³ (Monitoramento Global de Empreendedorismo), mediante pesquisa realizada em 2021, mostra um cenário atualizado

¹²Programa do Governo Federal que tinha por objetivo destinar cerca de R\$ 8 bilhões a micro e pequenas empresas. O programa de ajuda ao setor, lançado em 1999, pretendia financiar um total de 1,15 milhão de operações de crédito e capacitar 2,3 milhões de empresários. Além do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, o programa contava com a participação do Sebrae.

¹³O GEM - Monitoramento do Empreendedorismo Global, é o maior estudo unificado da atividade empreendedora do mundo. Internacionalmente o GEM teve início em 1999, a partir de uma parceria de pesquisa acadêmica conduzida, de forma conveniada, entre duas das mais respeitadas instituições que

dos impactos da pandemia para o empreendedorismo no Brasil. De acordo com o órgão, o país perdeu 9,4 milhões de empreendedores brasileiros em 2020 e em 2021 chegou a patamar mais baixo desde 2013. Em 2020 e 2019, o número de pessoas entre 18 e 64 anos de idade, à frente do próprio negócio formal foi de 44 milhões e 53,4 milhões de pessoas, respectivamente.

Mesmo em um cenário pandêmico, o número de empreendedores brasileiros à frente de um negócio com mais de 3,5 anos voltou a crescer no país. Mesmo havendo incremento entre os anos de 2020 (ano em que o país ainda não contava com um esquema vacinal) e 2021 no número de empreendedores, se faz um alerta sobre o cenário de crise econômica, já que houve a diminuição do número de postos de trabalho. Infere-se que este fenômeno influencia o “empreendedorismo por necessidade”.

O relatório também mostra que a Taxa de Empreendedorismo Inicial – composta por “nascentes” (quem realizou alguma ação visando ter um negócio ou abriu um em até três meses) e por “novos” (com 3,5 anos de operação) – obteve uma queda de 2,4 pontos percentuais e atingiu o patamar de 21%. Os empreendedores nascentes mantiveram o índice alcançado em 2020, com uma taxa de 10,2%, o que evidencia que ainda há muitas pessoas procurando o empreendedorismo como alternativa de ocupação. Já entre os novos, houve uma queda, passando de 13,4%, em 2020, para 11%, em 2021, o que sinaliza que parte dos empreendedores que abriram um negócio nos últimos anos não conseguiu se manter (já que são considerados novos os empreendimentos que conseguem completar até 3,5 anos de operação).

Em 2020, 53,9% dos empreendedores nascentes foram para o caminho do empreendedorismo por necessidade. Já em 2021, esse indicador caiu para 49,6%. Entre os empreendedores novos, em 2020, eram 47,9% por necessidade e, em 2021, subiram para 49,3%. Logo, pode-se perceber que a principal motivação para aqueles que entram no mercado é a necessidade. Com a economia em crise, o empreendedorismo se apresenta como uma via alternativa àqueles que buscam alguma fonte de renda (muitas vezes temporária e na informalidade).

Sobre esta discussão, Esteves (2011) enxerga o empreendedorismo como um processo importante para a reestruturação do capital:

estudam o empreendedorismo e seus reflexos na economia e na sociedade: *London Business School* (Inglaterra) e *Babson College* (Estados Unidos). Em 2000, o Brasil passou a fazer parte desse consórcio de países. Ver mais em: <https://www.gemconsortium.org/>

O empreendedorismo nada mais é do que um desdobramento da ideologia neoliberal que prega a liberação da economia e a quebra da regulamentação social. A figura do empreendedor foi fundamental na instituição do próprio capitalismo e, retomada agora, reinsere neste modelo o espírito empreendedor que comporta em si uma posição muito sedutora, que conta com a figura do empresário, inovadora, criativa e capaz de prover por si, independentemente das regulações do mercado [...] O papel da pequena empresa se estende também como reguladora do enxugamento pessoal das grandes empresas, dado o desenvolvimento tecnológico. O pequeno negócio torna-se possibilidade de ocupação para o trabalhador desempregado, que não encontra mais espaço no modo de produção das grandes instituições capitalistas, da qual foi excluído (ESTEVEZ, p. 241, 2011).

Sendo assim, não se pode desconsiderar as complexidades em torno da livre iniciativa, embora os números apresentados por institutos que trabalham com o tema do empreendedorismo possam parecer à primeira vista animadores, pois, mesmo em um cenário de crise, mais pessoas estão apostando em atividades de risco, deve-se entender o nível de maturidade dos empreendimentos e a motivação para implantação dos mesmos.

Conforme exposto anteriormente, existe uma miríade de alternativas econômicas pautadas na livre iniciativa, e seria, portanto, desproporcional aglutiná-las em único conceito. O empreendedorismo rural tem especificidades outras que serão abordadas em tópico posterior. Por ora pode-se relacionar o que foi observado em campo às teorias do empreendedorismo até aqui traçadas.

Obviamente, por se tratarem de empreendimentos que surgem em localidades em situação de vulnerabilidade social, a principal motivação para implementação dos mesmos se dá pela necessidade, e não pela identificação de oportunidades. Mas ao longo do processo de sedimentação dos negócios, muitas oportunidades foram aproveitadas.

Seriam inúmeros os exemplos: a diversificação de produtos, a venda para outros estados, a adequação aos mercados institucionais, a busca constante por capacitação, as parcerias firmadas com o poder público entre tantas outras.

A inovação, ingrediente apontado por diversos autores como fundamental à expansão de empreendimentos, também pôde ser apurada nas pesquisas em campo. O *Design Thinking* (literalmente pensar como designer), metodologia utilizada como parâmetro para oferecer produtos e serviços inovadores ao mercado, prega que existem quatro tipos de inovação: inovação em oferta, inovação em marketing, inovação em processo e inovação em organização.

A seguir, propõe-se de forma esquematizada as inovações identificadas em campo e suas devidas definições:

Figura 3: Formas de Inovação



Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar a figura anterior, pode-se concluir que não existe nada de inovador ou oportuno nos exemplos mencionados, afinal, dada a subjetividade do conceito de inovação, estas ações poderiam ser facilmente superadas por empresas capitalistas, com maior capacidade de investimento ou mesmo por empreendimentos sociais de regiões circunvizinhas. Entretanto, há de se considerar o tecido social ali estabelecido, a dificuldade de acesso à tecnologia entre outras questões típicas do meio rural maranhense.

Mulheres que estão na zona rural, em povoados onde o acesso é realizado por meio de estradas vicinais, quebram o *status quo* ao buscarem capacitações em órgãos como SENAR, SEBRAE, SENAI e Embrapa; recebem consultoria na área de gestão, marketing e finanças, buscam a diversificação do portfólio de produtos, produzindo alimentos impensáveis a base de babaçu, a exemplo do leite condensado e do café. Não se pode desconsiderar o movimento interessante no âmbito do empreendedorismo ali praticado. Todas estas ações serão detalhadamente retratadas em tópico posterior.

Figura 4: Produto inovador - cappuccino de babaçu produzido em Itapecuru-Mirim



Fonte: Embrapa 2021.

2.2 Agricultura Familiar e Empreendedorismo

A economia camponesa é um fenômeno em si mesma, dada a sua complexidade, carece de diferentes enfoques na sua interpretação. Este era o entendimento de Alexander Chayanov, economista agrário russo ligado à “*Escola da Análise da Organização e Produção Camponesas*”. Esta corrente de pensamento, aparentemente contrária ao que apregoavam os marxistas de então (embora houvesse pontos em comum nas duas análises), preocupava-se com a necessidade da construção de uma teoria que parta do pressuposto de que a economia camponesa não é tipicamente capitalista.

Entender que o capitalismo e a categoria salário não chegam até a unidade camponesa familiar e, que, portanto, as relações sociais ali desenvolvidas diferem da realidade dita como dada, na qual o homem sempre será oportunista e maximizador (*homo economicus*), pode nos ajudar a entender porque as unidades produtoras camponesas supostamente são resistentes às inovações tecnológicas e ao empreendedorismo.

O município de Itapecuru Mirim tem desenvolvido atividades empreendedoras ligadas ao babaçu há mais de trinta anos, mas nos últimos dez, obteve reconhecimento no cenário estadual em virtude da atividade. Por mais que a finalidade dos empreendimentos fosse a “*defesa dos direitos sociais das mulheres*” conforme apontado na maioria das entrevistas realizadas, as consultorias e capacitações que chegam a Itapecuru Mirim buscam dinamizar a produção tal qual em uma empresa capitalista.

Dada a complexidade, buscou-se um aporte teórico que considere sobretudo as relações sociais ante o fator econômico, assim como na análise do autor russo. Para tornar mais clara a apreensão da realidade social do campo empírico da pesquisa, faz-se pertinente um melhor entendimento do pensamento de Chayanov e do conceito de empreendedorismo adotado na presente dissertação.

As inovações tecnológicas no campo, a exemplo da mecanização, irrigação, uso de fertilizantes, seleção de sementes entre outras, aparecem como o funcionamento prático e ideal dos empreendimentos rurais. A escola da qual Chayanov fazia parte afirmava que tais tipos de inovações não podem ser introduzidos eficazmente sem se levar em consideração o nível de racionalidade econômica próprio das propriedades agrárias camponesas.

Em sua obra - "*A Organização da Unidade Econômica Camponesa*"; usa o exemplo do aumento da produção no ano posterior à uma queda nos preços de gêneros agrícolas; sendo este um comportamento contrário ao que se daria em uma dinâmica capitalista na qual a produção tenderia a ser mais elástica. Por que isto acontecia?

A explicação era a de que o retorno que um camponês obtém logo que é finalizado o ano econômico não poderia ser conceituado como lucro, assim como numa empresa capitalista. O camponês utiliza sua força de trabalho e a força de trabalho de sua família e percebe esse "excedente" como uma retribuição ao seu próprio trabalho, não como uma recompensa na forma de lucro. Esta retribuição aparece corporizada no seu consumo familiar de bens e serviços; ou seja, "uma vez preenchidas as necessidades, cada unidade adicional de trabalho passaria a ter, para a família, valor decrescente" (Abramovay, 1998).

Sendo assim, Chayanov se dedicou a demonstrar que é impossível avaliar em termos monetários o valor do trabalho da família camponesa e que este tipo de cálculo, que pode ser válido do ponto de vista da economia racional, carece da perspectiva dos produtores, para o autor, "o trabalho da família é a única categoria de ingresso possível para um camponês ou um artesão, porque não existe o fenômeno social dos salários e, portanto, também está ausente o cálculo capitalista do lucro" (CHAYANOV, 1974).

Conclui-se que o objetivo do trabalho do camponês é a satisfação de suas necessidades, deste modo, a lógica da análise marginalista é inaplicável, já que para o

camponês a noção de utilidade marginal decrescente do trabalho se defronta com a noção de satisfação de suas necessidades.

Logo, o pequeno produtor é um agente independente, enquanto que a pequena produção mercantil não será conduzida com base na obtenção de uma taxa de lucro média da economia. Sendo assim, o camponês/extrativista não se sentiria estimulado a aumentar a produção estando com as necessidades imediatas de reprodução do trabalho familiar plenamente atendidas.

Ainda hoje persiste o entendimento errôneo de que o camponês/extrativista seria um ser indolente, nômade e não comprometido com o trabalho. Tal como na análise de Chayanov, na qual o aumento nos preços dos gêneros agrícolas não veio acompanhado de um aumento do nível de produção; no Maranhão dos anos 40, “a Comissão da Campanha Agropecuária, criada pela ACM, concluiu que o aumento do valor dos produtos da agricultura e do extrativismo gerou a diminuição da produção, porque o homem do campo não *aspirava por um nível de vida melhor*” (BARBOSA, 2019).

Esta foi uma forma de invisibilizar o trabalho de homens e mulheres do campo, desqualificando seus meios de reprodução social, como no caso da cadeia produtiva do babaçu. Dadas as inúmeras tentativas de mecanizar a quebra manual do coco, não atentou-se que “aquela tecnologia rudimentar” é uma “tecnologia apropriada à forma de organização econômica na qual eles estão inseridos, isto é, está em consonância com a lógica produtiva da pequena produção (AMARAL FILHO, p. 107, 1990).

A extração da amêndoa era impulsionada pelas necessidades concretas dos pequenos produtores e ainda hoje observaremos comportamentos na atividade da pequena produção contrários aos que se dariam em uma dinâmica mercantilizada. Não se pode observar este pequeno produtor de forma isolada, em dado momento terá de vender parte de sua produção para adquirir produtos que não é capaz de produzir, inserindo-se de forma desigual no sistema de circulação de valor capitalista.

No campo empírico da pesquisa observou-se em vários momentos este tipo de situação: mulheres que recebem pagamento por hora trabalhada, mas que não possuem assiduidade definida, que por vezes priorizam atividades sociais em detrimento do trabalho na agroindústria, que cedem dias de trabalho para colegas com maior necessidade financeira ou mesmo sua quota no mercado institucional para que uma das companheiras não tenha desperdícios na produção.

O exemplo acima mencionado também coincide com outros dois pontos abordados na obra de Chayanov: o limite da produção camponesa e a doação de parte dessa produção. Para o autor, o limite da produção camponesa é a provisão de um fundo de subsistência definido culturalmente. Sendo assim, uma parte da produção é cedida gratuitamente à sociedade.

Por vezes isto pôde ser observado nas comunidades investigadas em Itapeuru: no projeto de assentamento Cristina Alves, por exemplo, parte da produção foi destinada às cestas básicas doadas a comunidades carentes no período de pandemia. Portanto, seguindo o pensamento de Chayanov, a economia camponesa não é essencialmente mercantil.

Ao contrário do pensamento dominante à época do autor russo, o limite de produção para um camponês não era o salário, mas sim a quantidade de bens que a sua força de trabalho poderia alcançar. O camponês deixa de trabalhar quando produz o suficiente para poder comprar aquilo que necessita. Neste cerne, a família desenvolve um papel fundamental. O desenvolvimento do ciclo familiar afeta o nível de produção. Situações como casamento, divórcio, número de filhos, morte e herança influenciam na forma de distribuição dos diferentes tipos de recursos em uma propriedade camponesa.

É fundamental compreender a influência que a família exerce sobre os níveis de produção. Nas organizações investigadas, ao se realizar as entrevistas, foram apontadas questões familiares como condicionantes de determinadas situações. O próprio Clube de Mães surge para atender à demanda do cuidado dos filhos das quebradeiras de coco para que participassem das atividades da roça e do extrativismo.

Portanto, existem diversas nuances no meio rural que foram cuidadosamente investigadas por Chayanov, que viveu a turbulência política e econômica de um país predominantemente rural e de relações pré-capitalistas no início do século XX. Segue-se essa linha de raciocínio por compreender que o capitalismo se espraia em diferentes níveis pelos territórios.

As relações pautadas no salário e mais-valia chegam à cadeia produtiva do babaçu na fase comercial, a partir dos anos 50 do século XX. E é neste período em que o agronegócio, faceta capitalista do meio rural, se dissemina pelo país. Porém, estes conceitos atingem os atores envolvidos de forma desigual. O sistema produtivo do babaçu foi compartilhado entre comerciantes, industriais e extrativistas; enquanto os últimos

revendiam a amêndoa a quilo a atravessadores por um preço ínfimo, o setor industrial recebia incentivos fiscais e de crédito.

Portanto, não se desconsidera que houve um processo de acumulação na cadeia produtiva do babaçu, mas se pontua que isto não se deu no âmbito das unidades produtoras camponesas, e pretende-se, também, desmistificar a ideia de que acumulação seria sinônimo de atividade empreendedora exitosa no meio rural.

No contexto do babaçu no Maranhão, a lucratividade atraiu investidores sem qualquer compromisso social; em uma dinâmica extremamente desigual, estes investimentos migraram, ocasionando o fechamento de fábricas e o declínio da atividade. Então, como chegar a um conceito de empreendedorismo na qual a produção familiar camponesa ganhe assento em um sistema comercial tão desigual?

Recorre-se novamente a Chayanov, que na sua obra “*Teoria das Cooperativas Camponesas*”, destaca que uma das formas de promover a socialização do trabalho e o controle do capital comercial no nível dos processos de comercialização seria a cooperação. Negócios centrados na cooperação projetam na sociedade o tão almejado desenvolvimento local sustentável.

Conforme exposto anteriormente, difundiu-se a ideia de que o bem-estar social só seria possível mediante a competição exacerbada entre empresas e indivíduos - a busca constante por melhoria de salários e incremento de lucros conduziria economias emergentes a outros patamares. Autores como Euclides Mance (2004) e Paul Singer (2002), trazem novas perspectivas sobre o empreendedorismo:

Marcada pela visão liberal de que o bem-estar coletivo é fruto da competição entre atores no *mercado*, centrou-se a estratégia de desenvolvimento local no empreendedorismo de tipo capitalista, que enfatiza a formação de capital humano e a organização de micro empreendimentos voltados a disputar entre si o mercado consumidor. Sob essa lógica, busca-se operar em nichos de atuação que viabilizem o sucesso individual das iniciativas e, igualmente, alcançar, em geral, escalas mais amplas de produção, visando a conquista de maiores mercados e a obtenção de maiores lucros (MANCE, p. 5, 2008).

Portanto, a ênfase capitalista sobre o empreendedorismo continua a ser dominante, embora haja diversas contradições inerentes ao modelo:

Todavia, como a estratégia de mercado é a de cortar custos e vencer os concorrentes, enfatizando o interesse privado de maximização do lucro e de sucesso do empreendedor, esse modelo de desenvolvimento local é incapaz de promover a cidadania da grande maioria dos excluídos nos territórios, dos analfabetos e despossuídos, que, ao não conseguirem se tornar empreendedores

bem-sucedidos, sendo derrotados pela concorrência, são responsabilizados pelo seu próprio fracasso, sendo orientados a frequentar atividades de capacitação, para que venham a se tornar capital humano de melhor qualidade (MANCE, p. 5, 2008).

O debate sobre o empreendedorismo no meio rural também está em voga, já que tem “sido visto como uma forma de desenvolvimento sustentável, pois contribui para a criação de atividades agrícolas e não agrícolas e, com isso, colabora para que as famílias permaneçam ou se fixem no meio rural” (TOMEI e LIMA, 2015).

Entretanto, muitos são os percalços enfrentados, haja vista as dificuldades de acesso a crédito e a modernização desigual do setor, na qual o agronegócio de tecnologia intensiva acaba por engolir pequenas unidades produtoras que fazem uso de técnicas de trabalho ainda pouco eficientes.

Delgado (2012) caracteriza essas contradições quando de sua análise da “modernização conservadora” do setor agrícola. Fundamentada em momentos históricos do Brasil, estas fases vão desde a economia agrícola do setor primário, para uma agricultura integrada tecnicamente à indústria: articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária. Posteriormente o autor se refere aos complexos agroindustriais, e/ou ao *agrobusiness* como noção descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial (DELGADO, p. 89, 2012).

Nesta mesma linha de pensamento, Graziano da Silva e Del Grossi (1999), afirmam que essas transformações ocasionaram diversos efeitos na área rural, não somente com a elevação contínua da produtividade do trabalho nas tarefas agropecuárias, mas também com a emergência de agências prestadoras dos mais diversos serviços especializados, como preparo do solo, colheita, pulverizações, inseminações, entre tantas outras tarefas. Funções essas que carecem de investimento e tecnologia, e que, dificilmente chegam até a agricultura familiar.

Percorridas todas as fases da história rural até a chegada do preceito neoliberal de estado-mínimo, não houve um alinhamento de políticas públicas capaz de alterar o estado de atraso da agricultura camponesa no Brasil. Somente na história recente do país é que novas perspectivas para o desenvolvimento da agricultura familiar são postas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁴,

¹⁴ Em 1994, o governo federal criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), no ano seguinte a proposta foi aprofundada, com a definição de fonte de recursos, taxa de juros e foco no agricultor familiar, surgindo o PRONAF. Este programa se consolidou como instrumento efetivo de

o Programa Nacional de Crédito Fundiário¹⁵, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁶ e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)¹⁷.

Para Tomei e Lima (2015), em relação ao empreendedorismo rural, têm-se uma situação paradoxal: por um lado áreas de baixo desenvolvimento socioeconômico, com infraestrutura inadequada, baixos níveis educacionais, trabalhadores com baixa qualificação, baixa renda e uma cultura que não incentiva as atividades de risco e crescimento de negócios (Kulawczuk, 1998; Petrin e Gannon, 1997 apud. Tomei e Lima, 2015); e, por outro, no final de século XX e início do novo milênio, aumentaram os desafios e as exigências de gerenciamento das propriedades rurais para que se tornem competitivas (Zimmermann, 1992 apud. Tomei e Lima, 2015).

Outra assertiva importante é a de que “85% do total de estabelecimentos rurais são constituídos de micro e pequenas empresas” (DORNELAS, p. 3, 2016) em contraposição ao agronegócio. Portanto, este tipo de atividade tende a ocorrer em regiões de maior vulnerabilidade social. Por vezes, objetivos coletivos se sobrepõem ao lucro; empreendimentos sociais/solidários são característicos do meio rural.

Nesta dissertação, utiliza-se o conceito de Empreendedorismo Social como parâmetro de empreendimento de lógica capitalista (no sentido da busca pelo lucro) mas que tem como medida de desempenho o retorno social a comunidades carentes. Outra característica marcante deste tipo de empreendimento é a interlocução com os mais diversos atores na construção de importantes arranjos institucionais locais.

desenvolvimento no campo e de geração de emprego e renda, já que direciona auxílio financeiro para a utilização de tecnologias e ampliação de área plantada.

¹⁵ O Programa Nacional de Crédito Fundiário oferece condições para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento de crédito rural. Ver mais em: www.gov.br/agricultura/pt-br/assunto/agricultura-familiar/credito.

¹⁶ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. No capítulo 3: entrevista com a senhora Maria Domingas e com o secretário de agricultura de Itapecuru Mirim; tem-se algumas informações sobre como se dá a execução do PAA no município.

¹⁷ A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), visa oferecer serviços fundamentais no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária, sendo um instrumento de comunicação de conhecimento e de novas tecnologias geradas pela pesquisa e outros conhecimentos.

2.3 Contraponto a competição capitalista: Empreendedorismo Social

Na ausência e insuficiência de políticas públicas e diante da complexidade dos problemas sociais da atualidade, outras atividades econômicas que não visam ao lucro como objetivo imediato tem dividido espaço com empresas essencialmente capitalistas. Alguns empreendimentos propõem um desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo e mais justo. Estas iniciativas, de natureza distinta, têm recebido diversas denominações, não raro se confundem com a atuação do setor privado e de organizações não-governamentais (ONG's) no tocante aos problemas sociais e ambientais da atualidade.

No presente estudo utilizaremos o conceito de Empreendedorismo Social e como parâmetro de investigação dos empreendimentos de Itapecuru Mirim. Oliveira (2002) define o Empreendedorismo Social como uma ação inovadora voltada para o campo social cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento. De acordo com o autor, essa ideia teria que apresentar algumas características fundamentais, tais como: 1.º) ser inovadora; 2.º) ser realizável; 3.º) ser autosustentável; 4.º) envolver várias pessoas e segmentos da sociedade, principalmente a população atendida; 5.º) provocar impacto social e permitir que seus resultados possam ser avaliados.

Rouere e Pádua (2001) salientam que o empreendedorismo social constitui a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas. Entretanto, não se pode confundir este tipo de ação com a Responsabilidade Social Empresarial, praticada por empresas capitalistas que abraçam causas sociais e ambientais, mas que têm como principal medida de desempenho o lucro e o retorno aos acionistas, além do engajamento de campanhas publicitárias.

Portanto, o empreendedorismo social busca a inovação dentro de uma lógica capitalista, porém seu objetivo principal é a solução da causa dos problemas sociais; almeja o empoderamento, a emancipação e inclusão social além de ações que estimulem o desenvolvimento integrado e sustentável.

Para Oliveira (2004) o conceito de empreendedorismo social, tanto nacional como internacionalmente está em construção, mas já se pode distinguir o empreendimento social do capitalista:

O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial [...] (OLIVEIRA, p. 5, 2004).

Um dos exemplos mais conhecidos e exitosos de empreendimento social é o Grameen Bank (Banco da Aldeia) fundado em Bangladesh. A ideia do negócio surgiu a partir de uma pesquisa elaborada por estudantes e professores do curso de Economia da Universidade de Chittagong.

O projeto teve como idealizador o professor Muhammad Yunus que queria entender as causas da miséria na aldeia de Jobra e veio a concluir que a pobreza não residia na falta de alimentos, mas na incapacidade da população em adquiri-los. A pesquisa também apontou que os verdadeiramente pobres não eram os camponeses proprietários de terra, mas os que não tinham nenhum tipo de propriedade, em sua maioria mulheres: viúvas, abandonadas ou divorciadas, quase sempre com filhos (SINGER, p. 76, 2014). Estas mulheres exerciam alguma atividade autônoma e como não tinham recursos para financiá-las, recorriam à agiotas que lhes cobravam altos juros pela quantia que lhes era emprestada.

A maior descoberta feita pelos pesquisadores da universidade era que o valor de que os pobres necessitavam era irrisório, a tal ponto que Yunus fez empréstimos à estas pessoas com recurso próprio e posteriormente junto a instituições financeiras. Em seguida, firmando parceria com o Banco Agrícola, fundou uma agência na aldeia e replicou a ideia em diversas regiões do país. Os colaboradores do Greemen Bank eram os estudantes e pesquisadores da universidade, mas também moradores de regiões pobres que jamais teriam a mesma oportunidade em uma instituição financeira privada.

A partir do momento em que se inclui pessoas que ficariam a margem do processo produtivo em um empreendimento capitalista, têm-se um modelo participativo e solidário, onde as informações pertencem a todos os participantes e as decisões são tomadas em assembleias, como no exemplo do Greemn Bank. Este modelo de negócio,

tem recebido a definição de Economia Solidária ou Empreendedorismo Social no Brasil nas últimas décadas.

Talvez a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária seja o modo como as empresas são administradas (SINGER, p. 16, 2016). A primeira pratica a heterogestão: administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, enquanto a empresa solidária é administrada democraticamente, ou seja, exerce a autogestão, na qual todas as decisões são tomadas em assembleias. Para Paul Singer (2016), a Economia Solidária une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

Euclides Mance (2004), afirma que na Economia Solidária o mercado deixa de ser o foco do desenvolvimento, substituído pelo bem-viver de cidadãos e cidadãs. Esta iniciativa empreendedora está intimamente relacionada ao desenvolvimento sustentável e também é fundamental para a segurança alimentar, para tanto, faz-se oportuno “fortalecer as atividades já existentes de produção, comercialização e consumo – que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis – e criar novas oportunidades aos segmentos excluídos” (MANCE, p. 4. 2004).

Também existem críticas a este modelo, como o excesso de burocracia para a tomada de decisão, a dificuldade para reter mão de obra qualificada, tendo em vista que esta pode ser melhor remunerada na iniciativa privada; o desinteresse dos sócios para tomada de decisões, que preferem eleger delegados para tal. Muitos que aderem a este tipo de empreendimento visam apenas um meio de sobrevivência a curto prazo, portanto, empreende-se por necessidade, não por oportunidade; comprometendo-se a capacidade de inovação deste tipo de negócio.

Estes empreendimentos sociais irão disputar fatias de mercado com empresas capitalistas, que muitas vezes se utilizam de estratégias mais agressivas de produção, marketing e distribuição.

Paul Singer assegura que existem vantagens e desvantagens nas empresas capitalista e social e que cada modelo atende a finalidades diferentes:

Tanto a autogestão como a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, mas seria vão tentar compará-las para descobrir qual delas é a melhor. São duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes. A heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam. A autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação

democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam (SINGER, p. 23, 2002).

No meio rural maranhense, ainda é típica a dicotomia entre a agricultura familiar de técnicas laborais de baixa produtividade e as fazendas produtoras que se “caracterizam pela necessidade de grandes extensões territoriais – como o agronegócio da soja, cana e milho” (BURNETT, 2015). Entretanto, modelos de trabalho cooperativistas e associativistas tem se espalhado pelo interior do Maranhão, justamente por oferecer renda em regiões de baixo índice de desenvolvimento humano com uma proposta mais democrática de trabalho.

3. RESULTADOS: AÇÕES DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM - MA

Neste capítulo expõe-se os resultados alcançados na pesquisa de campo, que está dividida em dois grandes eixos: a) entrevistas com lideranças locais e quebradeiras de coco de Itapecuru Mirim a partir da aplicação *in loco* de questionários semiestruturados em grupos focais; b) rodadas de conversa com técnicos dos órgãos de apoio ao extrativismo e comercialização de subprodutos do babaçu. As entrevistas foram realizadas entre os anos 2020 e 2022.

Primeiramente se retratará os resultados obtidos nas comunidades de Itapecuru e em um segundo momento, com os órgãos de apoio, sendo estes: Embrapa Cocais, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) e Prefeitura de Itapecuru-Mirim.

Localizado no Vale do Rio Itapecuru, o Município de Itapecuru-Mirim está inserido na região Norte Maranhense – Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim. Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte com Santa Rita e Presidente Juscelino, ao Oeste com Anajatuba, ao Sul com Miranda do Norte e Cantanhede, ao Leste com Presidente Juscelino, Presidente Vargas e Vargem Grande (IMESC, 2014).

De acordo com o IBGE (2021) o município possui 1.480,641 km², classificando-se em 67º lugar do território estadual e 2º lugar em extensão na sua região imediata, está localizado a 35m de altitude e possui as seguintes coordenadas geográficas: ao Norte -03°03'00'' de latitude e -44°33'19'' de longitude, ao Oeste -44°46'46'' de longitude e -03°13'27'' de latitude, ao Sul -03°27'44'' de latitude e -

44°31'43'' de longitude e ao Leste -44°23'47'' de longitude e -03°13'52'' de latitude (IMESC, 2014, mapa 1).

Dados do IBGE dão conta que o processo de ocupação da localidade teve início na margem direita do rio Itapecuru, em data anterior a 1768, ano em que os moradores da ribeira pediram ao Rei de Portugal alvará de confirmação da vila, fundada por ordem régia. O IMESC (2014) dá mais detalhes sobre como se deu este processo:

Dados pesquisados informam que, em 25 de agosto de 1768, El-rei D. José informou ao governador do Maranhão que os moradores da ribeira do Itapecuru lhe pediram, em 12 de setembro do ano anterior, alvará de confirmação da vila que ali fundou por ordem régia do desembargador Manoel Sarmiento e das terras e privilégios concedidos, na mesma ocasião e, por isso, ordenava que ouvindo o parecer do procurador da fazenda e do ouvidor, lhe enviasse por escrito a ordem sobre tal criação (IMESC, 2014).

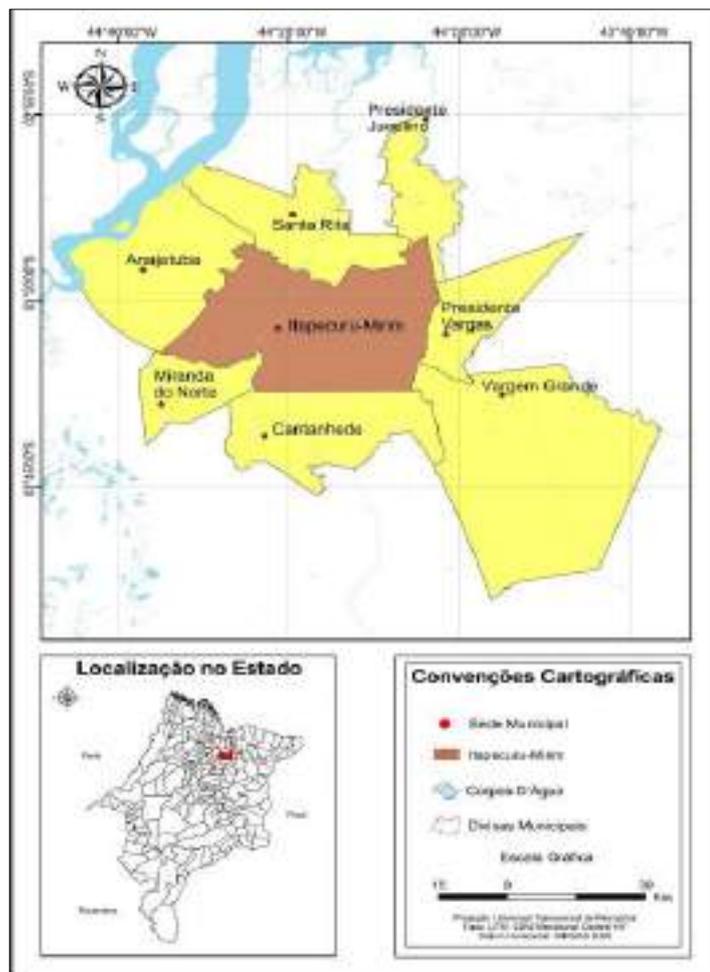
Somente com a Provisão Régia de 27 de novembro de 1817, foi determinada a criação da Vila, desmembrada do Município de São Luís. Foi por meio da provisão régia de 21 de julho de 1870, que a vila de Itapecuru-Mirim foi elevada à atual categoria de cidade (IMESC, 2014).

Existem divergências sobre a etimologia da palavra Itapecuru, “para alguns, quer dizer púcaro de pedra; para outros, pedra comprida ou larga em que se armam ciladas e, ainda, caminho de muita pedra” (IBGE, 2021).

Ainda de acordo com o IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,599, sua população está estimada em 69.233 pessoas (62.110 habitantes no último censo, 2010) e o salário médio dos trabalhadores formais é de 1,9 salários mínimos. Acompanhando a série histórica de alguns indicadores, como educação, trabalho e renda, IDH, etc. podemos observar que Itapecuru tem evoluído nos principais indicadores sociais.

O espaço rural do município está classificado em sítios, fazendas, povoados, assentamentos e quilombos. A última publicação do Censo Agropecuário do IBGE, do ano de 2017, dá conta de que existem 2.131 estabelecimentos agropecuários no município, destes, 336 são estabelecimentos que se enquadram na condição de condomínio, consórcio ou união de pessoas e 1791 estabelecimentos que pertencem a produtores individuais. Existem apenas dois estabelecimentos que se enquadram na condição de sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada.

Mapa 01: Localização do município de Itapecuru Mirim



Fonte: IBGE, 2010; IMESC 2014

O município de Itapecuru conta com aproximadamente 70 comunidades quilombolas¹⁸, 06 povoados¹⁹ e 33 projetos de assentamento²⁰, conforme exposto

¹⁸ De acordo com informações do IMESC - Enciclopédia dos municípios Maranhenses, Microrregião Geográfica do Itapecuru Mirim, com ano de publicação 2014; existem 70 comunidades quilombolas no município, sendo estas: Pequí, Santa Maria, Santa Maria dos Pretos, Santa Maria dos Pinheiros, Ipiranga da Carmina, Contendas, Filipa, Monge Belo, Moreira, Santa Helena, Santa Rosa dos Pretos, São Pedro, Vista Alegre, Canta Galo, Curitiba, Mirim, Povoado Benfinca, Povoado Mata III, Santana, São Patrício, Povoado Javi, Brasilina, Burangir, Oiteiro dos Nogueiras, Barriguda, Boqueirão, Conceição, Morro Grande, Oiteiro dos Pretos, Abanafogo, Canduru, Dois Mil, Fandango, Flexeira, Juçaral, Leite I, Leite II, Mandioca, Mangal, Mata Frexeira, Santa Helena, Santa Joana, Tingidor, Morros, Mirim, São Sebastião, Santa Rita dos Goveias, Mata do Ipiranga, Pirinã, Nossa Senhora do Rosário, São João dos Corrêas, Santa Isabel, Ribeiro, Vista Alegre, São João do Caru, Satubinha e Mata de São Benedito

¹⁹ Povoados: Colombo, Entroncamento, Leite, Santa Rosa, São Francisco e Tingidor.

anteriormente, são justamente os integrantes destas comunidades que se encarregarão do manejo do babaçu, que, juntamente com as culturas do arroz e mandioca, ajudarão a complementar a renda e a compor a dieta alimentar destas populações.

O município de Itapecuru se mantém principalmente da agricultura. A produção agrícola está distribuída em agricultura temporária e permanente; a primeira de maior representatividade na economia, cujos produtos por ordem de importância na comercialização são: mandioca, arroz, milho, feijão e cana-de-açúcar (IMESC, 2014).

Além do coco babaçu, o município se destaca no extrativismo do carvão vegetal, juçara, lenha e madeira em torta. Historicamente, Itapecuru Mirim esteve envolvido em atividades ligadas ao babaçu. A região de ocupação antiga, concentra grande quantidade de comunidades remanescentes e também sofreu forte influência dos fluxos migratórios; uma vez que, a partir de 1950, houve uma expansão do agroextrativismo em virtude dos movimentos migratórios interestaduais, sobretudo para a margem esquerda do rio Itapecuru (PORTILLA, 2005).

As atividades extrativas na área rural têm grande importância na complementação da renda das famílias; no município, a coleta do coco babaçu é feita por várias gerações podendo ser observada, principalmente, em áreas quilombolas; tal atividade é praticada pelas donas de casa que levam também as crianças para as auxiliarem na coleta (IMESC, 2014).

Não é intenção deste trabalho fazer um resgate histórico sobre a produção de derivados do babaçu na região, haja vista a dificuldade em localizar referências que remontem este processo, entretanto, faz-se pertinente a indicação de fatores que contribuíram para que a atividade se desenvolvesse nos moldes atuais.

Nas entrevistas realizadas em campo, buscou-se identificar como se deu o início da atividade, ao que sempre indicavam o final dos anos 80 e início da década de 90 como marco na implantação de Clubes de Mães na região, porém, destaca-se que

²⁰Projetos de assentamento: Acampamento da E.I.T. (P.A. Bebedouro), Alto da Esperança, América Velha, Barro Preto I, Boa Vista II, Cachoeira, Centrinho, Centro, Cigana I, Curupati, Felipa, Flexeiras II, Franciliza, Ipiranga da Carmina, Jaibarados Nogueiras, Jaibarados Rodrigues, Javi, Kelru, Malvão, Monte Alegre, Moreira, Oiteiro dos Nogueiras, Olho d'Água I, Pedras, Perna, Picos, Pequi I, Recanto I, Santa Maria dos Pretos, Santa Terezinha e São José I. Estima-se que este número seja superior. Na entrevista com o secretário municipal de agricultura do município, foram indicadas mais de 100 comunidades que trabalham com o coco babaçu no município.

historicamente já havia um trabalho simbólico com o babaçu, utilizado primariamente na subsistência e na produção de moradias.

A “Revista Brasileira de Geografia” com ano de publicação de 1957, evidencia a quebra do coco como atividade rotineira no povoado Quelru, em Itapecuru Mirim:

Figura 5 – Quebradeiras de coco do povoado Quelru, 1957.



Fonte: Revista Brasileira de Geografia, 1957.

A matéria da revista da década de 50 conta sobre o sistema produtivo do babaçu na região, e menciona que a exploração do fruto esteve aquém de suas possibilidades, atribuindo esta deficiência ao fornecimento da matéria-prima, realizado de forma “rudimentar” (grifo nosso). Também destaca que, se os trabalhadores atuavam como rendeiros, parceiros ou assalariados, seriam obrigados a vender a produção de amêndoas ao dono da terra. Caso trabalhassem por conta própria, fariam negócio com

motoristas de caminhão, geralmente de Fortaleza e de Recife e trocariam as amêndoas de babaçu por tecidos, utensílios ou gêneros de alimentação.

Portanto, já havia toda uma relação social em torno do babaçu, que assumia diversas matizes, seja sob a lógica do capital com forte monopólio do setor exportador comercial, seja pela perspectiva da unidade produtora familiar, que utilizava o babaçu como complemento à renda e/ou como moeda de troca para aquisição de itens de consumo doméstico.

Com a valorização da amêndoa no comércio local, o acesso às palmeiras tornou-se cada vez mais restrito, ocasionando a emergência de organizações representativas dos interesses das comunidades tradicionais, como o direito de permanência em sua terra de origem e de livre acesso aos babaçuais. Destaca-se a atuação do MST, da Igreja Católica e de Organizações Não-Governamentais.

Mattos Junior (2010), toma a década de 1980 como ponto de partida para o desenvolvimento de um Plano Nacional de Reforma Agrária, que foi impulsionado pelo surgimento do Movimento Sem Terra (MST), pelo processo de redemocratização e pela crise econômica do período, que reduziu a integração entre indústria e agricultura. Foi a partir de então que se passou a considerar como improdutivas as áreas que não estivessem incorporadas ao processo produtivo, como forma legítima de desapropriação por interesse social.

Itapecuru Mirim foi palco de vários conflitos de terra, a exemplo do que tem ocorrido nas comunidades remanescentes de Quilombo de Santana e São Patrício²¹, que ocupam há mais de 200 anos uma área de 2.861 hectares na fronteira dos municípios de Itapecuru-Mirim e Santa Rita, às margens da rodovia BR 135. A construção desta rodovia, que liga o estado do Maranhão à Minas Gerais, e a proximidade com a capital São Luís,

²¹O conflito de terra envolvendo a comunidade originou-se na década de 1970, quando ela passou a ser alvo de invasões empreendidas por especuladores, fazendeiros e/ou políticos locais. A partir do histórico presente na Certidão do Cartório do 1º Ofício de Itapecuru Mirim (Mar. 2002), pode-se verificar que o conflito é travado entre a comunidade e os membros da empresa que se apropriou das terras, denominada Kelrú – Agroindustrial e Comercial. Em fins da década de 1980, a questão se intensificou, pois, os sócios da empresa adotaram a estratégia de vender as terras entre si. Ver mais: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-quilombolas-exigem-regularizacao-de-territorio-tradicional-ocupado-ha-mais-de-200-anos/>.

despertou o interesse de especuladores, e este contexto foi ampliado a partir da década de 80, com a implantação da Estrada de Ferro Carajás, de responsabilidade da então Companhia Vale do Rio Doce.

Vale compreender como a atuação de organizações como o MST contribuem para o surgimento de iniciativas econômicas nos assentamentos de terra, que é o caso da Vila 17 de Abril, no Projeto de Assentamento Cristina Alves que foi investigada na presente dissertação. De acordo com Bernart (2017), a regional do MST em Itapecuru Mirim começa a operar na segunda metade da década de 1990, ele pontua sobre como se deu a atuação do Estado e da Igreja Católica neste processo:

A Direção Estadual da época entendeu que a conhecida região do Itapecuru era um território com grande potencial para processos de luta pela terra. Por esse motivo deliberou que militantes de outras regiões do estado se desloquem até lá para iniciar os trabalhos de base, que seriam realizados conjuntamente com setores progressistas da Igreja Católica (Comunidades Eclesiais de Base – CEB's), setores do sindicalismo rural combativo e bases articuladas no campo do Partido dos Trabalhadores – PT (BERNART, p. 08, 2017).

De acordo com Mattos Junior (2010), embora o principal objetivo com a criação dos assentamentos fosse assegurar o incentivo à produção familiar, também estavam em jogo as relações sociais que seriam construídas e a possibilidade de servir como modelo de organização comunitária e de práticas que privilegiassem o respeito às tradições culturais em conjunto com o processo produtivo. Ainda segundo o autor, o assentamento de Entroncamento teve este grande desafio, já que foi um dos primeiros a ser implantado com o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Mediante a atuação do MST, surgem outras organizações associativas, que além de lutar pelos direitos sociais das comunidades, buscam novos padrões tecnológicos para o processo produtivo, como no caso do Assentamento Cristina Alves. Além do MST, a Igreja Católica, já mencionada, assume papel importante na articulação junto às famílias produtoras de Itapecuru-Mirim.

Para PORTILLA (2017), existe no município um modelo agroindustrial baseado na transformação da amêndoa em azeite, que é valorizada e dá origem a diversos produtos. Esse projeto conta com o apoio da Igreja Católica e, em torno dele, foi consolidado o Coletivo de Mulheres Quebradeiras de Coco, com origem nos Clubes de Mães. Na visão da autora, existe o caráter associativista das atividades econômicas para gerar o bem-estar comum, mas com fortes marcas do pensamento religioso católico a

influenciar o desenvolvimento do modelo e os papéis produtivos das mulheres quebradeiras de coco (PORTILLA, pág. 123, 2005).

Nas entrevistas coletadas em campo não se pode atribuir ao certo o principal fator motivador para que as mulheres se organizassem em Clubes de Mães e passassem a valorar a amêndoa e outros componentes do babaçu, mas é possível deduzir que a atuação de organizações como o MST e Igreja Católica foram determinantes neste processo, uma vez que trabalharam a formação social e política das famílias agroextrativistas. A articulação junto ao poder público e de outras organizações a ele ligadas, também veio a contribuir para a expansão da atividade na região.

Foi a partir da atuação do primeiro Clube de Mães na região, em Pedrinhas, que as mulheres chamaram a atenção do poder público. A parceria com o governo do Estado do Maranhão proporcionou a instalação de uma unidade piloto de processamento mecânico em uma área de assentamento de reforma agrária (comunidade de Olho D'Água das Guaribas). Foram selecionadas 36 famílias, as quais passaram por um processo de capacitação, para que pudessem gerir o próprio negócio (EMBRAPA, 2013).

Pelo que foi apurado em campo, nos governos José Reinaldo Tavares (2002 – 2007), Jackson Lago (2007 – 2009), Roseana Sarney (2009 – 2011), houve algum tipo de apoio, bem como no governo atual. Alguns prefeitos também foram mencionados como grandes apoiadores, a exemplo de Júnior Marreca, que implantou um sistema de criação de frangos na União de Clubes de Mães de Itapecuru-Mirim. A então secretária de estado da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural Governo do Estado do Maranhão (2002 - 2004), Conceição Andrade, também é mencionada como grande apoiadora dos projetos desenvolvidos com o babaçu na região.

Figura 6 - Placa da entrega do Centro de Formação Profissional da Mulher em 2007 no governo Jackson Lago – União de Clubes de Mães de Itapecuru Mirim.



Fonte: Autora, 2020.

Conceição Andrade, à frente da SEAGRO (gestão 2002-2004) implanta o V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável, na ocasião as mulheres de Itapecuru Mirim tiveram a oportunidade de conhecer o modelo do Médio Mearim, que continua pertencendo a pequenas produtoras, mas com maior desenvolvimento agroindustrial (PORTILLA, 2013).

Informações da Embrapa (2013) dão conta que o projeto implantado em Itapecuru Mirim foi dimensionado para processar cerca de 4,0t de coco ao dia e 100t ao mês. Apesar de não haver informação sobre a localidade em que foi implantado este sistema no documento da Embrapa, acredita-se que tenha sido no assentamento Olho D'Água das Guaribas, algo indicado na localidade durante a coleta de informações.

Ainda de acordo com o órgão, o primeiro passo foi a melhoria das condições de coleta e transporte do coco, com a introdução de animais de trabalho e carroças e de algumas máquinas para extrair o mesocarpo, e depois de quebrar o coco e extrair as amêndoas. Como se verá adiante, não houve boa aceitação por parte dos moradores rurais desta comunidade quanto ao uso da máquina de quebra, o que nos remete novamente à Mattos Junior (2010), ao afirmar que os planos governamentais atrelados a política de reforma agrária são impostos de cima para baixo, sem levar em consideração a aptidão agrícola para determinados produtos comerciais e sem realizar consulta prévia à comunidade que será impactada.

Já na área urbana do município foi montada uma pequena fábrica de sabonetes, tendo como beneficiárias as quebradeiras de coco que moravam na sede. Com os recursos da comercialização do sabonete, elas adquiriram um terreno onde fundaram a União dos Clubes de Mães de Itapecuru-Mirim. Nessa área, em parceria com o MDA, conseguiram um caminhão, uma prensa com maior capacidade de extração do óleo e instalaram uma fábrica de ração para viabilizar a criação de galinha caipira.

Também foram organizados grupos nas atividades de extração de óleo, fabricação de sabonete, artesanato, cultivo de hortaliças, criação de suínos e galinhas caipiras. Com recursos da Fundação Banco do Brasil, foi construída uma padaria para fabricação de biscoitos e bolos de mesocarpo.

Ainda de acordo com a Embrapa, as produtoras sociais de Itapecuru Mirim já conquistaram importantes prêmios, de reconhecimento nacional e internacional como projeto modelo de gestão e inclusão social, entre eles os prêmios Voz da Mulher (Banco Mundial, 2003), Melhores Práticas em Gestão Local (Caixa Econômica Federal, 2007),

Enfoque 200 Anos (Fundação Banco do Brasil, 2007) e Inovação - Tecnologia Social (Finep, 2012).

Utilizando dados do censo agropecuário IBGE, constata-se, de modo geral, que houve uma queda na produção de amêndoas (459 toneladas) em Itapecuru-Mirim, o que não significa que a atividade do babaçu tenha decaído na região, já que a produção de subprodutos ganhou força nas últimas décadas e estes dados não são compilados pelo Instituto de pesquisa. A seguir, demonstra-se a série histórica na quantidade produzida da amêndoa no município:

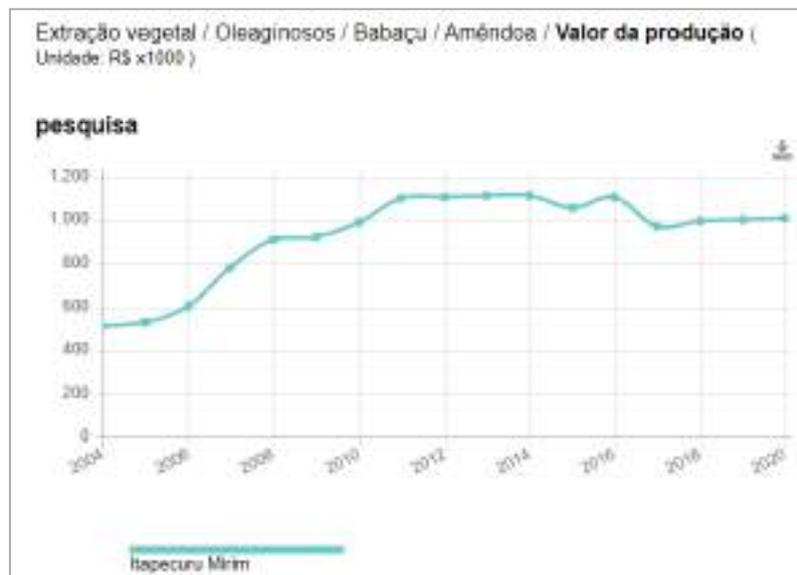
Gráfico 02: Série Histórica produção amêndoa de babaçu, Itapecuru-Mirim



Fonte: IBGE, Extração vegetal e Silvicultura, 2020.

Apesar do decréscimo no valor da produção, desde 2006 o valor da produção tem crescido, com leve queda entre os anos de 2016 e 2018:

Gráfico 03: série histórica valor da produção amêndoa de babaçu, Itapecuru-Mirim



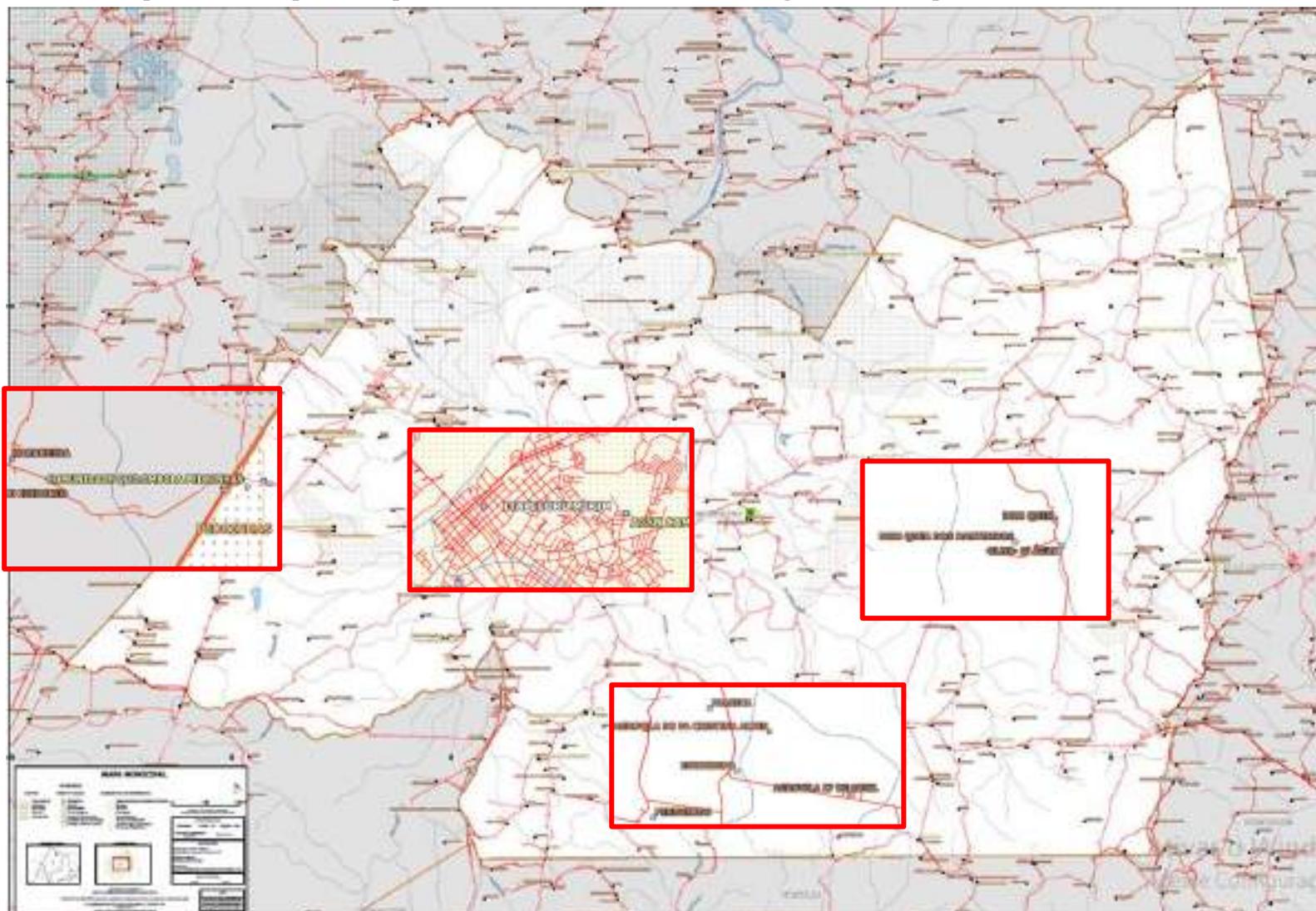
Fonte: IBGE, Extração vegetal e Silvicultura, 2020.

Faz-se pertinente uma pesquisa que revele sobre a produção de outros subprodutos de maior valor agregado, derivados não só da amêndoa, como também do epicarpo, mesocarpo e endocarpo. A seguir, de forma detalhada por comunidade, serão apresentados os resultados obtidos em campo nas seguintes comunidades:

- a) Clube de Mães Lar de Maria, localizado na Comunidade Quilombola de Pedrinhas;
- b) A União de Clubes de Mães, localizada na zona urbana, centro de Itapecuru-Mirim;
- c) O Projeto de Assentamento Cristina Alves, onde está localizada a Vila 17 de Abril;
- d) O Povoado de Olho D' Água das Guaribas.

Além destas, foi realizada entrevista na residência da senhora Maria Domingas, fundadora do primeiro Clubes de Mães de Itapecuru Mirim. Já por intermédio da plataforma Google Meet, foi realizada entrevista com Roselma Licar, atual presidente deste mesmo clube. Destaca-se no mapa as comunidades visitadas:

Mapa 02: Município de Itapecuru Mirim e comunidades investigadas em campo



Fonte: IBGE, adaptado pela autora.

3.1 Entrevistas nas comunidades: desafios do empreendedorismo social

a) Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria: resistência e pioneirismo na região de Itapecuru Mirim

O Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria, comunidade quilombola de Pedrinhas titulada pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), no ano de 2017, está integrado ao município de Anajatuba - MA e possui uma área de 129,789 hectares. A associação surgiu entre os anos de 1988 e 1989 sob a denominação “União do Clube de Mães de Pedrinhas”, e o seu objetivo era a ajuda mútua na criação dos filhos e atividades domésticas enquanto as mães participavam das atividades no roçado e na quebra manual do coco.

O povoado abriga aproximadamente 60 famílias, sendo que 33 mulheres fizeram parte da construção da proposta e estiveram nas atividades da agroindústria do babaçu, doada pela VALE no ano de 2015. Todo o processo de doação da agroindústria é parte do programa Vale nas Comunidades, e foi conduzido através da ONG Planeja que atua nos municípios de Itapecuru Mirim e Anajatuba desenvolvendo ações de assistência técnica e extensão rural nos assentamentos locais.

Na articulação para a instalação da agroindústria, outros parceiros foram envolvidos como a CONAB, e Embrapa Cocais e o SEBRAE. A CONAB se comprometeu em absorver os produtos desenvolvidos na agroindústria através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Embrapa assumiu a responsabilidade de pesquisar e transferir conhecimentos para as mulheres participantes do empreendimento para que elas pudessem desenvolver produtos a partir do babaçu. E o SEBRAE assumiu a responsabilidade de fazer as capacitações com as mulheres para que elas pudessem se qualificar para produzir e comercializar os produtos.

Também participaram da articulação para a implantação do projeto as prefeituras de Itapecuru Mirim e Anajatuba, juntamente com o governo estadual através da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF). Os municípios assumiram adquirir os produtos através dos programas PAA e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e a SAF através do Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF).

Nos primeiros treinamentos realizados pelo SEBRAE, as mulheres do Clube de Mães aprenderam a produzir salgados, bolos e ovos de páscoa, além de aperfeiçoar as técnicas de produção de alimentos na agroindústria. Os primeiros subprodutos produzidos

na agroindústria foram pão, bolo, sorvete e biscoitos. Além desses, o clube também comercializa ou efetua trocas de produtos da agricultura familiar: alface, pepino, maxixe, vinagreira e quiabo, etc.

Desde quando a agroindústria passou a funcionar que as mulheres buscam colocar os produtos para serem comercializados nas feiras locais, pelo menos duas vezes por semana (período anterior à pandemia da Covid-19). Chegaram às condições de exportar biscoitos para o estado de São Paulo. A fábrica possui uma capacidade de produção que gira em torno de 160 kg de bolos/dia, sendo esse o produto com maior facilidade de comercialização local.

O sorvete deixou de ser fabricado no período de pandemia em virtude da sua alta perecibilidade, e como só é comercializado nas feiras próximas que ocorrem semanalmente, e na própria comunidade, o grupo preferiu parar de produzir temporariamente. De qualquer forma, buscando manter a renda que mantinham antes da pandemia, o grupo de mulheres decidiu por instalar uma lanchonete na parte da frente da agroindústria com o objetivo de comercializar os produtos desenvolvidos localmente, tanto no próprio espaço, quanto nas residências.

Quando da entrega da agroindústria, a VALE entregou também um carro, entretanto, como nenhuma das associadas é habilitada, tem que contar com o apoio de alguma pessoa da comunidade que tenha carteira de motorista para a realização de entregas. Sobre a saúde financeira do empreendimento a coordenação não tem a exata noção sobre as perdas durante o período de pandemia, mas estima que houve um decréscimo considerável das receitas por conta da redução das feiras. De qualquer forma, as informações dão conta de que se há lucro as partilhas de receitas são realizadas de forma igualitária entre todas as associadas.

As mulheres são de acordo que as atividades na agroindústria e na associação são fruto de muita luta e resistência, mas que durante o período de funcionamento do empreendimento houve uma baixa considerável no número de associadas, de 33 para 18 mulheres. Vários fatores contribuem para esse declínio: desistência de integrantes por conta de questões familiares, pouca aceitação local dos produtos, carência de políticas públicas para o setor, falta de suporte técnico, a exemplo da logomarca dos produtos e do selo da vigilância sanitária. Todos esses entraves foram acentuados durante a pandemia. As mulheres também anseiam que a associação se transforme em cooperativa para que se assegure a distribuição das receitas obtidas.

Todos os produtos desenvolvidos têm como matéria prima o mesocarpo do babaçu, que atualmente é adquirido na União do Clube de Mães, cuja sede fica na cidade de Itapecuru Mirim. Considerando que a agroindústria foi instalada por conta da presença das mulheres quebradeiras de coco babaçu na comunidade, parece não ter lógica que o mesocarpo esteja sendo trazido de outro local, mas as informações apontam que como a produção da União é suficiente para abastecer a agroindústria, não há a necessidade que as mulheres locais precisem fazer a quebra do coco e ainda todas as atividades industriais. Nesse caso, a compra do mesocarpo da União do Clube de Mães acaba por beneficiar outras mulheres.

Mesmo com as muitas mudanças ocorridas na comunidade, onde a agroindústria é apenas um reflexo da presença dos trilhos da ferrovia da VALE dividindo a comunidade entre o novo e o ancestral, há vantagens e desvantagens, sendo que, de acordo com as mulheres do Clube de Mães, a perda de parte da identidade do quilombo é o que mais impacta:

“Com o tempo, a comunidade deixa de praticar atividades da sua ancestralidade, como o tambor de crioula; os mais jovens não se interessam pela cultura local” (produtora de Pedrinhas, agosto de 2020).

Entretanto, elas são otimistas quanto ao futuro e acreditam que são muitos os avanços:

“Hoje nós quebramos coco sim, mas não é mais como antigamente. Hoje a gente quebra coco pra fazer os produtos da agroindústria... pra fazer o sorvete, a gente tira o mesocarpo pra fazer o bolo. Hoje nós não quebramos o coco mais assim, pra vender de quilo em quilo. Nós catamos o coco, mas é pra fazer os nossos produtos” (produtora de Pedrinhas, agosto de 2020).

Figura 7: Agroindústria de derivados do babaçu de Pedrinhas.



Fonte: Autora, 2020.

Quanto ao aspecto gerencial, “Missão” e “Visão” de futuro são elementos da estratégia organizacional fundamentais para direcionar a equipe no alcance de objetivos. Na entrada da agroindústria de derivados do babaçu do povoado de Pedrinhas, está fixada uma placa com missão, visão de futuro, desafios e avanços do empreendimento.

Figura 8: Placa fixada na entrada da Agroindústria de Derivados do Babaçu, na comunidade quilombola de Pedrinhas



Fonte: Autora, 2020.

b) A União de Clubes de Mães de Itapecuru-Mirim como ponto de apoio aos empreendimentos sociais da região.

Na sede do município encontra-se a União do Clube de Mães, que integra todos os clubes da região (foram apontados seis povoados com empreendimentos sociais) e direciona esforços na gestão e busca dos interesses sociais das comunidades, uma vez que o grupo surge da luta pela cidadania da mulher, que à época de sua fundação encontrava dificuldades até mesmo para obter um registro de identidade.

A União de Clubes de Mães, segundo a entrevistada dona Izabel, foi fundado no ano de 1998, a partir da iniciativa de uma liderança local, a sra. Maria Domingas, que conseguiu fundar 13 clubes com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais. No governo de José Reinaldo Tavares, foram contempladas com um curso para produção de sabão e sabonete (entre os anos 2000 – 2001), primeira experiência das mulheres em capacitação na área de produção.

Em seguida, surgiu o interesse das mulheres de se estabelecerem em um local fixo, no ano de 2004 concretizaram a compra de um terreno para cultivo de uma horta, criação de galinhas, porcos e peixes de forma comunitária, onde cada clube arrecadou uma parte do valor para a compra do terreno (que conta com quase 3 hectares). Atualmente, para ter acesso a propriedade comunitária, cada associado paga uma mensalidade de R\$ 5,00.

Antes desse espaço físico houve todo um trabalho de organização das mulheres rurais com o incentivo à criação de clube de mães nos povoados e assentamentos do município. Algumas mulheres desses clubes foram articuladas pelas mulheres do STTR. De modo que, dos 13 clubes existentes quando do início dessa atividade, o município chegou a contar, no seu auge, com mais de 33 desses clubes. Problemas diversos relacionados a questões internas, mudanças no contexto nacional e estadual, falta de apoio em nível estadual e municipal fizeram com que muitos clubes deixassem de funcionar, sendo que, atualmente, apenas seis clubes estão em atuação (de acordo com a entrevistada).

Sobre o declínio do quantitativo de clubes e de associados, as mulheres indicam como principais causas a falta de apoio do poder público, a carência de projetos que sustentem e motivem os associados, uma vez que sem o recurso auferido no mercado institucional torna-se difícil contribuir com a mensalidade. Os ganhos dos projetos são divididos entre todas as companheiras, diluindo os lucros e a participação individual, em uma situação na qual os projetos estão cada vez mais escassos.

O primeiro projeto da União foi o “Gosto Caipira”, implantado no ano de 2005. A partir de então várias mulheres foram capacitadas pelo Senai e Sebrae e os clubes se espalharam pela região, tanto na sede quanto na zona rural, em atendimento aos projetos do PAA e PNAE. As mulheres destacam o cenário político como fundamental para o desenvolvimento da atividade, como bem destaca uma das entrevistadas: *“existem os governos que ajudam e os que atrapalham”*. Para ilustrar a afirmativa, usa como exemplo a doação por parte da Prefeitura de Itapecuru Mirim, em uma gestão passada, de 100 frangos para criação na União de Clubes, a partir dessa experiência, muitas mulheres implantaram galpões para criação de frangos nas suas residências.

Na União do Clube de Mães, depois da separação do espaço para plantação de hortaliças, de criação de frangos e de porcos, foi instalada uma fábrica de sabonetes, fruto de uma parceria entre a Fundação Banco do Brasil e a prefeitura do município. Como a matéria prima principal dessa fábrica é o óleo, no início era adquirido no povoado

de Olho d'Água das Guaribas, hoje, é produzido na própria sede do clube. Para isso, foi criado um espaço específico onde as mulheres podiam quebrar o coco e um outro espaço onde é produzido o óleo e retirado o mesocarpo.

A principal forma de comercialização dos produtos desenvolvidos no espaço da União se dá no próprio município. Aos sábados as mulheres participavam da feira comunitária da cidade e, além dos subprodutos do babaçu, também comercializavam os alimentos da horta: cheiro verde, couve, cebolinha, alface, entre outros produtos. Com a pandemia a feira foi paralisada e como as pessoas já conhecem o local, muitos vão comprar na própria sede da União. Chegou-se a cogitar a exportação dos sabonetes produzidos na fábrica, mas a falta de uma certificação não permitiu que o objetivo se concretizasse. É nessa perspectiva que nasce a Cooperativa, já em 2014, ligada a união, como forma de potencializar a participação das mulheres e visando fins lucrativos que não estava na base de criação e funcionamento dos clubes de mães.

A direção aponta que dentro do município há pouca valorização dos subprodutos do babaçu, a exemplo do sabonete, que custa em média R\$ 3,00 e que se torna pouco competitivo no mercado local. As mulheres já cogitaram a abertura de um ponto fixo de venda no centro da cidade, mas desde que foram assaltadas na sede, esse desejo foi adiado. Também alegaram os altos valores dos aluguéis como um entrave.

Figura 9: Horta Comunitária da União de Clubes de Mães, Centro de Itapecuru Mirim



Fonte: Autora, 2020.

Apesar dos percalços, elas destacam os avanços e ganhos sociais das mulheres engajadas na atividade – muitas não tinham moradia de alvenaria e construíram suas casas a partir dos ganhos na associação. No período de alta demanda e atendimento à projetos,

cada associada poderia auferir aproximadamente R\$ 1.200,00 mensais, um valor muito significativo àquela época.

Uma jovem entrevistada na ocasião, de nome Daiana, menciona que após a capacitação fornecida aos associados, iniciou uma produção independente de biscoito, bolo e sorvete na sua própria residência. Interessante notar que uma jovem manifestou interesse em continuar em uma atividade que já não tem atraído pessoas na sua faixa etária. Questionada se outros jovens têm participado das atividades da associação, ela responde que sim e que os homens se interessam pelo cuidado da horta.

c) A resistências das mulheres da Vila 17 de Abril no Projeto de Assentamento Cristina Alves.

A pesquisa também apurou as características do modelo produtivo solidário do assentamento Cristina Alves. Localizado à 17 km de Itapecuru-Mirim, o assentamento integra as comunidades Cabanagem, 07 de março e a Vila 17 de Abril. O PA abriga 91 famílias em uma área de 4800 hectares e se destaca pela diversidade e métodos agroecológicos de produção que contribuem para a preservação do solo. O questionário semiestruturado foi aplicado na Vila 17 de Abril.

BERNART (2017), oferece importantes detalhes sobre como se deu a luta para criação da Vila 17 de Abril:

“O grupo de famílias, que hoje conforma a Vila 17 de Abril, é majoritariamente oriunda do próprio município de Itapecuru Mirim e realizou duas ocupações frustradas no atual Assentamento Cristina Alves na metade da década dos anos 2000 antes de ser assentadas. No mês de abril do ano 2005 foi feita uma grande jornada regional de luta pela terra, com trabalhos de base em diversos municípios que vigoraram na formação de um grupo importante em Itapecuru Mirim. Este grupo tentou ocupar a atual Cristina Alves, para tentar acelerar o processo de vistoria que estava sendo realizado pelo INCRA, porém, a pressão exercida pelo proprietário e seus pistoleiros inviabilizou a ocupação e criou um clima de grande tensão no município. Mesmo sabendo que não tinha nenhuma possibilidade de vigorar, essas famílias oriundas dos trabalhos de base de Itapecuru Mirim ocuparam no dia 17 de abril de 2005 a fazenda que o então deputado federal Remi Abreu Trinta possuía no município, para assim pressionar para a emissão do decreto de desapropriação da área do atual Assentamento Cristina Alves, processo que estava correndo no INCRA desde o ano de 2002. Pouco mais de seis meses depois as famílias foram despejadas e criaram um acampamento provisório na beira da BR-222, a poucos quilômetros da fazenda que estava sendo cobiçada pelos Sem Terras. Até que, em 07/03/2007, foi emitido o decreto de desapropriação e a emissão da posse (a área se transformou em assentamento de Reforma Agrária)” (BERNART, 2017).

Não é intenção deste trabalho detalhar todos os processos de luta para implantação dos projetos de assentamento que hoje trabalham com o babaçu, mas este recorte na Vila 17 de Abril se faz importante para que se tenha um entendimento da formação social e política destas mulheres, já que houve a contribuição do MST que tinha como objetivo o trabalho de base na formação de grupos de famílias para a realização de ocupações e, conseqüentemente, de iniciativas econômicas.

Segundo as entrevistadas na ocasião da pesquisa de campo, a associação da Vila 17 de Abril foi criada no ano de 2012, em seguida, para incrementar as atividades comerciais, o PA criou também uma cooperativa, localizada na comunidade vizinha (Cabanagem). A primeira atividade desenvolvida compreendia o artesanato a partir da reciclagem de pneus, papel e plástico; as mulheres da região são reconhecidas pela confecção de redes a partir do reaproveitamento de sacos de feijão e arroz.

Em seguida, implantaram a horta orgânica. Com o aumento da renda e da produção, os produtos foram destinados ao PROCAF – Programa de Compras da Agricultura Familiar, cuja primeira demanda atendida foi o fornecimento de 200 kg de mesocarpo do babaçu. Para ter acesso à horta ou às máquinas do coletivo de mulheres, não existe obrigatoriedade de pagamento da mensalidade, porém muitas mulheres se utilizam dos benefícios da vinculação para ter acesso ao salário maternidade e aposentadoria. O natural é que mais mulheres se interessem pelo projeto, afinal, *“as mulheres ficam mais fortes, não vão mais para a roça fazer um trabalho sofrido”*. Relatam que a rotina de trabalho é flexível, as associadas só trabalham se quiserem e recebem por produção.

Questionada sobre o que motivou o início do projeto, uma das entrevistadas destaca: *“a gente passou a se sentir envergonhada em comprar produtos de fora com tanta terra para produzir”*. No começo atuaram em vários locais, em várias casas, porém nenhuma atendia à necessidade das mulheres. Até que a própria comunidade uniu esforços para a construção de uma casa “redonda” (coreto) para realização de reuniões. Neste local, todas as sextas-feiras, às 17 horas, as mulheres se reúnem para definir o planejamento semanal de atividades.

Quanto ao atendimento ao PAA e PNAE contam que fornecem as frutas da propriedade. As frutas que não tinham um bom aspecto, em virtude da ação de algum tipo de praga ou doença eram descartadas. Logo surgiu a ideia da compra de uma máquina para produção de polpas e aproveitamento das frutas que não se encaixavam nos programas, o freezer foi comprado a prazo e as mulheres fizeram uma cooperação para

quitar as prestações. Hoje produzem e comercializam polpas de bacuri, murici, acerola, manga e caju; frutas dos seus próprios quintais.

Em seguida, adquiriram um moinho e uma forrageira, tornando o trabalho de produção de mesocarpo de babaçu mais ágil. Após ser processada por estas máquinas, a farinha passa por um “pano”, ficando cada mais fina e adequada para a produção de alimentos. O fruto do babaçu é selecionado, já que somente o coco novo fornece mesocarpo de qualidade. A quebra manual preserva a tradição local - primeiramente as quebradeiras de coco retiram a pele, cortam o bico e o fundo do coco, retiram outra camada que é descascada *“como se fosse uma laranja”*, então as mulheres quebram o coco com um porrete e a amêndoa se desprende do fruto.

As figuras a seguir, mostram as máquinas utilizadas pelas mulheres da Vila 17 de abril: uma máquina despoldadeira de frutas, uma forrageira de babaçu, o forno industrial e o freezer para armazenamento das polpas:

Figura 10: Máquina despoldadeira



Fonte: Autora, 2021.

Figura 11: Forrageira



Fonte: Autora, 2021.

Figura 12: Forno industrial



Fonte: Autora, 2021.

Figura 13: Polpas produzidas no Coletivo de Mulheres da Vila 17 de Abril



Fonte: Autora, 2021

O babaçu é a principal matéria-prima para a produção de sorvete, farinha de mesocarpo, óleo, azeite e artesanato. As associadas também produzem biscoitos à base de polvilho e tapioca. Dos quintais aproveitam ervas medicinais para a produção de xaropes e utilizam gengibre, maracujá e limão para a produção de licores. Cada mulher é livre para trabalhar com a atividade com a qual mais se identificar, sendo assim, assumem coordenações.

Em relação às atividades de gestão do negócio, afirmam que ainda estão aprendendo, porém se mostram organizadas quanto a divisão do trabalho, já que atuam em unidades administrativas, possuem coordenação geral e coordenação financeira. A coordenadora financeira trabalha com um orçamento pré-definido em assembleia para aquisição de insumos. Existem também as coordenadoras de área, a exemplo da coordenadora da produção do mesocarpo, coordenadora da culinária, do artesanato etc. Para ilustrar, mencionam o exemplo da coordenadora dos biscoitos: *“a coordenadora é quem vai anotar as horas trabalhadas pelas colegas, ela quem vai definir quais materiais devem ser comprados”*.

As mulheres também se esforçam para que as compras de insumos sejam feitas dentro da própria comunidade ou entre comunidades vizinhas. As coordenadoras efetuam compras e trocas umas com as outras, é uma forma de fortalecer a parceria e a união na comunidade. Uma das entrevistadas destacou a importância da qualidade de vida no trabalho, uma vez que possuem um ambiente de trabalho agradável, descontraído e horizontal - sem hierarquia ou a presença de um superior. O modelo solidário não gera apenas renda, mas também saúde e qualidade de vida às associadas.

Em relação à coordenação financeira contam que os preços podem variar de acordo o projeto. O quilo de mesocarpo custa R\$ 20,00, já no PROCAF o preço fica em R\$ 18,85. Prioritariamente, 10% das vendas do produto são destinados à cooperativa. A coordenadora financeira paga proporcionalmente à mulher que atuou na produção deste derivado, havendo algum excedente, ele também é partilhado entre as demais associadas que contribuem com a mensalidade da cooperativa. Os produtos também são vendidos em São Luís, no Centro de Referência em Economia Solidária (CRESOL), em uma espécie de consignação, as mulheres expõem os produtos nesta loja, se o produto é vendido, o valor é depositado na conta da cooperativa.

Sobre a renda mensal, o valor obtido nas atividades da cooperativa é maior que o adquirido no Bolsa Família, que já se tornou apenas um complemento. A

coordenadora financeira destaca o exemplo de uma associada que sozinha, durante um mês, apurou R\$ 3.500. Ela também menciona o quão prazeroso é o seu trabalho:

“Eu não troco minha vida do interior pela vida da cidade e não trocaria meu trabalho nem por um emprego na prefeitura, aqui é melhor financeiramente, a carga de trabalho é menor, não tem chefe, no dia que eu quiser trabalhar eu trabalho, se eu quiser posso trabalhar até de madrugada”.

Vale destacar que a mesma recebeu uma proposta para trabalhar na prefeitura e recusou. Sobre o período de pandemia, relatam que não houve queda significativa da produção e nem nos rendimentos, porém tiveram de se readequar na crise. Houve queda nas vendas do artesanato e nas vendas do CRESOL em São Luís, já que as mulheres deixaram de viajar até à capital pelo receio de contrair o vírus; esta queda está estimada em 20%.

Em contrapartida, a produção de alimentos, sobretudo biscoitos, aumentou, compensando a defasagem das outras áreas. Elas também diminuíram os preços de alguns produtos para venda nas feiras locais; durante a pandemia não houve desistência de associados. A direção conta que a prefeitura não ajudou, elas mesmas organizaram uma ação social para distribuição de cestas básicas destinadas às comunidades carentes da região.

Na Vila 17 de Abril são realizadas ações educacionais com crianças e entrega de presentes com a presença do Papai Noel no período natalino. As conquistas pessoais são apontadas: mulheres que antes eram reprimidas ao confinamento do lar e a atividades essencialmente domésticas, podem agora construir suas próprias casas, viajar, formar os filhos... Apesar dos avanços, a comunidade luta contra a crise do coronavírus e também contra um outro inimigo – o latifundiário, que desde a ascensão do governo autoritário e conservador que se encontra no poder, tenta reaver suas terras, que, por décadas, estiveram improdutivas.

Figura 14: Coletivo de Mulheres da Vila 17 de Abril



Fonte: Autora, 2020.

d) A tradição do povoado de Olho D'Água das Guaribas

O povoado de Olho d'Água das Guaribas surge como assentamento de reforma agrária no início dos 90, o Clube de Mães do povoado iniciou suas atividades no ano de 1999, neste local funciona uma associação que tem por principal objetivo a defesa dos direitos sociais da comunidade. Na ocasião da pesquisa de campo, entrevistou-se a senhora Maria da Paz, presidente da associação.

Dona Maria da Paz conta que o início das atividades aconteceu simultaneamente nos povoados de Olho d'Água e Pedrinhas, nas duas localidades, a liderança da senhora Maria Domingas esteve presente, uma vez que a mesma trabalhou na aquisição de máquinas para quebra do coco, porém não houve boa aceitação por parte da comunidade. Segundo a entrevistada, a quebra na máquina não é boa, sendo preferível a quebra no machado.

Maria da Paz revela que boa parte da produção ainda é feita de forma artesanal por conta da resistência de algumas associadas, já que a maioria das mulheres é idosa. O óleo do babaçu ainda é feito nos panelões, numa mistura de água e amêndoas trituradas, logo após a fervura, o óleo se separa da água e é coletado pelas quebradeiras para uso alimentar.

O Clube conta com 32 associadas, mas somente 18 estão “na ativa”, tendo em vista que muitas já se aposentaram por idade. O clube conta apenas com um homem, responsável por pilotar o trator que coleta o coco na mata. Questionada se o trator foi

adquirido mediante apoio governamental, a entrevistada esclarece que por iniciativa própria as associadas adquiriram a máquina por intermédio do projeto “Pró-Vida”, na cidade de Recife.

Dona Maria da Paz destaca que no ano de 2017 foram contempladas com equipamentos para produção do óleo e biscoitos, produtos que são destinados aos mercados institucionais, sobretudo o PNAE. Os produtos também atendem o PAA e outras demandas da Conab.

Os equipamentos foram adquiridos mediante Termo de Fomento do Clube de Mães, com investimento de aproximadamente 4 milhões de reais por parte do Governo do Estado nos municípios de Itapecuru, Vargem Grande e Presidente Vargas. Destes, R\$ 121 mil reais foram destinados ao povoado de Olho d’ Água das Guaribas (informações retiradas da agência de notícias do Governo do MA).

Na ocasião da entrevista, foi possível verificar a aplicação deste investimento na compra de uma bateadeira, forno, mesa e outros equipamentos necessários para a produção de bolos, pães e biscoitos, conforme demonstram as fotografias a seguir:

Figura 15: Equipamentos da Agroindústria de Olho D’ Água das Guaribas



Fonte: Autora, 2021

Figura 16: Máquina para quebra do coco babaçu



Fonte: Autora, 2021

Figura 17: Forno industrial



Fonte: Autora, 2021

Figura 18: freezer



Fonte: Autora, 2021

Figura 19: Armário de panificação



Fonte: Autora, 2021.

Questionada sobre os principais parceiros da produção de derivados do babaçu no povoado, ela aponta a Embrapa e a figura do agrônomo José Mário Frazão, indicado também como grande parceiro no povoado de Pedrinhas. Destaque também para a Agerp e a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), órgão do Governo estadual responsável pela implantação da padaria no local e pelo fornecimento de um kit de irrigação utilizado na horta comunitária.

Faz-se um parêntese para destacar uma evidência percebida em campo: existe uma forte relação entre as parcerias firmadas com o poder público e a concessão de votos no período eleitoral. A entrevistada destaca que votou e angariou votos para o então secretário de Agricultura Familiar à época de sua candidatura. Vale uma reflexão, sobre até que ponto esta preocupação do estado seria genuína e comprometida com o interesse público (ou se seria meramente eleitoreira).

Outro parceiro importante quando do início das atividades foi o SENAR, que forneceu treinamento para produção de um óleo de melhor qualidade. Entretanto, dona Maria da Paz aponta que só isso não basta, pois precisam de mais cursos. Uma grande dificuldade enfrentada pelas mulheres é a falta de um selo/rótulo para produtos, assim como uma embalagem adequada.

A entrevistada conta que chegaram a expor os produtos na AGRITEC mas não conseguiram vendê-los, porém, associações de outras localidades, que já tinham embalagem adequada, obtiveram êxito nas vendas. As mulheres do povoado de Olho D'Água ainda comercializam o óleo em garrafas plásticas reaproveitadas e não possuem marca própria do negócio.

Dando prosseguimento à entrevista, questionou-se sobre a quantidade produzida e o valor da produção, ao que responde que não calculam o impacto da venda da amêndoa, já que esta não agrega muito às receitas. As mulheres de Olho D' Água calculam o impacto do óleo. Um litro de óleo de babaçu é vendido à R\$ 20,00, elas estimam que no mínimo, vendam 100 litros de óleo por mês. Este é o principal produto produzido no povoado e é ele quem oferece renda fixa para as mulheres envolvidas na atividade.

O processo de produção do mesocarpo é semelhante ao de outras comunidades investigadas, o coco é apanhado quando está prestes a cair, é lavado e posteriormente exposto ao sol para secagem natural. O mesocarpo passa pela máquina e pelo pano, extraindo-se a parte mais fina de sua farinha, que é vendida por R\$ 25,00 o kg. Este produto é vendido localmente e também nas feiras dos municípios de Imperatriz, Chapadinha, Vargem Grande entre outros.

No período de pandemia estima que as vendas diminuíram em 50%, muitas mulheres sentiram medo de contrair o vírus em virtude da idade avançada. Mesmo com a queda nas vendas, dona Maria da Paz garante que existem mulheres que vivem só do babaçu, pois, nas suas palavras, *“se não tiver babaçu tem mulher que passa fome, passa necessidade”*. Ela própria cogitou pleitear a ajuda do governo, já que a produção da padaria foi interrompida, mas com as limitações impostas pela pandemia, adiou este plano.

Além da pandemia, a comunidade enfrenta outros percalços, como a falta de interesse dos mais jovens pela atividade e a desistência de muitas mulheres, que migraram para a capital no intuito de pagar faculdade para os filhos. Na entrevista também é apontada a falta de um apoio contínuo do poder público. De acordo com dona Paizinha, não bastam equipamentos, elas precisam de capacitação contínua para melhorar os produtos e torná-los mais competitivos no mercado. Sozinhas, elas não conseguem ampliar a produção e também não possuem condições para implantar uma cooperativa. ”

Apesar das dificuldades acima mencionadas, ela conta como houve uma mudança no espaço do assentamento após o início do trabalho coletivo:

“Eu sempre gostei de trabalhar... teve a liberação da terra, convidaram e eu vim “pra cá”. A pobreza era grande, o sofrimento das mulheres... tinha dia que não tinha nem o que comer. Copiei o modelo da Associação do “Tabuleirão” que eu participava e implantei aqui. Eu inventei o Clube de Mães, “pra”

ver se a gente melhorava. Mudou muito, porque depois que eu registrei e saí de porta em porta convencendo as mulheres, o Clube foi crescendo e chamando a atenção dos nossos parceiros. A Embrapa foi a primeira instituição a ajudar. Surgiram os projetos do PNAE e PAA e não paramos mais. A hora que tem projeto, a gente vai lá! (Dona Maria da Paz) ”.

Figura 20: Agroindústria do povoado de Olho D' água das Guaribas



Fonte: Foto da autora, 2021.

3.2 O olhar das mulheres de Itapecuru: protagonismo e empoderamento feminino

No dia 22 de dezembro de 2020, realizou-se uma entrevista com a senhora Maria Domingas, que fundou o primeiro Clube de Mães de Itapecuru-Mirim no ano de 1989, atual Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria. Dona Maria Domingas é reconhecida pela comunidade local e por diversos órgão de apoio à atividade pelo seu engajamento na luta pela preservação das palmeiras e inclusão das mulheres na cadeia produtiva do coco babaçu na sua região.

Inicialmente questiona-se quantos são os clubes ativos e como se dá a organização dos mesmos. A entrevistada conta que já houve um interesse maior das comunidades, mas que atualmente existem mais de 06 clubes operando na região, número superior ao apontado por sua colega na sede da União de Clubes. Quanto à estrutura dos clubes, associações e cooperativas, ela considera que existe uma grande “engrenagem”.

Ela conta que esta engrenagem está ligada à cooperativa, responsável pela comercialização dos produtos das diversas associações e clubes espalhados pelo Vale do Itapecuru. Existem pessoas que estão ligadas à cooperativa da União de Clubes de Mães

dos mais diversos povoados, muitos destes, já planejam implantar cooperativas próprias no intuito de diminuir a dependência e agilizar o escoamento da produção.

Além da cooperativa, 72 mulheres estão associadas à Associação do Clube de Mães de Itapecuru. Essa divisão é importante, pois, nem todas as mulheres que participam da associação estão vinculadas à cooperativa e vice-versa. Cada mulher é livre para optar em qual entidade deseja se vincular.

Domingas conta que fundou o primeiro clube de Itapecuru em 1989, o objetivo do grupo era a defesa dos direitos das mulheres, ela narra as dificuldades impostas pelo machismo de então:

“Antigamente era tudo mais difícil, a mulher não tinha vez pra trabalhar, pra estudar, falar, ter sua própria renda... até pra tirar um documento era difícil. Então a gente criou o clube com um nível de organização muito bom. As mulheres começaram a se ver como mulher e ter autoestima; os grupos de outros povoados foram se organizando e pediram a nossa ajuda. No ano de 1997 já tinha 15 clubes, então criamos a União dos Clubes, já que o objetivo de todos era o mesmo”.

A interlocução com outros órgãos sempre foi de grande importância para o movimento, no início dos anos 2000 as mulheres começaram a discutir os anseios das quebradeiras de coco junto a gerencia regional, que com seu apoio, iniciou um projeto de valorização do coco babaçu no povoado de Olho D’Água das Guaribas.

Olho D’Água foi escolhida porque nesta localidade já havia uma avançada produção de óleo e a extração da amêndoa era realizada na máquina. O povoado serviu como uma espécie de “semente” (laboratório). Logo após, Domingas conta que aprenderam a produzir sabonete e sabão e, junto ao poder público, conquistaram uma fábrica e um caminhão. Nessa época, ainda não trabalhavam com alimentos.

Foi então que o Sebrae, por intermédio da culinária Tia Noca, desenvolveu um ano de capacitação na área da alimentação no município. Domingas considera que foi um salto, pois elas “saíram da fase de quebrar coco, fazer carvão e trabalhar com a palha” para produzir produtos mais valorizados no mercado. Ao todo foram capacitadas 123 mulheres. Nessa época, dona Maria Domingas era servidora da Secretaria Municipal da Mulher e fez a interlocução com diversos órgãos para que estes projetos fossem desenvolvidos na região.

Após as capacitações, as mulheres aprenderam a produzir biscoito, sorvete, bolo, pão, mingau e pudim. Dona Domingas acredita que atualmente 300 mulheres estejam engajadas na produção de derivados do babaçu na região. Muitas replicaram os conhecimentos adquiridos nos cursos em suas comunidades.

Outro marco importante foi a implantação da agroindústria, doada pela VALE no ano de 2015, algo positivo, já que elas sempre comercializaram os produtos, mas não possuíam um local adequado de produção. Foi então que passaram a produzir em um local com alvará de funcionamento e estrutura adequada.

Questionada sobre a gestão dos empreendimentos e como se dá a divisão das funções, Domingas conta que todo clube tem uma presidente, a agroindústria tem uma coordenadora e uma tesoureira. As mulheres se integram e assumem as coordenações e atividades com as quais tem maior aptidão.

Quanto ao mercado, ela conta que está basicamente dividido na venda balcão e mercados institucionais, sendo o último de maior impacto nas receitas da agroindústria. Um mercado potencial que pode ser melhor explorado, compreende o estado de São Paulo, que adquire o mesocarpo para produção de maquiagens. Em tom descontraído, dona Domingas conta de sua filha que é formada em estética e tem várias ideias de negócios na área.

Para entender algo que ainda não havia ficado claro em entrevistas anteriores, questionou-se sobre como se dá o faturamento e a divisão dos ganhos entre as companheiras. A entrevistada esclarece que no programa da Conab, o valor que o órgão irá comprar já vem definido em edital. Ela cita um exemplo: se a Conab tiver um edital que disponibiliza R\$ 80.000,00 em compras, e nesse grupo houver 10 mulheres, cada mulher precisa fornecer R\$ 8.000,00 em produtos (com a devida margem de lucro).

Porém, é muito comum que essa divisão não seja tão “redonda”, já que uma mulher pode pedir para entrar no projeto caso tenha produtos em estoque, ela pode fornecer maxixe, quiabo, vinagreira etc. (exemplo mencionado). A companheira que já tem o cadastro cede a conta para que essa produtora não tenha desperdícios. Dona Domingas conta que tudo é feito na base do companheirismo, pois “*uma ajuda a outra*”.

Este processo é muito comum no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Conab, que deposita o valor na conta da associação. O órgão pode limitar o valor a ser sacado, que é desbloqueado à medida que as mulheres atendem às demandas do programa. A tesoureira é a pessoa habilitada a fazer transferências e saques em nome da associação. Após este processo, é realizada a prestação de contas com as devidas notas

fiscais. O PAA também conta com a modalidade estadual e municipal, onde cada associada possui seu cartão de saque.

Ela também menciona o PNAE como outra importante fonte de receitas, programa no qual, no mínimo, 30% do valor da merenda escolar deve ser aplicado em alimentos produzidos na localidade.

Questiona-se quais foram as principais conquistas do grupo de mulheres de Itapecuru, ela aponta a independência das mulheres como principal conquista:

[...] “quando começamos o movimento as mulheres tinham medo de sair de casa, de falar e de se reconhecer como mulher. O primeiro passo foi trabalhar a formação da mulher pra ela entender que ela tinha direitos, que ela tinha valor. Para mim foi a maior conquista. Hoje você vê as mulheres assim, independentes... vamos citar o exemplo: a gente bota a produção e quando chega o dinheiro essa mulher paga as contas, compra a roupa que ela gosta, compra o fogão que ela quer, ela se determina por conta dessa independência que ela conquistou. Mas isso levou muito tempo, o machismo era tão grande que o marido não deixava a mulher sair de casa, dizia que ela ia pra rua procurar homem, perguntava se ia ter reunião todo dia. Mas a mulher foi se reconhecendo, ela foi aderindo aos projetos, às associações e clubes. Teve mulher que formou o filho trabalhando com a gente, que construiu sua casa, que comprou uma moto”.

Além das conquistas pessoais, Domingas destaca que as mulheres possuem reconhecimento, já ganharam prêmios nacionais. Mas esse processo foi lento, com o tempo os homens entenderam que a atividade somaria na renda da casa. Ela cita um exemplo simples, antes, até a mobília, citando uma cadeira, era considerada somente do homem, sendo ele o provedor quem adquiriu o objeto. Hoje a mulher entende que tudo que está dentro de uma casa também é dela.

Questionada sobre o que ainda falta para alavancar os empreendimentos de Itapecuru, responde: “*uma assessoria de ponta*”. Na sua opinião, elas já têm muito tempo de estrada, são ótimas cozinheiras, mas precisam de treinamento na área de gestão. Com ênfase nas áreas de comunicação, vendas, vendas pela internet, uso de máquinas e equipamentos de informática. Ela também acredita que precisam aprender a produzir ou adquirir embalagens atrativas para o consumidor final.

Outro ponto que poderia ser melhorado, segundo a entrevistada, é a produção manual de biscoitos. As mulheres produzem até 300 kg de biscoitos com a técnica manual de esticar e perfurar massa de mesocarpo com moldes. Para atender a uma demanda dessa proporção, chegam a trabalhar por mais de um dia ininterrupto. Conta que já pesquisou na internet e encontrou uma máquina automática que atenderia a necessidade do grupo.

Ainda sobre as dificuldades: a AGERP havia direcionado uma emenda para capacitação das mulheres no sentido de colocar os produtos de Itapecuru no formato exigido pelo mercado, mas em virtude da pandemia, o projeto foi barrado. Conta que possuem apenas o selo quilombola, o que não garante a venda para o consumidor final.

Também menciona a pandemia e seus impactos: antes, as mulheres vendiam nas feiras de São Luís, seminários e congressos dentro do estado, na Agritec e no Babaçutec, mas com a pandemia, estas exposições foram paralisadas.

Nas feiras de outras localidades o biscoito é valorizado, 1 kg é vendido à R\$ 24,00, valor impensável para a venda no comércio local. Estima que as vendas caíram em 40% durante o período de pandemia e foi o mercado institucional quem proporcionou fôlego aos empreendimentos sociais de Itapecuru. Apesar dos percalços, nenhum associado desistiu da atividade durante o período de crise.

Por fim, questiona-se como se deu o processo de expansão dos empreendimentos sociais junto aos fazendeiros da região, se já houve algum tipo de conflito. Domingas conta que, apesar de não ter presenciado nenhuma luta por terra ou para se ter acesso às palmeiras, não desconsidera que possa ter ocorrido algum conflito na região. Ela frisa que 12% dos assentamentos do estado estão em Itapecuru, ela considera que a terra é do grupo e que ela e outras líderes de comunidade discutem com diversos atores sobre a preservação do babaçual.

Maria Domingas diz que o fazendeiro “*tem raiva de coco*”, então, havia uma troca, pois eles sabiam que havia toda uma história e um trabalho social das mulheres com o coco babaçu, portanto, lhes era permitido o acesso a terras privadas para coleta. Porém, existiam normas, como não deixar sacos espalhados pela propriedade (o gado poderia ingerir e se engasgar), fechar o colchete da entrada da fazenda e não deixar cascas no local. Portanto, acredita que pode existir uma parceria entre proprietários de terras e quebradeiras de coco.

Figura 21: Entrevista com a senhora Maria Domingas.



Fonte: Milena, 2020.

Já, no dia 09 de julho de 2021, realizou-se entrevista com Roselma Licar, atual presidente do Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria, localizado no povoado de Pedrinhas, anexado ao município de Anajatuba e que faz parte da zona rural deste município. O clube está vinculado à Agroindústria de Derivados do Babaçu localizado neste mesmo povoado. Roselma responde juridicamente pelas duas entidades – associação e agroindústria.

Roselma conta que a terra foi titulada no ano de 2017 como integrante de Anajatuba, porém, as mulheres quilombolas de Pedrinhas se consideram itapecuruenses. Esse atrito nunca impossibilitou o trabalho das mulheres. Atualmente trabalham como associação mas pretendem implantar uma cooperativa, já que a agroindústria também é um ponto de comercialização.

Roselma explica que o CNPJ do Clube não possui fins lucrativos, portanto, a implantação de uma cooperativa tem sido pauta prioritária no coletivo de mulheres. Já receberam orientação de uma advogada para alterar o CANAE do CNPJ mediante baixa na atividade da associação, mas não há interesse, já que existem mulheres que se identificam com a associação e outras somente com as atividades comerciais.

Questiona-se se é necessário pagar uma mensalidade para estar integrado ao clube, Roselma responde que sim, mas não há obrigatoriedade de pagamento. Ela explica como se dá a gestão financeira do negócio:

“Nós temos um contador, ele quem faz a declaração do imposto de renda para que a gente não fique com nenhuma dívida, a tesoureira recebe os pagamentos das mensalidades, tudo que é adquirido com dinheiro da associação é feito mediante apresentação de nota fiscais e é feita uma prestação de contas. Na agroindústria, a pessoa que faz as compras fica responsável pelas notas, pagamos as dívidas, reservamos um percentual para a agroindústria e as sobras dividimos entre as associadas” (Roselma Licar, 2021).

O trabalho na agroindústria é realizado em dois grupos – um grupo entra às 07 horas da manhã e sai às 12 h e o outro grupo entra às 12 horas e sai às 17h. Esta divisão foi feita no período de retomada das atividades, com a diminuição dos casos de covid-19 na região. Os pagamentos não são iguais, cada trabalhadora recebe por hora trabalhada e não existe um controle de assiduidade.

Sobre as atividades administrativas, Roselma conta que quem está à frente da associação, também está à frente da agroindústria, mas reconhece que precisam formalizar a gestão, como em anos anteriores. Ela acredita que a cooperativa proporcionará um nível de organização maior, já que cada integrante ficará responsável por uma tarefa e ninguém ficará sobrecarregado.

Roselma conta que os principais produtos produzidos são o pão, bolo, sorvete, biscoito, café e pudim. Antes da pandemia as mulheres participavam das feiras; aponta que a aceitação dos produtos é maior em Anajatuba do que em Itapecuru-Mirim. A lanchonete abria de 3 a 4 vezes na semana, mas com o aumento do número de casos de covid na região, tiveram de fechar novamente. Antes da pandemia também participavam da Feira de Economia Solidária do CRESOL – Centro de Referência em Economia Solidária em São Luís.

Na entrevista foi evidenciado que a maior parte da renda provém da agroindústria, muito por conta dos mercados institucionais, por isso conseguiram se manter em um cenário de crise. Além dos programas da CONAB - PAA e PNAE (do estado e do município), acessariam o PROCAF no ano de 2021. Mesmo com o suporte destes mercados, o valor aplicado nos projetos foi bem menor em relação a anos anteriores.

Fazendo um comparativo entre o ano de 2020 e 2021, conta que os valores disponibilizados nos editais PAA e PNAE diminuíram consideravelmente. No ano de 2020 obtiveram R\$ 80.000,00 em recursos do PAA e no PNAE R\$ 70.000,00. À época da entrevista, as mulheres de Pedrinhas obtiveram R\$ 37.000,00 em programas

institucionais, valor muito abaixo ao do ano anterior. Diz que hoje precisam de 5 projetos para somar o valor total de um único projeto de anos anteriores.

Apesar das dificuldades, a entrevistada conta como a economia local tem se fortalecido com o Clube de Mães de Pedrinhas, que à data da entrevista contava com 19 pessoas associadas diretamente - *“Eu vou e trabalho na agroindústria, nesse espaço eu compro a galinha de uma vizinha, que compra na mão de outra colega a farinha, então a renda dos projetos circula dentro da comunidade”*.

Quanto aos parceiros da proposta, destaca a UFMA, o IFMA, a Embrapa e a empresa Conecta Brasil 360, aceleradora de empresas que tem prestado mentorias para criação de uma identidade visual para a agroindústria e também na implantação da cooperativa que as mulheres tanto almejam.

Apesar do Sebrae não ter realizado recentemente novas oficinas, ela considera que é um grande parceiro, bem como o sr. José Mário Frazão, a quem menciona com carinho, já que foi este quem idealizou máquinas e cadeiras visando o conforto e a segurança das quebradeiras de coco.

Roselma considera que o exemplo de Pedrinhas serve de inspiração para outros grupos e acredita que é um caso de sucesso:

“A gestão atual tem apenas 6 anos, e já superamos grupos mais antigos que o nosso. Nós pretendemos crescer, queremos ver nossos produtos no mercado e não depender só dos mercados institucionais. Mas com a consciência de onde viemos, eu acredito que estamos em outro patamar, nós somos quebradeiras de coco sim, mas não somos mais aquelas que vão pra roça catar e quebrar coco. Nós somos a transformação da amêndoa, produzimos vários produtos, isso é gratificante porque pessoas de outros municípios perguntam sobre o nosso negócio. Conheço uma pessoa de Chapadinha que trabalha com o babaçu e que pergunta sobre como produzir com qualidade”.

Roselma, em tom descontraído, conta que até ensina pessoas de outras comunidades a fazerem os produtos, mas que Pedrinhas tem um *“segredo que é só delas!”* Ela diz que esse segredo está na identidade, elas produzem, mas não querem perder essa identidade, o legado do babaçu; *“a gente ainda vai pra roça, ainda vai pro mato pegar coco, a gente quebra e mantém a tradição, mas a gente não vive mais apenas disso”*.

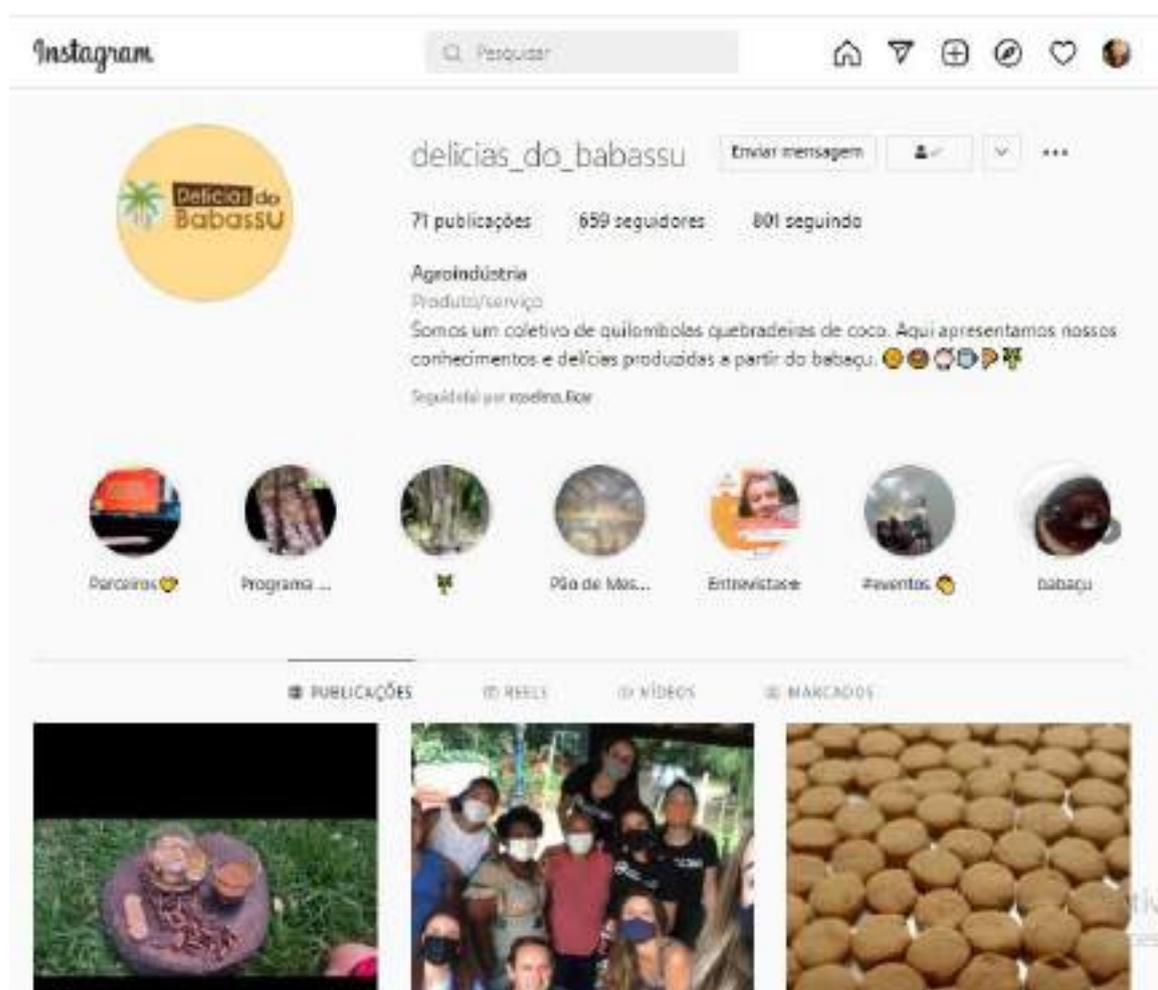
E é nessa perspectiva que elas trabalham para criação de uma identidade visual que *“dê cara”* aos produtos da agroindústria. Elas já receberam consultorias, mas somente agora, mediante parceria com a Conecta Brasil 360, passaram a utilizar uma

marca registrada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Ainda estão pendentes as criações de embalagens, embalagens para presentes e sacolas personalizadas.

Com visão de negócio, Roselma garante que não quer depender apenas dos mercados institucionais e que pretende alcançar os grandes mercados, como a Empório Fribal e o grupo Mateus, mas sem comercializar o produto “nú e cru”, mas sim em uma embalagem que o cliente “coma com os olhos”. Porém ainda faltam recursos, mas as mulheres estão firmes e coesas na busca deste e de outros objetivos.

Ao final da entrevista, Roselma conta da existência do perfil do “Delicias do Babassu” no Instagram, o que evidencia que as mulheres quilombolas de Pedrinhas estão conectadas às várias formas de divulgação. A página conta com mais de 600 seguidores.

Figura 22: Instagram Delicias do Babassu



Fonte: Instagram, 2022.

3.1 Entrevistas com órgãos de apoio ao extrativismo e à agricultura familiar.

a) Embrapa Cocais, entrevista com Guilhermina Cayres.

Para melhor compreender a percepção da Embrapa Cocais quanto ao caso de Itapecuru Mirim, foi realizada uma entrevista por meio da plataforma Google Meet com a pesquisadora da Embrapa, senhora Guilhermina Cayres²².

Guilhermina conta que a partir do ano de 2013 a Embrapa realizou consultas junto às quebradeiras de coco do Vale do Itapecuru, sendo que 40 comunidades agroextrativistas foram visitadas. O objetivo do trabalho era coletar demandas a serem atendidas pela Embrapa. Entre as demandas levantadas em campo, a Embrapa constatou que as mulheres tinham o desejo de operar um equipamento individual de quebra do coco que fosse capaz de proporcionar o aproveitamento integral do fruto. Já existe um protótipo em desenvolvimento.

Guilhermina indica que a palmeira do babaçu tem nascimento espontâneo em milhões de hectares no Brasil e já gerou renda para 300 mil extrativistas na década de 90, 135 mil nos anos 2000 e apenas 15 mil famílias se declararam como trabalhadoras com o babaçu no último censo agropecuário do IBGE. Ela acredita que este decréscimo está relacionado à penosidade do trabalho, dificuldade na produção e da venda da amêndoa bem como de outros derivados do babaçu.

A entrevistada constata que o trabalho impõe uma série de desafios – como a baixa diversidade de produtos e baixa qualidade dos alimentos que não atendem às especificações para venda direta ao consumidor final. Porém, existe um grande potencial para agregação de valor de derivados, tendo em vista que cada vez mais se tem valorizado produtos artesanais.

O grande gargalo, na opinião da Embrapa, está na baixa qualidade do processo produtivo e no desinteresse das gerações mais jovens. Neste sentido, o desafio do órgão tem sido desmistificar, principalmente entre os mais jovens, a ideia de que o babaçu é um produto sem valor, transformando-o em uma matéria-prima atraente, relacionada as ideias do empreendedorismo e da inovação.

²²Guilhermina possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA (1989), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (1999) e Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental (2009) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA da Universidade Federal do Pará-UFPA. Atualmente é Pesquisadora e Chefe Adjunta do centro de Pesquisa da Embrapa Cocais (Fonte: Portal Embrapa).

Guilhermina aponta outra dificuldade técnica: o babaçu não é plantado, tem que ser extraído, ao contrário de outras culturas agrícolas, como arroz e o milho, cujo processo produtivo já foi estudado e é amplamente conhecido no Maranhão. Ela aponta: “*Quantas palmeiras são necessárias para produzir determinada quantidade de amêndoas em kg em X hectares?* ” Como as palmeiras não são plantadas e ocorrem de forma espontânea, não se sabe responder, é necessário o investimento em pesquisa. Dado o baixo interesse comercial por parte de grandes empresas, o aspecto econômico do babaçu tem sido pouco estudado no Maranhão

Portanto, para reverter esse quadro, em 2017 a Embrapa pesquisou o babaçu relacionado ao empreendedorismo por meio da culinária, assunto novo para o órgão até então. Primeiramente, a Embrapa submeteu uma proposta junto à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), para aporte de recurso em pesquisa na produção de novos alimentos em laboratório.

As mulheres da comunidade de Pedrinhas indicaram produtos que poderiam ser aperfeiçoados em parceria com os pesquisadores, a exemplo do biscoito e sorvete. Em seguida, chefes de cozinha de renome nacional ministraram oficinas na agroindústria do povoado. Além destes, foram convidados professores da área da Engenharia de Alimentos da Universidade Federal do Maranhão.

Figura 23: Transferência de tecnologias entre pesquisadores, professores, chefs de cozinha e quebradeiras de coco – 2019



Fonte: Embrapa, 2021

De acordo com Guilhermina Cayres, “*as oficinas ministradas estavam baseadas no conhecimento que as mulheres já tinham, o resultado obtido foi uma mistura*

de conhecimento tradicional e técnico, que posteriormente seria transmitido para outras interessadas. As mulheres transformaram-se em multiplicadoras de tecnologia social”.

Alguns dos alimentos produzidos nas oficinas já são comercializados e outros foram classificados como “potenciais”, carecendo de pesquisa em laboratório para sua produção. Passou a ser objeto de estudo o leite batido da amêndoa. Entretanto, dada a sua alta perecibilidade, ainda se estuda um método de conservação em parceria com pesquisadores do Ceará. Outros produtos pouco conhecidos são o leite condensado, o capuchino e o queijo derivados do babaçu, alimentos de elevado valor nutricional e que também estão sendo estudados por pesquisadores da Embrapa, conforme demonstra o slide a seguir:

Figura 24: Alimentos à base de babaçu em fase de desenvolvimento – Embrapa Cocais e parceiros.



Fonte: Embrapa, 2021.

Guilhermina enfatiza que, mais importante que a produção de alimentos é o fortalecimento e autovalorização da atividade, assim como o trabalho com a autoestima das mulheres, que se sentem orgulhosas por serem quebradeiras de coco.

Figura 25: Produção de alimentos na Agroindústria de Pedrinhas.



Fonte: Embrapa, 2021

Figura 26: Oficinas para produção de derivados do babaçu, Embrapa Cocais e parceiros

Oficina de produção de pães com babaçu, com a padeira Flávia Moraes



Chef Júnior Ayoub cozinhando com as quebradeiras de coco



Fonte: Embrapa, 2021

Além das capacitações com pesquisadores e chefes de cozinha, as quebradeiras de coco também participaram de um Festival de Gastronomia totalmente voltado à valorização de subprodutos do babaçu em São Luís, realizado no ano de 2019 na Casa das Tulhas.

O evento contou com a presença de mais de 40 chefes de cozinha, palestras, entrevistas e o reconhecimento das quebradeiras de coco. No ano de 2020, em decorrência da pandemia da covid-19, o Festival Mercado das Tulhas não foi realizado, mas o trabalho das mulheres de Itapecuru continuou em evidência nas lives, na rádio, em vídeos no youtube e até mesmo em entrevistas no cenário nacional, como no programa Globo Rural no ano de 2021.

Guilhermina comenta sobre as dificuldades impostas pela pandemia, já que as mulheres tiveram de modificar o modelo de comercialização: buscaram o mercado institucional e abriram uma lanchonete em frente à agroindústria durante a pandemia. Também foi neste período que buscaram apoio para criação de uma logomarca para seus produtos.

Vale ressaltar que este objetivo foi concretizado mediante parceria entre as mulheres do povoado de Pedrinhas, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Programa Inova Maranhão), a Embrapa, a incubadora de empresas Conecta Brasil 360 e a Buildlab, startup responsável pela criação da identidade visual do empreendimento, conforme se evidencia a seguir:

Figura 27: Identidade Visual idealizada, Trilhas de Aprendizagem



Fonte: babassu.buildlab.com.br, 2021

Guilhermina conta que todo o processo criativo para construção da identidade visual foi realizado em conjunto com as quebradeiras de coco. O logotipo e outros itens de comunicação são importantes para venda direta e principalmente para o mercado

virtual. Todo processo de idealização da marca pode ser apreciado no site “Delícias do Babassu”.

Figura 28: Site institucional Delícias Babassu.



Fonte: babassu.buildlab.com.br, 2021

Para tornar a atividade ainda mais lucrativa, as mulheres de Pedrinhas anseiam por uma cooperativa, a mesma já se encontra em processo de implantação. A identidade visual é fundamental para acesso a novos mercados, por enquanto elas operam apenas com o selo quilombola que atesta que o produto é oriundo de uma comunidade tradicional.

A entrevistada considera que para ser mais competitivo no mercado capitalista, os produtos necessitam de um rótulo, com formulação, validade e composição do alimento, o trabalho com o babaçu necessita do apoio de vários parceiros, como nutricionistas, químicos e engenheiros de alimentos.

A UFMA indicou uma professora que detectou o alto índice de açúcar no sorvete, tornando-o impróprio para comercialização no mercado. Entretanto, a pesquisa em laboratório está progredindo e o produto já conta com diversos protótipos. Guilhermina conta como se dá este processo:

“Nós temos uma escala de maturidade dos produtos, numa escala de 1 a 8, sendo o número 1 o protótipo do protótipo, até o nível 8, quando o produto está pronto para ir para o mercado. A nossa proposta é chegar o mais próximo do 8, até a descoberta de nichos de mercado, buscando financiamento de outros parceiros

para ficar numa situação confortável buscando novos mercados. Essa experiência com Pedrinhas foi o início de um projeto vinculado ao Inova Maranhão da SECTI. A proposta do Inova é fazer com que os princípios desse modelo sejam replicados em outras comunidades vulneráveis. Este é o propósito: a criação de um laboratório de inovação social, que seja de livre acesso e que não gere patentes nem royalties, assim, o conhecimento produzido será transferido para outros grupos sociais” (Guilhermina Cayres, Embrapa).

Na visão da pesquisadora, este projeto é inovador porque alia o conhecimento produzido em laboratório com saberes tradicionais - o “*laboratório social*”, das comunidades. A receptividade e a vontade de aprender e transformar das mulheres de Pedrinhas chama a atenção.

Foi a partir desta parceria que se descobriu o leite condensado, o café de babaçu, a amêndoa ralada e se tem estudado a possibilidade da venda em escala do gongo em atendimento ao nicho de proteínas de insetos comestíveis. Provavelmente a próxima comunidade a ser atendida pela Embrapa é o Cristina Alves, que também foi investigada nesta dissertação.

Fazendo um paralelo com a teoria da Administração de Empresas, a estratégia das mulheres em manter ou diversificar produtos para mercados existentes ou novos está fundamentada na Matriz de Ansoff. Ainda que não tenham frequentado um curso superior na área de negócios ou que não tenham recebido uma consultoria na área, estas mulheres de visão empreendedora, diversificam o negócio e se adaptam a cenários de crise.

A Matriz Ansoff (ou Tabela de Expansão de Produto/Mercado) é um recurso utilizado por empresas para planejar ações estratégicas de crescimento. Ela identifica oportunidades e verifica os riscos ao avaliar de maneira apurada quatro componentes: penetração de mercado, desenvolvimento de produtos, desenvolvimento de mercado e diversificação.

Quadro 05 - Matriz de Ansoff

		PRODUTOS	
		EXISTENTE	NOVO
MERCADO	EXISTENTE	<p>Penetração de Mercado Consiste em aumentar a oferta de produtos existentes para um mercado existente.</p> <p>Ex.: Venda de biscoitos no mercado institucional.</p>	<p>Desenvolvimento de Produto Concentra lançar um novo produto em um mercado já existente.</p> <p>Ex.: Bolo derivado do babaçu comercializado na lanchonete da agroindústria.</p>
	NOVO	<p>Desenvolvimento de Mercado Concentra-se na introdução de um produto já existente em um novo mercado.</p> <p>Ex.: Venda online de biscoitos para outros estados</p>	<p>Diversificação Concentra-se em entrar em um novo mercado com a introdução de novos produtos.</p> <p>Ex.: Venda em eventos gastronômicos de produtos pouco conhecidos, como café, leite condensado, queijo etc.</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Ainda que de forma intuitiva se percebe que existem as quatro funções básicas da administração de empresas: planejamento, organização, direção e controle neste tipo de empreendimento, que tem a roupagem da inovação social mas não relega o lucro e a competitividade, sobretudo no povoado de Pedrinhas, que tem servido como laboratório de inovação social para os pesquisadores da Embrapa.

Encerrando a entrevista, questiona-se se, de fato, existe um viés empreendedor na comunidade de Pedrinhas, e se o modelo produtivo da região representa um contraponto a exploração capitalista. Guilhermina responde que é prudente criticar com fatos. Na sua visão, as mulheres de Itapecuru se diferenciam das quebradeiras do Médio Mearim, que são mais tradicionais, ela diz que entre os grupos de quebradeiras existem diferenças e a abordagem deve ser diferente. As mulheres de Pedrinhas se mostram mais abertas ao uso de tecnologia e maquinário.

Guilhermina entende que o uso de máquinas pesadas fere o valor da origem do produto, mas até certo ponto. Quando se pensa em mecanização do processo produtivo

deve-se considerar a percepção de quem vai fazer uso delas. Conta um caso curioso: muitas mulheres rejeitavam as máquinas propostas por conta do barulho, que atrapalharia a cantoria, algo muito comum neste tipo de ofício. Pensando nisso já existe um protótipo que se utiliza de energia mecânica e que está em fase de testes na região.

Figura 29: Ferramenta de uso individual para quebra do coco babaçu utilizada no povoado de Pedrinhas.



Fonte: Embrapa, 2021.

Guilhermina faz uma análise ampla sobre o que é ter um empreendimento “capitalista” em um cenário onde a busca pelo lucro por parte dos fazendeiros e ou empresas causaram dor, morte e violência. Pode-se associar o uso de máquinas a estas ideias, mas existem possibilidades, até mesmo porque as gerações mais jovens não têm se interessado pelo babaçu, associando-o a um trabalho cansativo e sem valor. *“Logo, deve-se pensar em alternativas para manter a tradição de forma a fortalecer a economia de comunidades vulneráveis, como no caso de Pedrinhas”*.

Na entrevista com a senhora Guilhermina, entende-se que existe um movimento interessante na região do vale do Itapecuru, onde as mulheres se mostram receptivas quanto a modernização da cadeia do fruto na busca de novos produtos e nichos de mercado, tal qual em uma empresa essencialmente capitalista. Mediante a formação de parcerias com o poder público e outros órgãos de apoio, as mulheres de Pedrinhas tem

buscado aliar o saber tradicional à pesquisa científica, tornando os empreendimentos ali instalados competitivos e inovadores.

b) Secretaria de Agricultura Familiar (SAF): Entrevista com Carlos Augusto

Dando continuidade à pesquisa sobre a percepção dos órgãos de apoio sobre o caso das quebradeiras de coco de Itapecuru Mirim, buscou-se um diálogo com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), foram realizadas duas entrevistas, uma delas com o senhor Carlos Augusto Furtado²³, que atua na coordenação do cooperativismo e extrativismo da SAF.

O coordenador da SAF assume um tom mais pessimista sobre o cooperativismo e o associativismo no Maranhão durante toda a entrevista, sobretudo no que diz respeito à atuação do poder público diante dessa realidade. Para o mesmo, o estado deveria acompanhar todos os grupos, mas isso não acontece porque não é uma prioridade da secretaria em que atua, já que outras políticas de governo estão em pauta, buscando-se investir, comprar máquinas, construir agroindústrias, etc. e a capacitação e organização dos grupos fica para um segundo momento.

Ele conta que acompanha as atividades relacionadas ao cooperativismo rural desde 2016 e todas as políticas implantadas desde então, a exemplo das cadeias produtivas do estado, priorizaram os investimentos em suas respectivas áreas, mais do que o investimento na organização dos agricultores e agricultoras para que estejam aptos para gerir os empreendimentos - *“no estado, se um profissional cobra demais de seu gestor, pode gerar alguma indisposição sob pena de ser desligado”*.

Carlos Augusto reconhece que o Estado tem injetado recursos na abertura de editais para o mercado institucional, porém, como coordena a pasta do cooperativismo, possui mais informações sobre este setor. O apoio que o mesmo acompanha está direcionado a consultoria na área financeira, ele conta como se dá este processo:

²³Carlos Augusto possui graduação em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (1981); especialização pela UFMA/UFPA/NAEA em Planejamento do Desenvolvimento - enfoque Amazônico Maranhense (1982) e Mestrado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Atualmente assume a coordenação do associativismo e cooperativismo da Secretaria de Agricultura Familiar do Governo do Estado.

“Eu costumo fazer um gráfico para demonstrar aos produtores: mão de obra x equipamentos. Quando as quebradeiras desenvolvem a produção de alimentos de forma rudimentar, o custo da produção é maior do lado da mão de obra do que com os equipamentos (machado, facão, etc.). Quando se investe em tecnologia, o custo com máquinas passa a ser maior que o da mão-de-obra na fase do beneficiamento. Dessa forma, o custo do produto vai lá para cima, porque tem que se considerar o investimento fixo: a casa, equipamentos, energia. etc. Porém, mesmo com equipamentos não se atinge escala e levando em consideração a remuneração dos grupos, um produto como mesocarpo pode representar prejuízo. Para se investir mais em estrutura física é necessário capacitar as mulheres, muitas ainda não estão preparadas para empreender”.

Carlos Augusto explica que, sem uma gestão adequada, estes empreendimentos podem cair na chamada “ilusão monetária”, algo que já ocorreu no grupo de mulheres de Itapecuru Mirim, e que foi constatado quando realizou uma visita técnica no ano de 2019. De acordo com o coordenador da SAF, as mulheres estavam satisfeitas com a venda do bolo a R\$ 8,00/kg. Quando questionadas se a venda deste produto cobriria os custos, não souberam responder.

O entrevistado diz que é difícil fazer com que as mulheres entendam que as receitas diferem dos lucros, afirma que todo negócio precisa de uma reserva para suprir custos, como a manutenção das máquinas, reforma da casa, depreciação de equipamentos etc. Então, agendou-se uma consultoria para se descobrir os custos e ajudar na formação de preço dos produtos em Pedrinhas. Segundo Carlos Augusto, após a consultoria, detectou-se que as mulheres perdiam R\$ 3,00 a cada quilo de biscoito vendido. A orientação para formação de preços não teve continuidade já que o consultor só conseguiu retornar ao povoado um ano depois, segundo ele, a SAF alega não ter (ou não priorizar) diárias para este tipo de ação.

A partir de então, algumas sugestões foram implementadas: já que o preço da merenda escolar é tabelada, ele sugeriu que deveria haver uma redução de custos ou o aumento da produção de tal forma que, com o alcance da escala, fosse possível diluir os custos e manter a lucratividade na margem unitária.

O entrevistado conta que as produtoras de Itapecuru Mirim não têm uma rotina de trabalho bem definida, nem um manual de procedimentos. Ele diz que em um dia, até onze mulheres operam na agroindústria, no outro apenas três, não existindo um padrão. Também não há especialização no trabalho: uma mesma mulher pode exercer

mais de uma função com liberdade para transitar entre os diversos setores do empreendimento. Esta flexibilidade acaba refletindo nos custos. Na visão do consultor, se a agroindústria operasse em menos dias na semana, porém com mais horas de trabalho empregadas, haveria uma redução nos custos com eletricidade, obtendo um melhor resultado no PAA e PNAE.

Carlos Augusto diz que o ideal seria haver uma divisão de tarefas, sobretudo na quebra manual do coco babaçu: sendo esta a atividade mais cansativa, não haveriam carências de matéria-prima e nem de produtos. Uma outra crítica apontada: ele acredita que as mulheres priorizam as relações familiares e sociais em detrimento das atividades laborais nos empreendimentos. Questionado sobre o que seria trivial para reverter este quadro, menciona o Plano de Negócios.

Carlos Augusto acredita que o ponto de partida para se empreender é o Plano de Negócios, é ele quem vai nortear quais são os objetivos a longo e curto prazo e quais serão as estratégias para alcançá-los nas mais diversas áreas: financeira, recursos humanos, materiais, marketing etc., Mas ele desconhece uma consultoria aplicada na região neste sentido, pois, na sua opinião, *“a organização dos grupos não aparece na eleição, o que vai aparecer é uma casa construída, chamada de agroindústria; então, para o governo é muito mais importante ter uma estrutura física do que um resultado a ser apurado e não houve mudança significativa do governo anterior para o atual”*.

Mais uma vez ele reforça que não acompanha os editais destinados ao mercado institucional, porém coleta informações sobre as localidades de destinação dos recursos para que as consultorias na área financeira possam ser realizadas. Comenta que o quantitativo de diárias para este tipo de suporte é insuficiente para que haja um acompanhamento sólido dos empreendimentos.

Outro ponto negativo seria a falta de monitoramento e avaliação das ações do Governo do Estado - os dados quantitativos são escassos e as informações qualitativas dos projetos são inexistentes. Completa afirmando que, muitas vezes, pequenos grupos conseguem êxito em suas atividades por estarem vinculados à uma ONG ou mesmo por iniciativa própria, mais do que aqueles que aguardam por ajuda de órgãos como a AGERP e a SAF.

Questionado se de fato existe um empreendedorismo de viés social em Itapecuru e se este seria um contraponto ao modelo dominante de exploração do babaçu, afirma que se faz necessária uma análise econômica do caso. Para o entrevistado, o preço

internacional do óleo de babaçu está depreciado, já que existem outros substitutos que alcançam maior escala e de preços mais atraentes, como o óleo da Malásia.

Para Carlos Augusto, quando se toma a decisão empresarial de enxergar o babaçu como negócio, a empresa de tipo capitalista desestimula a atividade extrativa do babaçu. Então, o produto só é interessante se for valorado, o mesocarpo agrega mais valor que a venda da amêndoa, por exemplo. Na cadeia produtiva do babaçu prevalece a mão-de-obra feminina, que por diversas razões, acaba sendo remunerada de forma inferior, sob este modelo, enquanto consultor, não recomenda a atividade. Carlos aponta outro problema, a falta de interesse das gerações mais jovens:

“Vou te dar um exemplo de uma agroindústria de Chapadinha, que tem 32 integrantes voltadas para a produção de mesocarpo: o mais jovem tem 42 anos e o mais velho 65, as filhas dos produtores nem sonham em coletar o coco. Eu fico me perguntando porque o governo vem investindo em negócios com data de nascimento e morte programados. Da forma que está, a fábrica vai ficar parada, logo não vai ter mais nada. A estimativa de vida desse pessoal é de 70 anos; então, essas agroindústrias têm prazo pra acabar e mesmo assim os governos continuam investindo e deixando a desejar na área da tecnologia”.

Entretanto, menciona o exemplo exitoso da Coppalj como modelo de empreendedorismo a ser seguido. Conta que as mulheres de Lago do Junco têm uma organização profissional e que chegam a negociar em todos os mercados, inclusive no mercado internacional. *“Elas perceberam que trabalhando de forma isolada danificariam suas panelas com a alta combustão para obtenção do óleo e que não seria vantajoso quebrar o coco nas rodas por até 5 horas por dia para alcançar no máximo 9kg de amêndoa”.* Então, criaram grupos organizados de trabalho e buscaram a lógica empreendedora para alcançar escala e lucros, tal qual como na Natura ou Boticário, o entrevistado defende essa iniciativa. Entretanto, para que Itapecuru alcance este exemplo, precisa de instrução/tecnologia.

Segue mencionando outros pontos negativos no grupo de Itapecuru, como o empirismo para a produção de alimentos (cada mulher tem liberdade para produzir da forma que preferir), a falta de informações sobre os custos dos insumos e a ausência de uma rotina definida de trabalho.

Questiona-se se ele acredita que as capacitações, emprego de tecnologia e maquinário descaracterizariam a proposta de trabalho das mulheres, que tem viés mais

social que econômico. O entrevistado responde que não, completa afirmando que até mesmo os órgãos de representação, como o Miqcb já adotam uma postura mais receptiva quanto ao emprego de tecnologia. Para o senhor Carlos Augusto, o uso de máquinas não elimina a história das mulheres e não há outra forma de alavancar a produção se não pelo uso de máquinas. O tradicional e o moderno não são excludentes.

Sobre a interferência do poder público a nível municipal, ao contrário do que as mulheres relatam nas entrevistas, segundo o entrevistado, não existe dentro da política agrícola municipal um recuso específico para a área do extrativismo. Então, as mulheres envolvidas neste tipo de atividade dependem muito da ajuda do Governo do Estado, que pouco conhece sobre as especificidades de cada região.

Por fim, conclui sobre os avanços em Itapecuru, já que houve um movimento interessante na busca de uma maior organização na defesa dos direitos sociais das mulheres e na valorização do babaçu e produção de derivados, porém acredita que existem diversos desafios atrelados.

**c) Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI MA),
entrevista com Gabriela Barros.**

Na atualidade, o empreendedorismo social tem dialogado com órgãos que perpassam as entidades de apoio à agricultura familiar. Em um ambiente dinâmico e mutável, a inovação se torna meio de sobrevivência para todos os tipos de negócios. Neste sentido, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) tem direcionado esforços e recursos à comunidade de Pedrinhas.

Para entender como tem se dado este processo, teve-se acesso ao Termo de Cooperação Técnica para implantação do projeto “*Metodologia de Implantação, Monitoramento e Avaliação da Estratégia de Inovação Social no Estado do Maranhão*”; bem como se realizou uma entrevista com a assessora técnica da instituição, sra. Gabriela Barros. Inicialmente, caracteriza-se o Termo de Cooperação Técnica capitaneado pela SECTI, o qual foi disponibilizado pela assessoria jurídica do referido órgão.

O Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 01 de abril de 2021 entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), A Conecta Brasil 360 Serviços de Treinamentos e Projetos Socioambientais, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), tem em sua cláusula primeira o objeto do ACT –

“*Metodologia de Implantação, Monitoramento e Avaliação da Estratégia de Inovação Social no Estado do Maranhão*”, o qual tem por objetivo o desenvolvimento conjunto de abordagens metodológicas adaptadas às experiências de inovação social executadas em solo maranhense e o estabelecimento de indicadores e respectivas metodologias de aferimento correlatas a essas seções.

Este objetivo maior é desmembrado em objetivos menores, quais sejam:

- a) Desenvolver Conceitos e Abordagens de Inovação Social para serem incorporados ao Programa Inova Maranhão;
- b) Estruturar e descrever uma metodologia de inovação social;
- c) Desenvolver, aplicar, mensurar, analisar e ajustar indicadores de inovação social;
- d) Validar as metodologias;
- e) Transferir a metodologia para novos multiplicadores.

Para o desenvolvimento de conceitos e abordagens de inovação social, os partícipes pretendem sistematizar conceitos e abordagens relacionados à inovação social e à utilização de tecnologias sociais em comunidades rurais ou em grupos socialmente vulneráveis, a fim de definir um conceito de inovação social comum entre os parceiros e descrever as etapas de um processo de inovação social, equivalentes às etapas de uma inovação usual (ideação, prototipagem, validação, aceleração, tração) em comunidades rurais e grupos socialmente vulneráveis, no âmbito do Programa Inova Maranhão da SECTI²⁴.

Depreende-se que se fará uso da expertise da SECTI no tema da inovação para que técnicos cheguem a um consenso sobre o conceito de inovação social que será replicado em outras comunidades vulneráveis que tenham potencial para receber a metodologia proposta.

Fazendo a leitura do ACT, evidencia-se também a criação de indicadores que serão aplicados e mensurados na fase de implantação e monitoramento do processo de

²⁴O Inova Maranhão é um Programa do Governo do Estado do Maranhão veiculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) que tem como objetivo estimular junto à sociedade maranhense o desenvolvimento de ações voltadas para a inovação, empreendedorismo, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento sustentável e inovação social. O programa nasceu em 2015, inicialmente como um programa de incubação de startup.

inovação social. A Comunidade Quilombola de Pedrinhas é colocada como protótipo do projeto tendo em vista o conhecimento acumulado e ao fato da Embrapa já atuar na região.

O ACT também indica que outras comunidades serão selecionadas pela equipe técnica para determinar se há um processo de inovação social no território visitado, indicadores serão utilizados para este fim. Técnicos, representantes de outras comunidades e de outras instituições e empresas serão convidados a participar de um treinamento no uso da metodologia para que sejam multiplicadores da ferramenta. O detalhamento das ações consta no anexo do Termo, com seu respectivo plano de trabalho.

No Termo de Cooperação também estão presentes as metas, obrigações dos partícipes executores, as obrigações comuns, a vigência, o acompanhamento e gestão, recursos financeiros e pessoais, pesquisas e publicações conjuntas, os bens oriundos do acordo, a confidencialidade entre outros pontos de ordem técnica. Para nosso estudo, vale destacar quais ações estão em curso em Pedrinhas.

O plano de trabalho, que possui um cronograma de 12 meses, conta com a descrição das ações e custos de cada órgão. Na SECTI, a assessora técnica responsável pelo acompanhamento do ACT é a sra. Gabriela Barros, que respondeu algumas perguntas sobre a percepção da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação sobre o caso de Itapecuru.

Gabriela diz que a SECTI percebe a agroindústria “Delícias do Babassu” como um case de inovação social, tendo em vista as tecnologias empregadas e os impactos positivos que ela causa localmente. Interessante notar que a Secti já se reporta à agroindústria pelo nome fantasia escolhido pelas associadas do Clube de Mães.

Questionada sobre qual seria a atuação da SECTI na localidade de Itapecuru, a entrevistada responde que a ação adotada é o desenvolvimento de uma metodologia de mensuração de inovação social que tem a Delícias do Babassu com um case importante no estado. Os resultados ainda não podem ser mensurados, tendo em vista que a ação se encontra em curso.

Questiona-se sobre quais seriam as conquistas e avanços, bem como as dificuldades e os desafios associados ao modelo do empreendedorismo social na região de Itapecuru Mirim. Na visão da SECTI, as conquistas estão relacionadas a qualidade e diversidade de produtos a partir do babaçu; já as dificuldades estão relacionadas a formalização e gestão desses negócios.

Questiona-se se o empreendedorismo social (ou inovação social como a SECTI se refere aos empreendimentos da região de Itapecuru) seria um contraponto à

lógica capitalista de produção, se poderíamos falar até mesmo em uma “concorrência” entre estes dois modelos. Gabriela diz que enxerga a lógica social também como uma lógica de lucratividade, porém percebendo o babaçu e suas potencialidades e conhecimentos tradicionais em seu uso como um diferencial de mercado. Para Gabriela, *“existe este recorte sublinhado na produção e na venda”*.

A assessora responde quanto às ações que poderiam alavancar a produção e as vendas das mulheres de Itapecuru. Ela acredita que:

“Os produtos precisam ser colocados no mercado como uma produção diferenciada em toda o seu processo. Iniciando pelo reconhecimento e orgulho do modo tradicional de saber fazer e perceber isso como tecnologia social, ter marca, embalagem, plano de divulgação e marketing, mídia entre outros”.

Ela recomenda à outras localidades que trabalham com derivados de babaçu para que estas saibam contar a sua história com destaque as tecnologias sociais que compõem os produtos e destaquem como os seus impactos geram inovação e desenvolvimento local. Gabriela frisa que a cadeia produtiva vem testando novos produtos a partir do Babaçu como por exemplo o café e outros ainda mais inovadores, como o leite condensado, e acredita que o modelo de produção social gera sustentabilidade socioambiental e desenvolvimento econômico.

d) Entrevista com Jerônimo, secretário municipal de agricultura de Itapecuru-Mirim.

Em agosto de 2021, foi realizada uma visita na prefeitura de Itapecuru-Mirim, na ocasião, foi entrevistado o senhor Jerônimo, secretário de agricultura do município. Jerônimo destaca que existem quatro cadeias produtivas a serem trabalhadas em sua gestão, sendo uma delas a cadeia produtiva do babaçu.

A primeira tarefa a ser executada neste sentido é o cadastramento de todas as mulheres que trabalhem com o babaçu. Para Jerônimo, o foco esteve por muito tempo voltado para o grupo de Maria Domingas (Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria, Pedrinhas). Porém, a quebradeira de coco que faz a coleta no mato e ainda utiliza o facão como ferramenta de trabalho, esteve esquecida nas gestões anteriores.

Atualmente, o secretário realiza trabalhos em duas comunidades – Dois Mil e Fandangos; duas das comunidades mais pobres de Itapecuru. Que, apesar, disso, fornecem mesocarpo para a fábrica da sede do município, nas palavras do entrevistado: *elas ainda estão atuando na base do negócio*. As reuniões nestas localidades foram no sentido de levar conhecimentos sobre associativismo a essas localidades para que se tornem tão competitivas quanto Pedrinhas.

Jerônimo também ressalta os encontros realizados no povoado de Olho D'Água das Guaribas e a presidente da associação desta comunidade, sra. Maria da Paz, que, juntamente com o secretário estadual de agricultura familiar Júlio Mendonça, conseguiram acessar o Fundo Amazônia e a prefeitura irá apoiar para que este projeto obtenha êxito na localidade.

O secretário frisa que o apoio da prefeitura está direcionado a todos os grupos, sobretudo os mais vulneráveis, para “a quebradeira que vai para o mato e usa machado”. Uma das principais demandas destas mulheres é o “trato de pneu”, que realiza a coleta e condução dos cocos da mata para os pátios, locais de quebra do fruto.

Outra ação importante da Secretaria de Agricultura são os workshops que proporcionam trocas de conhecimento entre comunidades. Tendo o grupo de Pedrinhas como referência, normalmente uma associada deste grupo profere o minicurso nas comunidades iniciantes na atividade. Muitas mulheres possuem uma renda fixa proporcionada pelas mais diversas atividades relacionadas ao babaçu.

Um projeto importante destacado pelo entrevistado diz respeito ao cadastramento das mulheres para que recebam uma subvenção do babaçu, em um edital de sociobiodiversidade da Conab. A meta é habilitar 150 mulheres para que estejam aptas a participar deste edital. Jerônimo discrimina como se dá a proposta:

“Funciona da seguinte forma: o preço do kg da amêndoa na região custa R\$ 1,50 centavos. Sendo que para a Conab, a nível federal, o kg custa R\$ 3,08 centavos, então a Conab paga esta subvenção. A diferença entre o preço praticado no local e o preço mínimo determinado é depositado na conta da mulher extrativista. Ou seja, a Conab paga R\$ 1,58 centavos por kg. A nossa meta é cadastrar 150 mulheres. É um bom projeto, porque é um dinheiro certo e que cai na conta da mulher. Quem controla é a Conab, a prefeitura faz o cadastro com uma técnica que vai nos povoados coletar os dados das mulheres”.

Jerônimo conta que neste contato, outras políticas públicas são disponibilizadas, a exemplo da Secretaria da Mulher, que realiza palestras sobre empoderamento feminino, Lei Maria da Penha entre outros temas de interesse da comunidade.

Questionado sobre a principal ação da secretaria junto às quebradeiras, fala da execução do PAA e PNAE - para que estes programas sejam executados, é necessário que haja uma parceria sólida com os municípios. Segue frisando que a prefeitura quem vai buscar os produtos e realizar a distribuição. As famílias em situação de vulnerabilidade social são identificadas pelo CRAS. Anteriormente os programas não eram executados dessa forma: até mesmo as igrejas recebiam alimentos sem qualquer controle do poder público. Atualmente a prefeitura conhece o valor e a quantidade produzida por localidade. O entrevistado menciona um exemplo prático para ilustrar:

Recebemos cerca de 14, 15 toneladas de alimentos que serão divididos em cestas de 20 kg, o que daria aproximadamente 750 cestas. A prefeitura não trabalha só com notas fiscais; além de recebê-las, faz o acompanhamento das famílias com um técnico selecionado para este fim. Nós temos um técnico para o PAA, um técnico para o PNAE e outro para o PROCAF.

O secretário de agricultura assegura que o apoio é ainda maior para os derivados do babaçu, tendo em vista a pobreza das comunidades que desenvolvem esse tipo de trabalho. Esse apoio se dá nas capacitações, cursos e parcerias (Sebrae, Embrapa, Agerp etc.).

Sobre o que mudou após a implantação das associações e cooperativas na região de Itapecuru, Jerônimo diz que houve uma mudança significativa, porque estes empreendimentos, além de promoverem a inclusão, tonaram as mulheres politizadas e deram autonomia a elas. Dona Maria Domingas, que também é apontada pelo entrevistado como grande liderança local, sempre teve consciência política, já que foi presidente do sindicato de trabalhadores rurais. No seu mandato houve uma organização muito forte das mulheres.

Para o secretário, o movimento que acontece em Itapecuru é empreendedor e, apesar dos inúmeros pontos de melhoria, as mulheres da região estão bem à frente em comparação aos grupos de outras cidades; sendo oportuno socializar o que conhecimento e as tecnologias ali sedimentadas. Jerônimo diz que o babaçu oferece

renda para duas mil mulheres só em Itapecuru, sem contar aquelas que já se aposentaram da atividade.

Algumas comunidades têm se inspirado nos exemplos do Cristina Alves e de Pedrinhas e implantam agroindústrias de base comunitária, como é caso da comunidade Fandango, que está iniciando os trabalhos em uma associação. A organização dos produtores também chama atenção do poder público e outras ações chegam a esses locais, é o caso da SEMU, que levou ações de saúde da mulher, consultas, exames e vacinação contra a covid-19.

Jerônimo acrescenta que o tipo de empreendedorismo praticado tem cunho social, já que não considera o lucro de forma exacerbada, na visão do entrevistado, existem *“valores e um modelo de organização que conduzem esse tipo de negócio”*. Também considera as dificuldades, porque as pessoas envolvidas têm baixa escolaridade e baixo nível de relações sociais, além de pouca compreensão política. Ainda assim, muitas mulheres têm superado essas barreiras.

O entrevistado cita o exemplo do Projeto de Assentamento Cristina Alves, nessa região todas as mulheres sabem falar e todas falam, não apenas uma ou outra líder local. O MST fez todo um trabalho que considera a formação política, social e ambiental dessas mulheres.

Movimento semelhante acontece na comunidade de “Cheiroso”, uma das comunidades mais antigas e tradicionais de Itapecuru e que fica no limite entre os municípios de Itapecuru, Cantanhede e Vargem Grande. Nesta localidade, o capital privado havia se apossado de uma área de 450 hectares de terras, boa parte, área de preservação ambiental. Na região, o movimento social da igreja católica tem apoiado as famílias produtoras que já desenvolvem trabalho coletivo. Na região existe uma casa de farinha e um campo agrícola coletivos, além das roças de arroz e mandioca que pertencem a todos da comunidade.

Jerônimo conclui sobre os percalços, os mesmos apontados por todos entrevistados: o sistema rústico de produção, a falta de interesse dos mais jovens, ausência de tecnologia, dependência dos programas de governo. Ainda assim, há muito o que se pensar na busca de alternativas sustentáveis, já que existem 258 localidades, 74 quilombos e 100 comunidades tradicionais que tem no babaçu uma fonte de renda, direta ou indiretamente.

e) Secretaria de Estado da Agricultura Familiar: entrevista com Luciene.

A Secretaria de Agricultura Familiar também contribuiu com uma entrevista concedida por Luciene, Secretária Adjunta de Biodiversidade, Povos e Comunidades Tradicionais. Luciene menciona que a Secretaria de Agricultura Familiar tem disponibilizado apoio ao município de Itapecuru, ressalta que o órgão implantou a agroindústria de Olho D'Água das Guaribas. O apoio se deu na forma do melhoramento e adequação da agroindústria já existente, bem como na compra de novos equipamentos.

Além da estrutura física, a SAF, em parceria com a AGERP, disponibiliza um técnico responsável pelo acompanhamento do empreendimento, encarregado de analisar a viabilidade econômica do negócio. A metodologia empregada nesta consultoria é o “Mais Gestão”, que tem por objetivo fortalecer a organização do empreendimento.

A entrevistada possui mais informações sobre os recursos aplicados via edital, menciona que o grande avanço para o município de Itapecuru Mirim e de outras regiões produtoras de derivados do babaçu foi a criação de um edital específico, chamado de “PROCAF Babaçu” (a sigla PROCAF significa programa de compras da agricultura familiar). Com recurso oriundo do Governo Federal, a SAF também coordena o PAA e PNAE, que atualmente conta com propostas aprovadas no Assentamento Cristina Alves e em Pedrinhas. Luciene explica como se dá a execução desses programas:

“Executamos o PAA com recurso do Ministério em parceria com a secretaria municipal de agricultura, que nos fornece a indicação das famílias a serem contempladas mediante cadastro; elas entregam as notas fiscais pra SAF e a SAF deposita o dinheiro direto na conta da família, o PAA é um programa de execução direta. Mais de 70 prefeituras executam o PAA em parceria com a SAF, que recebe diversos produtos que tem como origem o babaçu”.

Questionada sobre a destinação dos alimentos explica que são adquiridos por intermédio do Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF) e são distribuídos pelos CRAS municipais, este órgão quem definirá a destinação dos alimentos: escolas, creches, abrigos, hospitais etc. Até o momento da entrevista (julho de 2021), 6 propostas haviam sido aprovadas na região para: 3 cooperativas, 2 associações e 1 Clube de Mães.

A SAF levanta como principais parceiros a AGERP, por conta da orientação às famílias e o ITERMA, que atua na regularização fundiária de vários territórios de atuação da Secretaria de Agricultura Familiar. Luciane menciona o exemplo de Pedrinhas, área recentemente regulamentada pelo ITERMA. Outra ação desenvolvida pela SAF é o cadastro ambiental rural. A SAF se comprometeu por meio de decreto estadual com o compromisso de regularizar povos e comunidades tradicionais, onde diversos cadastros foram realizados junto a comunidades quilombolas e agricultores familiares individuais. Luciane também conta que se torna imprescindível a parceria com o MST, além da FETAEMA, Miqcb e a Associação de Mulheres Negras.

Na entrevista, a secretária-adjunta da SAF deixa claro que já existia um trabalho das mulheres de Itapecuru e que a SAF apoiou, mas o mérito do êxito de Itapecuru é todo da comunidade local. A atuação do órgão tem se resumido ao mercado institucional criado por lei no ano de 2015. A entrevistada acredita que é algo positivo, já que amplia as possibilidades com a utilização de recurso estadual e não apenas federal:

“As quebradeiras produzem com a possibilidade de um mercado mais amplo. O PROCAF é essa garantia, já que aumenta a produção de mesocarpo, o feijão, arroz, farinha. Esse edital foi inovador porque abriu para outros produtos, como o artesanato e o sabonete, havendo uma boa adesão”.

Além do PROCAF Babaçu, a SAF já contava com o PROCAF indígena e o PROCAF quilombola, por reconhecer a dificuldade e demora de organização destes grupos, pois concorrem entre si. Ao todo existem 5 tipos de editais PROCAF, com um recurso de 5 milhões de reais, estes tem dado fôlego no momento de pandemia e de paralização das feiras.

Outro ponto importante levantado na entrevista diz respeito à destinação das cestas, que obrigatoriamente contemplarão institutos que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social. No ano de 2021 a meta seria produzir 400 mil cestas básicas, sendo que 30 mil destas seriam fornecidas pela Agricultura Familiar.

Questionada se o empreendedorismo social seria um contraponto a exploração de lógica capitalista e que poderia ser replicado em outras regiões, Luciane responde que a conjuntura política foi favorável, tendo em vista que houve um apoio crescente do governo do estado, o que fortaleceu a luta das mulheres e as tornou mais

independentes. A SAF tem interesse em replicar o modelo produtivo de Itapecuru em outras regiões, mas reconhece que existem inúmeras limitações de trabalho.

Luciene recorda de outro exemplo semelhante e exitoso - o caso das quebradeiras de coco de Lago do Junco, que, segundo a entrevistada, são empreendedoras:

Na região do Médio Mearim existem diversos produtores que trabalham com derivados de babaçu, mas replicar tal qual é impossível, dada as especificidades de cada região. As trocas de experiências são válidas além do intercâmbio cultural entre comunidades.

Até os anos 80 as quebradeiras sobreviviam apenas da amêndoa, mas a ideia desenvolvida com a ASSEMA e COPPALJ foi disseminada por todo o estado, então é possível realizar uma troca de conhecimento. Hoje, na baixada e região de Chapadinha, já se pode notar um grande número de agroindústrias. A Coppalj já exportou mais de 10 toneladas de óleo de babaçu em um único ano. Com o fortalecimento das cooperativas e associações no campo é possível acessar os mercados a partir de diversos derivados do babaçu.

Luciene acredita que os territórios que contam com a presença de movimentos sociais, a atividade tende a ser mais organizada e assertiva. Destaca o acesso às inovações mercadológicas, a exemplo da pizza produzida a partir da farinha de mesocarpo de babaçu e que já é comercializada nos grandes centros, como no município de São João do Arraial no estado do Piauí.

Fazendo um paralelo com o exemplo de Lago do Junco, Luciene acredita na viabilidade do empreendedorismo social de subprodutos do babaçu, tendo em vista que produtores do referido município negociam o óleo destilado do babaçu para grandes empresas. Um movimento tão interessante quanto, teve início nos anos 90, com a produção de gêneros alimentícios, tendo Itapecuru como grande exemplo.

3.2 Desenvolvimento Sustentável da região de Itapecuru-Mirim

Conforme exposto nos resultados da pesquisa, comunidades de Itapecuru tem se integrado à um sistema de produção de subprodutos do babaçu de forma mais equilibrada do que a que seria praticada por uma empresa essencialmente capitalista. Essa atividade é pautada na cooperação, onde pessoas de baixa renda se mantêm

economicamente ativas, fortalecendo um arranjo social no qual o valor (tanto financeiro quanto intelectual) circulam dentro do próprio território. Estes pontos nos fazem inferir, que de fato, nesse local, há um desenvolvimento do tipo sustentável. Sendo relevante uma discussão sobre este conceito.

O modelo de desenvolvimento econômico pautado no incremento do consumo de produtos industrializados tem sido discutido e por vezes revisado, haja vista a urgência de um tipo de desenvolvimento que leve em consideração o uso racional de energia e recursos naturais. A Organização das Nações Unidas contribuiu para a popularização do termo “Desenvolvimento Sustentável”.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da ONU foi a criadora do conceito mais difundido sobre desenvolvimento sustentável, de acordo com o órgão, o desenvolvimento sustentável é capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Ou seja, é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Eventos mundiais sobre o tema, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) e a Eco 92 (Rio de Janeiro, 1992) ajudaram a popularizar os princípios e agendas do desenvolvimento sustentável, a exemplo das ODS's (objetivos do desenvolvimento sustentável), um plano de ação com 17 objetivos globais a serem alcançados até o ano de 2030.

As ODS's estão relacionadas com a erradicação da pobreza, combate à fome, boa saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, energia limpa e acessível, combate às mudanças climáticas entre outros. Esta é uma agenda premente na atualidade, uma vez que, sociedade civil, poder público e iniciativa privada tem pleiteado uma mudança de paradigma quanto aos graves problemas sociais e ambientais, seja por uma razão ou por outra.

Porém, sabe-se que muitas organizações se valem dessa pauta para sensibilizar o grande público, implantando ações paliativas ou mesmo instigando a opinião pública a seu favor mesmo fazendo uso de práticas predatórias concomitantes às ações de responsabilidade social e ambiental.

Não basta propor, é preciso implantar, avaliar, corrigir e medir. Usaremos como conceito central de Desenvolvimento Sustentável o entendimento de Euclides Mance (2004), tendo em vista que o autor afirma que só há desenvolvimento sustentável quando se considera todas as dimensões do assentamento humano, para que o arranjo social e econômico seja justo, equilibrado e duradouro. Utilizaremos estes aspectos como

parâmetros de indícios de que existe um desenvolvimento do tipo sustentável na região de Itapecuru.

Quadro 7: Aspectos do Desenvolvimento Sustentável

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Econômico	<p>Promover o crescimento econômico regional com equidade distributiva, conferindo atenção especial à reorganização solidária das cadeias produtivas locais, à geração de trabalho e renda e à melhoria dos indicadores de bem-viver das comunidades.</p> <p>Recolher o saber fazer acumulado por estas, derivado de sua permanência em seus territórios, aprimorando-o com novos conhecimentos científicos e tecnológicos e com intercâmbios práticos.</p>
Social	<p>Viabilizar relações responsáveis do indivíduo para com a coletividade e vice-versa; integrar produtores e consumidores em redes sociais solidárias mais abrangentes, constituindo arranjos socioeconômicos que integrem os territórios, sua culinária, seu modo de viver e de se organizar, fortalecendo-os.</p>
Político	<p>Compartilhar de forma democrática o exercício do <i>poder</i>, afirmando a soberania popular; fortalecendo as instituições sociais e governamentais, consolidando em seu conjunto o poder público democratizado.</p>
Cultural	<p>Valorizar as identidades no respeito às diferenças; afirmação da solidariedade como princípio ético e vetor econômico; geração de novas solidariedades locais dialogicamente construídas; valorização da produção local e da cultura popular e regional.</p>
Ético	<p>Afirmar valores que viabilizam as relações humanas centradas na promoção das liberdades, da justiça, dos direitos humanos, da solidariedade e do bem-viver de todas as pessoas e povos.</p>
Ecológico	<p>Considerar as dimensões de integração do ser humano com a natureza, do rural e do urbano; a manutenção do meio ambiente saudável e da biodiversidade; buscando satisfazer as necessidades</p>

	<p>presentes, sem entretanto comprometer a capacidade das gerações futuras em suprir suas próprias necessidades, tendo em conta a disponibilidade dos recursos vivos e inanimados dos territórios e as vantagens e inconveniências, a curto, médio e longo prazos, das ações neles empreendidas; instaurando padrões sustentáveis de produção e consumo; promovendo o desenvolvimento de tecnologias adequadas ao baixo impacto ambiental.</p>
Pedagógico	<p>Implementar práticas educativas que promovam a cultura da cooperação e da solidariedade, a autogestão social, o trabalho emancipado, o consumo responsável e solidário; resgatando o saber acumulado de trabalhadores e trabalhadoras, criando uma nova cultura do e no trabalho solidário como princípio educativo.</p>
Metodológico	<p>Afirmar o desenvolvimento que se efetiva de baixo para cima, respeitando o poder local da sociedade civil, tendo no Estado uma instância coordenadora e orquestradora; considerar o contexto local – respeitando-se a diversidade de cada região, suas peculiaridades geoestratégicas, culturais, ecológicas etc.</p>
Gênero	<p>Desconstruir a cultura patriarcal, em que se baseia o individualismo e a competição; problematizando a questão do masculino e do feminino, escapando da simplificação dos antagonismos e chegando a uma compreensão mais adequada da complexidade das relações de gênero.</p>
Ritmo	<p>Considerar a velocidade do desenvolvimento, que deve ser adequada a não provocar impactos prejudiciais aos ecossistemas e à organização sócio-cultural das comunidades; respeitar a autogestão social das comunidades locais no estabelecimento dos parâmetros sustentáveis de seu desenvolvimento, particularmente os relacionados aos aspectos ecológicos e sociais.</p>

Território	Considerar o território como um conjunto de relações que se realimentam, possibilitando a sinergia de uma integração que promove e aprimora o bem-viver de assentamentos humanos dinâmicos em seu espaço e seu tempo, geográfico e cultural, superando a desintegração e a exclusão.
-------------------	--

Fonte: Adaptado de Euclides Mance (2004).

Ao analisar o entendimento de Euclides Mance (2004) sobre o tema, têm-se uma dimensão macro a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável, já que o autor considera fatores ecológicos, sociais e econômicos, de forma a valorizar a biodiversidade, os regionalismos e a economia criativa.

Fazendo um paralelo com o que foi observado em campo, pode-se evidenciar que algumas dessas dimensões estão sendo trabalhadas nas comunidades investigadas – Projeto de Assentamento Cristina Alves, Comunidade Quilombola Lar de Maria, União de Clubes de Mães na sede de Itapecuru-Mirim e povoado de Olho D’ Água das Guaribas.

Quanto ao fator econômico, percebe-se um incremento da renda por boa parte das participantes em uma atividade que, se por um lado emprega o uso de máquinas, por outro preserva a tradição local da coleta e quebra manual do coco babaçu. Boa parte das atividades da agroindústria da comunidade Quilombola Lar de Maria ainda é feita de forma manual.

Na comunidade de Olho D’ Água o óleo extra virgem extraído da amêndoa do coco ainda é feito mediante o aquecimento nos panelões nas casas rurais da comunidade. Ainda que haja impacto ambiental, este é ínfimo se comparado ao de uma empresa capitalista na produção dos mesmos subprodutos do babaçu.

No âmbito social, nota-se um senso de coletividade, pois uma mulher integrada a uma cooperativa ou associação incentiva e contribuiu para o crescimento pessoal e profissional de suas colegas. Como uma grande “famílias” os laços sociais ali constituídos são mais solidários que os observados na capital do estado, por exemplo. Uma mulher cuida (“toma de conta” como mencionam nas entrevistas) de uma criança para que a mãe possa quebrar o coco ou fazer outra atividade sem qualquer remuneração à sua colega por este apoio.

Este comportamento social também está em concordância com Chayanov (1974) principal indicação teórica do trabalho, já que o autor estabelece a cooperação como mecanismo para ultrapassar as limitações da unidade camponesa familiar, que faz pouco uso de tecnologia. Tendo em vista que o limite da produção camponesa seria a provisão das necessidades do produtor e de sua família, não faria sentido acumular parte desta produção, sob pena de desperdícios.

Sendo assim, parte da produção é doada, e isto foi indicado nas entrevistas realizadas. No período mais agressivo da pandemia, com a paralização de várias atividades comerciais e a consequente crise econômica, as mulheres se uniram para doação de cestas básicas.

Outro exemplo: quando uma das associadas tem excesso de produção, uma integrante sede sua quota no mercado institucional para que não haja prejuízos. Ações comunitárias são idealizadas e executadas em grandes grupos - eventos em datas comemorativas, programas de saúde da mulher, ciclos de palestras entre tantas outras.

Ainda no aspecto social, outro ponto pertinente diz respeito à aquisição de insumos dentro da própria comunidade, a exemplo do óleo que é adquirido na sede do município pela comunidade quilombola Lar de Maria em Pedrinhas. Dessa forma, os recursos financeiros circulam no próprio território, beneficiando a comunidade local.

Essa circulação de mercadorias não se limita à aquisição de insumos para produção de derivados do babaçu, conforme apontado pela atual presidente do Clube de Mães Lar de Maria, as mulheres preferem comprar produtos de uso doméstico com as suas colegas, a exemplo da farinha, das polpas, artesanato etc. Este movimento fortalece a economia local. Observa-se que são valorizadas a culinária, o modo de viver, os costumes, o lazer entre outros aspectos que proporcionam cidadania aos moradores e moradoras da região.

Entretanto, há de se destacar que existe um certo desapontamento das mulheres mais idosas quanto a assimilação de costumes urbanos na localidade, a exemplo das músicas e festas. Aponta-se o desinteresse dos jovens na sucessão rural e nos costumes locais, a geração mais jovem não tem se interessado por atividades ligadas à sua ancestralidade, como o tambor de crioula, por exemplo. Algo apontado em Pedrinhas.

Quanto ao aspecto político, percebe-se que existe forte influência das parcerias institucionais. A aliança com o poder público facilita o acesso aos órgãos de consultoria e extensão rural. Muitas mulheres estão engajadas nos sindicatos, associações e cooperativas exercendo as prerrogativas da soberania popular que lhes são cabidas.

Nota-se que boa parte das associadas indicam as prefeituras, secretarias municipais e estaduais como entes obrigados a lhes proporcionar algum tipo de fomento e pleiteiam esses recursos em assembleias e plenárias. Portanto, boa parte das mulheres de Itapecuru Mirim possui algum grau de consciência política.

Sob o ponto de vista ecológico destaca-se o cuidado com a preservação ambiental nas hortas comunitárias, nas quais não se faz uso de pesticidas, bem como na criação de animais sem o uso de antibióticos. Há todo um cuidado na destinação de resíduos e manutenção da floresta nativa, já que os cocos são coletados apenas após a queda. Diversas árvores frutíferas são cultivadas nos quintais agroflorestais, tanto dos espaços comunitários quanto nas moradias dos associados, já que estes frutos também são matéria prima na produção de licores e doces.

Quanto às relações de gênero, houve todo um trabalho de conscientização junto às famílias locais no início da atividade, pois ainda era tabu no início dos anos 90 uma mãe de família participar de atividades fora do lar, dividindo as contas e responsabilidades da casa com o marido. Com o passar do tempo, como menciona senhora Maria Domingas, entrevistada em Pedrinhas, os homens passaram a entender que não havia uma competição de gênero e que a renda adquirida nas associações e cooperativas viria a somar, proporcionando maior qualidade de vida a todos os integrantes da família.

Outra perspectiva é a de mulheres que saíram de relacionamentos abusivos por dependência financeira e conseguiram se manter e educar os filhos a partir do empreendedorismo social praticado em Itapecuru-Mirim.

Portanto, existe um movimento interessante na região, onde moradores rurais buscam emancipação social por meio de uma atividade lucrativa, mas que preserva os laços solidários em suas relações. E é neste sentido que se identifica o “sujeito do desenvolvimento sustentável” que “são as forças sociais e econômicas, operando sob autogestão e atuando em redes sociais e econômicas solidárias, tendo por meta de médio prazo integrar, econômica e socialmente, as famílias que vivem abaixo da linha de pobreza”. (MANCE, p. 3, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cadeia produtiva do coco babaçu é uma das mais representativas do extrativismo vegetal no Brasil, já que, segundo o censo agropecuário do IBGE (2017), a amêndoa do babaçu é o segundo produto florestal não madeireiro mais vendido no Brasil, com 120 mil toneladas anuais, ficando atrás apenas do açaí. Além de sua importância econômica, o produto tem caráter social – a atividade é desenvolvida por comunidades tradicionais que tem nos meios de vida sustentáveis uma de suas principais fontes de renda e segurança alimentar.

Apesar de toda a sua importância para a economia do estado, houve um decréscimo na quantidade produzida a partir da extração da amêndoa do coco babaçu nos últimos anos, e, conseqüentemente, do valor da produção. Desde a sua exploração na subsistência até a fase industrial, não houve um aproveitamento racional deste fruto, tão pouco uma política pública capaz de promover uma renda digna às famílias extrativistas.

O repasse da amêndoa à indústria ficou a cargo de intermediários (atravessadores) que destinavam a produção para médios e grandes comerciantes que finalmente fariam chegar a amêndoa *in natura* às indústrias. Ou seja, a extração e comercialização de amêndoas possuía baixo valor agregado, sendo pouco atraente manter-se nesta atividade que, além de ser financeiramente desinteressante, oferecia sérios riscos à saúde dos extrativistas.

Visando alterar o estado de atraso da agricultura maranhense, a partir dos anos 60 o estado coloca em pauta a modernização do setor agrícola mediante atração de empresas capitalistas do Sul e Sudeste para o Maranhão. O avanço do capital comercial favoreceu, em especial, a pecuária de corte, atividade que desarticula a pequena produção de alimentos, responsável também pela oferta de babaçu (MESQUITA, 1998).

Neste ínterim, movimentos sociais emergiram na defesa dos direitos sociais de homens e mulheres do campo, que tiveram o direito de acesso à terra extirpado pela pecuarização e implantação de monoculturas, a exemplo da soja. Todo este processo contava com a omissão ou cumplicidade do Estado que agia em função dos interesses do capital comercial.

Este momento histórico também coincide com a reabertura política do Brasil do final dos anos 80, na qual sindicatos, sociedade civil e movimentos sociais discutiam alternativas para geração de emprego e renda às camadas mais alijadas do processo

produtivo. A noção de empreendedorismo passa a dominar o ideário de uma sociedade neoliberal, dita inserida em uma “democracia de mercado”.

Entretanto, conforme vimos no presente estudo, pesquisas comprovam que majoritariamente se empreende por necessidade, sem um planejamento adequado e com baixo nível de conhecimento formal na área de gestão. Este fato é pouco discutido, já que o Estado tira de seus ombros a função de se tornar um gerador de postos de trabalho. Está disseminada a ideia de que cada um é responsável por seu próprio sucesso ou fracasso, afinal, todos podem empreender.

Neste estudo, evidenciou-se que o empreendedorismo engloba toda uma miríade de iniciativas, a exemplo do empreendedorismo social, que possui uma proposta de trabalho economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta. Entretanto, este tipo de negócio não deixa de apresentar complexidades e desafios, e foi neste sentido que tentou-se evidenciar as implicações desta “outra economia” em uma região que vem despontando na produção de subprodutos do babaçu.

Dividindo espaço com empresas capitalistas, produtoras de Itapecuru iniciaram suas atividades no início dos anos 90, a motivação não foi a acumulação. As mulheres daquele local se reuniam para que pudessem encontrar soluções para a dinâmica social da qual faziam parte. Estas questões poderiam ser simples, como a responsabilidade por crianças pequenas para que pudessem trabalhar, ou problemas complexos, como a luta de gênero, onde o machismo imperava no seio familiar.

Para identificar as ações de empreendedorismo em curso em Itapecuru Mirim, dividiu-se este intento em dois grandes eixos: entrevistas *in loco* com produtoras, associadas e empreendedoras do município e entrevistas com técnicos de órgãos de apoio que desenvolvem projetos na região. Sendo assim, foi possível levantar pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas a estes empreendimentos.

Como uma das principais potencialidades, destacam-se as parcerias firmadas com órgãos de apoio e poder público. O poder público, sobretudo local, desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável. O que conseqüentemente irá “fortalecer institucionalmente o município e suas sub-regiões; favorecendo o surgimento de serviços públicos eficientes, que são realizados, em sua maioria, pela população do próprio território (MANCE, 2004) ”.

Por meio destas parcerias as mulheres pleiteiam e adquirem equipamentos, estrutura física, capacitação e consultorias. Em todas as comunidades visitadas foram apontados o apoio de órgãos como Embrapa, Sebrae, Agerp, SAF, prefeitura municipal

etc. Sugere-se que sejam coletadas demandas oriundas destas comunidades para criação de projetos estruturantes de apoio aos empreendimentos instalados, inclusive apoio para aqueles que anseiam iniciar novos negócios.

Outro ponto forte identificado diz respeito a estrutura física destes empreendimentos, justamente por contarem com apoio de diversas instituições, adquiriram condições de produzir em locais com alvará de funcionamento e estrutura adequada para produção de alimentos que asseguram a segurança alimentar dos consumidores, conforme se evidenciou nas imagens anexadas ao texto.

Os equipamentos industriais instalados garantem produção em escala, redução de custos e da margem de erro na produção. Para implantação da agroindústria de Pedrinhas contaram com a doação da VALE, a fábrica de sabão e sabonete da sede veio por intermédio da Fundação Banco do Brasil. A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) se encarregou de implantar uma agroindústria em Olho D' Água das Guaribas. Destacamos também a estrutura física da Vila 17 de Abril, que mesmo sem receber nenhum tipo de apoio neste sentido, uniu esforços para construção do espaço e compra de equipamentos.

A diversidade de produtos também é um ponto favorável, ter um portfólio contribui para amortecer períodos de crise, tal como se deu no momento de pandemia. Um produto ou serviço com boa aceitação de mercado transfere recursos para uma outra unidade do negócio, que apesar de rentável, apresenta dificuldade nas vendas por uma questão sazonal. Conforme se evidenciou com a pesquisa, as mulheres buscam inovar cada vez mais, produzindo alimentos de maior valor agregado, a exemplo do leite condensado e capuccino de babaçu.

A diversificação de mercados também pôde ser apurada, enquanto as vendas balcão e nas feiras foram paralisadas, as mulheres de Itapecuru passaram a vender para o estado de São Paulo e potencializaram as vendas junto aos mercados institucionais.

O espírito de união e cooperação também é outra vantagem competitiva. As teorias da Administração de Empresas, com ênfase para a escola de Recursos Humanos, reforçam o princípio da cooperação para tornar o ambiente de trabalho mais saudável, o que gera aumento da capacidade criativa para geração de inovações. Um ambiente pautado na cooperação promove a aprendizagem, o compartilhamento do conhecimento e a diversidade, tornando-o mais agradável, o que reduz a rotatividade de pessoas, algo que implicará, também, na redução de custos.

Outro ponto positivo diz respeito ao empoderamento das mulheres inseridas nesta dinâmica de produção social, nas entrevistas realizadas foram apontadas as conquistas pessoais como fundamentais para a permanência das mesmas na atividade. Moradia de alvenaria, pagamento das contas em dia, aquisição de bens materiais e o custeio da educação de seus filhos foram os exemplos mais mencionados. De alguma forma, a atividade contribui para o aumento da autoestima dos envolvidos.

Quanto às maiores dificuldades podemos destacar que ainda há uma forte dependência das compras governamentais. Se por um lado as parcerias institucionais podem ser vantajosas, por outro podem condicionar o *modos operandi* dos negócios, por este motivo se tornam importantes as capacitações para aperfeiçoamento dos produtos e acesso a mercados, no intuito de torná-las mais independentes na busca por novos mercados.

Destaca-se, ainda, a incipiência da gestão financeira, muitas das perguntas realizadas em campo ficaram sem resposta. Questões relacionadas à lucratividade, rentabilidade, solvência do negócio, capital de giro empregado etc. ainda são temas de difícil compreensão. Muitas das vezes, o planejamento financeiro fica a cargo do contador ou consultor externo aos empreendimentos; algo levantado pelo técnico da SAF na entrevista concedida. Há de se considerar que esta é uma dificuldade enfrentada também por micro e pequenas empresas capitalistas.

Outros problemas pontuais dizem respeito à ausência de uma comunicação visual adequada à maioria dos negócios, que não contam com logomarca, sacolas personalizadas, cartões de visita entre outros itens levantados como importantes para a divulgação. Também estão ausentes os rótulos com o valor nutricional dos produtos e o selo da vigilância sanitária. Confirme visto no texto, as mulheres do povoado Pedrinhas estão melhor assessoradas neste sentido, pois criaram a marca “Delícias do Babassu” e estão recebendo aceleração de uma incubadora do estado de São Paulo para profissionalizar a gestão desta marca.

Como oportunidade de mercado enxerga-se o crescente interesse da sociedade civil em produtos sustentáveis e por uma alimentação mais saudável. Também há um nicho de mercado para produtos regionais que pode ser aproveitado. No quesito ameaças, que são as dificuldades externas às organizações e que não podem ser controladas pelos gestores, destaca-se a concorrência com empresas capitalistas, a paralização das feiras em decorrência de algum fator externo e uma legislação desfavorável que possa comprometer a atividade.

Entre os órgãos de apoio é consenso que Itapecuru tem se destacado com um tipo de produção que difere de outras localidades que já têm empreendimentos consolidados: buscam fomento junto aos atores da esfera pública e privada, estão abertas às mudanças à nível de produção (buscando economia de escala), buscam inovação em produto e mercado. A região de Itapecuru tem servido de laboratório/protótipo para um projeto de inovação social junto à SECTI e Embrapa, com apoio e incentivo financeiro da FAPEMA.

Entretanto, estes empreendimentos sociais enfrentam dificuldades assim como qualquer outro tipo de negócio. Conforme mencionou o técnico da SAF, o estado precisa aplicar mais recursos em pesquisa e desenvolvimento, ou seja, em tecnologias que ainda são inacessíveis a estas mulheres por outros meios. As capacitações não devem ser demasiadamente espaçadas, qualquer metodologia implantada deve ser monitorada e avaliada constantemente.

Nas entrevistas aplicadas junto aos órgãos de apoio, tem-se como resultado o consenso que Itapecuru Mirim possui uma vocação empreendedora, com forte atuação de lideranças locais, devendo-se buscar uma gestão profissional destes empreendimentos para que a capacidade de inovação não esteja condicionada a uma pessoa específica.

A região pode ser considerada como um caso de sucesso em andamento e também como modelo a ser replicado em outras regiões com vocação para com o empreendedorismo social, considerando-se as especificidades de cada território.

Nos empreendimentos apresentados no texto são as mulheres que controlam todos os processos, sejam nos espaços oriundos da reforma agrária, seja na periferia do espaço urbano como ficou claro no trabalho da União dos Clubes de Mães. Assumindo o papel de encontrar alternativas geradoras de renda e trabalho para sustentar, ou contribuir com esse sustento da família, essas mulheres tonaram-se protagonistas e encontraram caminhos para reforçar a luta pela reforma agrária e pressionar o poder público em favor da luta de gênero.

Na proposta do trabalho, adotou-se como parâmetro de investigação social o entendimento de Chayanov, que considera a existência de uma economia camponesa que não se dá de forma essencialmente mercantil, como nos empreendimentos de lógica capitalista.

Para Chayanov, os preceitos do modelo hegemônico de produção não alcançam a sociedade de maneira uniforme. Talvez por este motivo, a unidade camponesa familiar conte com certas singularidades. Nos empreendimentos pesquisados, percebe-se

a cooperação, a autogestão, a ausência de rotinas definidas, a ênfase nas relações familiares etc. como características contrárias às de um empreendimento capitalista de sucesso. O que não significa que empreendimentos sociais estejam no caminho errado.

Para a finalidade a que se propõem, que em Singer (2002), seria “promover a empresa solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2002, p. 16), os empreendimentos sociais de Itapecuru Mirim são altamente exitosos.

Conclui-se sobre a relevância do Empreendedorismo Social, seja na interlocução com instituições públicas e privadas, seja na manutenção de populações de baixa renda economicamente ativas, ainda que em períodos de crise. Percebe-se que as mulheres de Itapecuru Mirim reforçam os laços de parentesco e amizade por meio do trabalho, sendo empreendedoras também fora dos espaços comunais, o que contribui para o empoderamento e reforça a luta de gênero e pela terra. Esta cultura está disseminada na região e promete continuar.

REFERÊNCIAS

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo** / Alfredo Wagner Berno de Almeida, Laís Mourão. – Manaus: UEA Edições, 2017.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do coco babaçu; um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências.** São Luís, SIOGE, 1990.

Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA. Disponível em: <www.assema.org>. Acesso em 16 dez. 2019.

AYRES JUNIOR, J. C. A. **Organização das Quebradeiras de Coco Babaçu e a Refuncionalização de um Espaço Regional na Microrregião do Médio Mearim Maranhense.** 2007. 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSC. Disponível em: <repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu: maternalismo e movimentos sociais no Maranhão** / Viviane de Oliveira Barbosa – Curitiba: CRV, 2019. – São Luís: EDUFMA, 2019.

BARBOSA, Z. **O global e o regional. Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão.** Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Lus, MA.

BARBOSA, Zulene; SERENO, Luciane Fusco. **Cooperativismo e precarização do trabalho: estudo de caso no município de Lago do Junco-MA.** Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/27690>>. Acesso em 08 mar. 2021.

BURNETT, F. L. **O Plano Mais IDH: do município à região? Globalização e planejamento no Maranhão.** Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13325/2491>. Acesso em 12 mar. 2021.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão** / Maria do Socorro Cabral; prefácio de Emanuel Correia de Andrade. – São Luís: SIOGE, 1992.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la unidad económica campesina**. (1ª ed. 1925). Por ediciones Nueva Visión SAIC, 1974, Buenos Aires, República Argentina.

_____. , (2017), **A teoria das cooperativas camponesas**; revisão e tradução de Regina Vargas – Porto Alegre: Editora da UFRGS.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CRESOL. **Tudo que você precisa saber sobre o Pronaf**. Disponível em <blog.cresol.com.br. > Acesso em 19 abr. 2022.

DATA BASE SEBRAE. **Sobrevivência das Empresas**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/#primeiroano>. Acesso em 26 mar. 2021.

DEL GROSSI, M.E. **O Novo Rural Brasileiro**. Disponível em <<https://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em 15 de mar. 2021.

DELGADO, G.C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. / Guilherme Costa Delgado – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

Delícias do Babassu. Disponível em <<https://babassu.buildlab.com.br/block/1>>. Acesso em 10 abr. 2022.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. – 6 ed. – São Paulo: Empreende/Atlas, 2016.

ESTEVEES, Alex Gomes. **Economia solidária e empreendedorismo social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho.** Disponível em <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/12_OSQ_25_26_Esteves.pdf>. Acesso em 21 abr. 2021.

FERREIRA, A. J. A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense.** 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia), USP. Disponível em: <www.teses.usp.br> Acesso em 20 dez. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo, Atlas, 2006.
GRAZIANO DA SILVA, J.;

HARVEY, D. A. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE Cidades. Itapecuru Mirim. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/itapecuru-mirim/pesquisa>> Acesso em 05 jan. 2020.

_____. SIDRA Banco de Tabelas e Estatísticas. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Biblioteca. Censo Agrícola 1950. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>>. Acesso em 13 abr. 2021.

_____. Biblioteca. Censo Agrícola 1960. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t9_p1_mg.pdf>. Acesso em 17 abr. 2021.

_____. Brasil/Maranhão. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>>. Acesso em 29. mar. 2021.

_____. Censo Agropecuário 217. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>.

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica do Itapecuru-Mirim** / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2014.V. 4: il; 242 p.

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza. Manual Tecnológico. **Aproveitamento integral do babaçu**. 2ª edição, 2012

LEOPOLDI, Maria Antonieta. “**A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência.**” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. O Brasil Republicano. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 241-285.

MANCE, E. A. **Fome Zero e Economia Solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil** / Euclides André Mance. - Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular, 2004.

MATTOS JUNIOR, José Sampaio. **O entroncamento das políticas agrárias no Maranhão : encontros e desencontros institucionais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim**. Presidente Prudente. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105094>>. Acesso em 01. Ago.2022.

MAY, P. ANDERSON. A., BALICK. M. FRAZAO, J. Orbignya martiana. **Economic Botany**, New York, v. 39, n.2, 1985.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, Cesar. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MESQUITA, Benjamin Alvino. **A crise da economia política do babaçu no Maranhão (1920-80)**. Disponível em: <periodicoseletronicos.ufma.br>. Acesso em 03 jan. 2020.

_____. , Benjamin Alvino. “**Intervenção governamental e transformação do setor agrícola**”. In: O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís, EDUFMA, 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito Fundiário.** Disponível em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito>>. Acesso em 12 abr. 2022.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “**Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural.**” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. O Brasil Republicano. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 155-195.

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Disponível em: <<https://www.miqcb.org/>>. Acesso em: 23 de dez. 2020.

O EXTENSIONISTA. **Conheça os objetivos da PNATER.** Disponível em: <<https://oextensionista.com/conheca-os-objetivos-da-pnater/amp/>>. Acesso em 05 abr. 2022.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias.** Disponível em: <www.academia.edu>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PENSA/USP. **Reorganização do Agronegócio do babaçu no Estado do Maranhão.** USP, 2000.

PORTILLA R, Melania. **Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão.** Organizadores Carlos Miranda, Cristina Costa. — Brasília: IICA, 2005. 178p.; 15 x 23 cm. — (Desenvolvimento Rural Sustentável ; v. 3).

ROCHA NETO, P. D. da. **O mito do babaçu: a esfinge da indústria maranhense.** São Luís: Secretaria de Estado de Fomento à Indústria e Comércio (SINC), Estado do Maranhão, 1993.

ROUERE, Mônica de; PÁDUA, Suzana Machado. **Empreendedores sociais em ação.** São Paulo: Cultura Associados, 2001.

SANTOS, Johny. **Campesinato, cooperativismo e economia solidária: análise das cooperativas agroextrativistas na região sul do Maranhão**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

SANTOS-FILHO, F.C.; ALMEIDA JR, E.B.; MACHADO, M.A.; CORREIA; B.E.F; LACERDA, D.M.A. **A economia do babaçu: das quebradeiras de coco às aplicações biotecnológicas**. In: Biocombustíveis de Babaçu: ensaio técnico sobre oportunidades de produção de biocombustíveis a partir do coco babaçu. São Luís: EDUFMA, 2016.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 10 abr. 2022.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** / Paul Singer – 1ª ed. –São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TOMEI, P.A; LIMA, D.A. **O empreendedor rural e a inovação no contexto brasileiro**. Anais do Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Disponível em <http://sistema.inovarse.org/anais>. Acesso em 05 abr. 2021.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense** / José Ribamar Trovão. – São Luís: IMESC, 2008.

VEIGA, R.C.S. **Cálculo da biomassa foliar de palmeiras acaules das espécies Attalea maripa e Attalea speciosa nos municípios de Belterra e Santarém do Pará**. Brasil, 2013. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Biológicas), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro da entrevista utilizado nos empreendimentos sociais de Itapecuru-Mirim

1 - Nome do Empreendimento:

2 - Tipo de Empreendimento

- a) Associação
- b) Cooperativa
- c) Clube de troca
- d) Outro: Grupo informal

3 - Sexo

- a) Feminino
- b) Masculino

4 - Faixa Etária

- a) 18 a 29
- b) 30 a 59
- c) 60 a 69
- d) 70 a 79
- e) 80 ou mais

5 - Conte sobre como surgiu a iniciativa (associação/cooperativa/clube de troca)?

6 - Atualmente o grupo conta com quantos integrantes/famílias?

7 - Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo grupo?

8 – Quais produtos são produzidos e comercializados?

9 - Qual o faturamento anual do empreendimento? De que forma é realizada a partilha de ganhos entre o grupo?

10 - Quais são os principais parceiros do projeto?

11 - Quais são as principais conquistas alcançadas desde a implantação do empreendimento?

12 - De que forma você acredita que esta iniciativa tem impactado a vida de cada um dos associados?

13 - Como você avalia a produção no período de pandemia, houve crescimento, declínio ou paralização da produção?

14 - Qual o percentual estimado de queda da produção em comparação com o mesmo período do ano anterior?

15 - Como você avalia o faturamento do empreendimento no período de pandemia, houve crescimento, declínio ou paralização das receitas obtidas?

16 - Qual o percentual estimado de queda do faturamento em comparação com o mesmo período do ano anterior?

17 - Quanto ao abastecimento dos pontos de venda, como essa dinâmica foi organizada no período de crise? Houve desabastecimento de algum ponto?

18 - Quais foram as principais dificuldades enfrentadas no período da pandemia e o que o EES (empreendimento da economia solidária) tem feito para contornar a situação?

19 - Você acredita que o momento de crise contribuiu para a saída ou adesão de participantes no empreendimento em que você atua?

20 - O empreendimento recebeu algum apoio externo (governo, entidades de fomento, parceiros) durante o período de pandemia? Alguma parceria foi realizada para minimizar os impactos negativos da crise da covid-19?

21 - Como você acredita que será o cenário pós-pandemia para o seu empreendimento?

APÊNDICE B: Roteiro da entrevista realizada com técnicos dos órgãos de apoio ao extrativismo e agricultura familiar que atuam na região de Itapecuru.

01 – O município de Itapecuru tem chamado a atenção por conta da formação de um circuito social de produção em atendimento a demandas locais (feiras) e aos mercados institucionais (PAA e PNAE). Como seu órgão enxerga o caso específico de Itapecuru? Mencionar o PROCAF e qual a sua dinâmica em Itapecuru.

02 – Quais ações o seu órgão desenvolve (ou desenvolveu) na região de Itapecuru Mirim? (Ações: acesso a crédito e mercados, cidadania no campo, regularização fundiária, assistência técnica e extensão rural, capacitação profissional e geração de emprego e renda no campo)?

03 – O seu órgão tem trabalho na formação de arranjos institucionais? ONG's, sociedade civil, sindicatos, poder público?

04 – Como você enxerga o antes e o depois da atuação do seu órgão na região? Levantar os resultados alcançados.

05 – Quais as principais conquistas e avanços, bem como dificuldades e desafios associados ao modelo do empreendedorismo social da região de Itapecuru Mirim e em outras regiões do estado?

06 – Quanto à cadeia produtiva do coco babaçu, a quantidade produzida da amêndoa e o número de indústrias de lógica capitalista tem diminuído, você enxerga a produção social como um contraponto a essa lógica predatória? Por que?

07 – Quais ações precisam ser realizadas para potencializar a cadeia produtiva do babaçu no Maranhão? Como você enxerga a produção e comercialização dos subprodutos do babaçu na atualidade?

08 – Quais ações você recomendaria à Itapecuru ou à outra região que tenha interesse implantar um modelo social de produção?

09 – Você teria dados socioeconômicos sobre o município de Itapecuru para compartilhar? (Pergunta direcionada à órgãos específicos, SAF por exemplo)

10 – Você seria capaz de estabelecer um comparativo entre regiões que implementam o empreendedorismo de viés social com outras que ainda não adotaram este modelo produtivo?

11 – Quais informações adicionais sobre a cadeia produtiva do coco babaçu e sobre modelo social implantado em Itapecuru Mirim você poderia compartilhar?

ANEXO

ANEXO A: Censo agrícola IBGE, 1950

134

RECENSEAMENTO GERAL DE 1950

50. PRODUÇÃO EXTRATIVA DE ORIGEM VEGETAL DOS ESTABELECIMENTOS, NO ANO DE 1949, SEGUNDO AS ZONAS FISIográficas E OS MUNICÍPIOS

ZONAS FISIográficas E MUNICÍPIOS	BARAÇU		CÉRA DE CARAÚBA		ZONAS FISIográficas E MUNICÍPIOS	BARAÇU		CÉRA DE CARAÚBA	
	Estabelecimentos com documentação	Produção (1)	Estabelecimentos sem documentação	Produção (2)		Estabelecimentos com documentação	Produção (1)	Estabelecimentos sem documentação	Produção (2)
ESTADO	20 809	59 997	1 625	487	Zona do Matado (continua)				
Zona do Litoral Nordeste	198	30	308	71	Cajari	08	541	-	-
Aracaju	1	1	310	42	Matão	379	109	-	-
Araripe	1	0	-	-	Panama	329	3 626	-	-
Barragem	3	2	5	8	Pedra Branca	92	116	-	-
Barragem de Campos	-	-	1	0	Pindamonhangaba	-	-	-	-
Itaúna	151	17	7	14	Rosário	1 405	856	-	-
Maracá	-	-	-	-	Santa Helena	-	-	-	-
Pedra Branca	-	-	-	-	São Bento	33	54	-	-
Tatubá	-	-	-	-	São Vicente Ferraz	436	327	-	-
			31	7	Viana	219	180	-	-
Zona do Baixo Paraíba	1 717	5 155	349	110	Zona do Baixo Alentejo	10 310	20 253	5	4
Areópia	269	343	78	19	Araripe	7	8	3	5
Barragem	294	388	13	5	Barragem	7 330	2 545	-	-
Chapadão	675	2 955	106	33	Itaúna	2 505	3 800	-	-
Cordeiro Neto	252	993	-	-	Pedra Branca	8 582	4 950	9	2
Santa Quilmeia do Maranhão	283	154	15	4	Vitória do Mearim	3	1	-	-
São Bernardo	30	13	158	48	Zona do Alto Mearim	856	2 405	-	-
Urbanos Santos	115	307	-	-	Barragem do Córrego	2	0	-	-
Zona do Interior	10 188	28 972	140	237	Guajará	83	48	-	-
Barragem Brava	61	410	-	-	Mirante	197	2 111	-	-
Carolina	467	17 178	34	43	Presidente Dutra	194	340	-	-
Cadô	610	2 719	23	121	Zona do Alto Paraíba	388	861	21	7
Colinas	165	1 312	-	-	Alto Paraíba	-	-	-	-
Coratá	1 070	5 700	4	34	Barragem	29	47	-	-
Curim	30	729	-	-	Benedito Leite	187	100	2	0
Supacana-Mirim	3 006	2 779	2	0	Luzitânia	323	204	1	0
Passagem Franca	327	623	-	-	Nova Europa	163	155	17	6
Tombas	41	2 174	5	2	Ponte Nova	309	457	1	1
Vargem Grande	2 580	1 216	64	37	Riachão	-	-	-	-
Zona do Médio Paraíba	1 128	3 402	128	40	São Raimundo das Mangabeiras	15	8	-	-
Barragem do Guajará	118	194	33	11	Benedito Leite	147	100	3	3
Pernambuco	582	1 781	25	9	Luzitânia	225	264	1	2
Tombas	41	2 174	5	2	Nova Europa	163	155	17	6
Vargem Grande	2 302	1 238	98	27	Ponte Nova	309	457	1	1
Zona do Médio Sudoeste	1 128	3 402	128	40	Riachão	-	-	-	-
Barragem do Guajará	118	194	33	11	São Raimundo das Mangabeiras	15	8	-	-
Pernambuco	582	1 781	25	9	Zona do Guajará	-	-	-	-
São Francisco do Maranhão	248	408	48	10	Caridade Mendonça	-	-	-	-
São João dos Patos	244	320	3	0	Carutapera	-	-	-	-
Tombas	183	881	47	10	Turiboro	-	-	-	-
Zona do Litoral Norte	618	518	3	1	Zona do Piauí	779	435	2	0
Aracaju	-	-	-	-	Marão	280	238	-	-
Barragem	87	200	1	1	Pedra Branca	590	193	2	0
Carutapera	30	104	-	-	Zona do Tocantins	138	458	-	-
Caruaru	1	00	-	-	Carolina	1	1	-	-
SAO LUÍS	1	1	-	-	Imperatriz	45	93	-	-
Zona do Sudoeste	5 155	8 178	16	20	Ponte Nova	87	438	-	-
Aracaju	438	288	3	7					
Cajari	19	186	15	34					

